



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

DANIEL RAMOS DOS SANTOS

A prescindibilidade do conhecimento para asserção apropriada

Salvador-Bahia
2024

DANIEL RAMOS DOS SANTOS

A prescindibilidade do conhecimento para asserção apropriada

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Waldomiro José da Silva Filho

Salvador-Bahia
2024

DANIEL RAMOS DOS SANTOS

A prescindibilidade do conhecimento para asserção apropriada

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Waldomiro José da Silva Filho (orientador)

Prof. Dr. Felipe Rocha Lima Santos (coorientador)

Prof. Dra. Guadalupe Reinoso (Universidad de Córdoba, Argentina)

Prof. Dr. Breno Ricardo Guimarães Santos (UFMT)

Prof. Dr. André Luiz de Almeida Lisbôa Neiva (UFAL)

Prof. Dr. Eros moreira de Carvalho (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à SEDUC - Secretaria de Estado da Educação e da Cultura de Sergipe, por ter possibilitado o meu afastamento remunerado das funções de sala de aula para me dedicar à pesquisa de doutorado.

A meu orientador, Waldomiro José da Silva, pela orientação, confiança, incentivo, compreensão em muitas situações e pelas conversas com muita leveza e bom humor.

Aos colegas do grupo Epistemologia, Política e Sociedade, principalmente a Felipe Rocha Lima Santos, por importantes sugestões e correções que muito me ajudaram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA e à universidade pública brasileira.

À minha querida companheira, Auda Ribeiro Silva, pelo enorme apoio, incentivo, suporte, paciência, compreensão e dicas muito importantes em vários aspectos da construção da tese.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu querido filho, Bernardo Ribeiro Ramos, por se esforçar para compreender e me ajudar durante a minha constante falta de tempo expressa com “infelizmente não posso, tenho que estudar”.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é defender que a norma da asserção (apropriada) não exige conhecimento como requisito necessário. Para tanto, em um primeiro momento, tentarei mostrar a plausibilidade de normas assertóricas de padrões epistêmicos mais brandos, em comparação ao conhecimento. Tal plausibilidade será ressaltada da seguinte maneira: (i), a partir da defesa da possibilidade de uma norma da asserção independente do estado doxástico de crer, evidenciando a existência de asserções apropriadas sem conhecimento, já que para saber é preciso crer; (ii), a partir da defesa da possibilidade de haver ajustes e, conseqüentemente, variação (em termos de fraco/forte) no padrão da norma assertórica, dissolvendo, assim, a ideia de unicidade e imprescindibilidade do conhecimento como norma da asserção; e (iii), a partir do que entendo como sendo um descompasso problemático entre o que a norma do conhecimento da asserção (NCA) exige como padrão e os padrões epistêmicos mais brandos, que de fato estão ao alcance do falante da asserção, muitas das vezes. Um problema para os defensores da NCA, nesse ponto, seria explicar os vários casos em que a violação da NCA não é resultado de livre escolha por parte de quem faz a asserção. É inegável que em muitos casos não queremos e não temos como escolher asserir sem saber, ou seja, violar a NCA, e a possibilidade de poder escolher violar ou não uma norma (pelo menos na esmagadora maioria dos casos em que há violação) é justamente a razão para a existência da própria norma. Por fim, proponho que uma agência epistemicamente responsável é suficiente para uma asserção apropriada e que as noções de responsabilidade epistêmica e culpa epistêmica dão mais sentido às normas epistêmicas da asserção.

Palavras-chave: asserção, conhecimento, norma da asserção, responsabilidade epistêmica, culpa epistêmica.

ABSTRACT

This work aims to argue that the norm of appropriate assertion does not require knowledge as a requirement. To do so, initially, I will attempt to demonstrate the plausibility of a milder assertoric epistemic standard compared to knowledge. This plausibility will be emphasized as follows: (i) by advocating for the possibility of a norm of assertion independent of the doxastic state of belief, showing the existence of appropriate assertion without knowledge, since belief is a prerequisite for knowing; (ii) by defending the possibility of adjustments and variation (in weak/strong terms) in the standard of the assertoric norm, thereby dissolving the idea of uniqueness and indispensability of knowledge as the norm of assertion; and (iii) by addressing what I perceive as a problematic mismatch between what the knowledge norm of assertion (KNA) requires as a standard and the milder epistemic patterns, which are within reach of the assertion speaker, often. At this point, one problem for KNA advocates would be to explain the various cases where KNA violation is not the result of free choice on the part of those making the assertion. It is undeniable that in many cases we do not want and have no choice to assert without knowing, that is, to violate the KNA. The possibility of being able to choose to violate or not a norm (at least in most cases where there is a violation) is precisely the reason for the existence of the norm itself. Finally, I propose that an epistemically responsible agency is sufficient for an appropriate assertion and that the notions of epistemic responsibility and epistemic blame give more meaning to the epistemic norms of assertion.

Keywords: assertion, knowledge, norm of assertion; epistemic responsibility, epistemic blame.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. SITUANDO O DEBATE EM TORNO DA ASSERÇÃO E SUAS NORMAS	13
1.1 O debate em torno do conceito de asserção	13
1.2 Algumas das noções mais comuns sobre o conceito de asserção	24
1.3 Quatro das principais teorias sobre asserção.....	29
1.3.1 Asserção como a expressão de uma atitude.....	29
1.3.2 Asserção como um movimento definido por suas regras constitutivas	32
1.3.3 Asserção como adição de informação à base comum da conversação	35
1.3.4 Asserir como o empreendimento de certo tipo de comprometimento	36
1.4 Retorno aos pontos principais e direção a ser tomada	39
2. CONHECIMENTO COMO NORMA DA ASSERÇÃO	42
2.1 A primazia do conhecimento: uma primeira aproximação	42
2.1.1 A tradição analítica e a motivação para o <i>Knowledge-First</i>	44
2.1.2 O conhecimento em primeiro lugar	48
2.2 A norma do conhecimento da asserção.....	51
2.2.1 As bases de sustentação da norma do conhecimento da asserção.....	52
2.2.2 Violação da NCA e irrepreensibilidade do Falante-A	57
3. ASSERÇÕES APROPRIADAS SEM A POSSE DE CONHECIMENTO	64
3.1 Asserções apropriadas na ausência de crença.....	64
3.2 A influência do contexto na determinação do padrão segundo Sanford Goldberg	73
3.2.1 Razões em favor da caracterização da asserção por meio de uma norma.....	74
3.2.2 Um exemplo de menor poder explicativo frente à concepção de que a asserção é definida por uma norma	76
3.2.3 Virtudes explicativas da hipótese baseada na norma da asserção	79
3.2.4 Manifestação da norma da asserção de forma mútua entre participantes de uma prática assertórica	82

3.2.5 Determinação do padrão e contexto	86
3.2.6 Grupos epistêmicos e a determinação do padrão	91
3.2.7 Ajuste nos padrões epistêmicos e suas consequências para a norma do conhecimento.....	98
4. RESPONSABILIDADE EPISTÊMICA E ASSERÇÃO APROPRIADA	105
4.1 Normas epistêmicas e normas morais	109
4.2 O modo especificamente epistêmico de responsabilizar	111
4.2.1 Desafios à noção de responsabilidade epistêmica.....	114
4.2.2 Voluntarismo doxástico sem escolha de um estado doxástico.....	121
4.2.3 Redução da confiança e culpa epistêmicas	129
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS.....	149

INTRODUÇÃO

As abordagens acerca do tema da asserção têm sido desenvolvidas, de forma expressiva, tanto na filosofia da linguagem quanto na epistemologia. Dentro da filosofia da linguagem, a asserção é explicada como sendo um dos tipos de atos de fala (Brown; Cappelen, 2011, p. 1-2). O principal objetivo, nessa perspectiva, será, então, tentar encontrar a característica principal do ato de fala da asserção, de modo que seja possível dar-lhe uma definição satisfatória, ou uma individuação desse ato frente aos outros tipos de atos de fala.

Os critérios nas tentativas de definir a asserção têm sido variados. Temos, por exemplo, propostas de caracterização da asserção por meio da busca pela descoberta da norma que a regula; por meio dos efeitos que uma prática assertórica pode provocar na base comum de informação entre aqueles envolvidos em uma interlocução, efeitos esses que consistem no aumento ou modificação dessa base comum de informação; por meio dos comprometimentos que um ato assertórico gera para quem o faz, comprometimento com a verdade ou crença verdadeira, por exemplo; e, por fim, através do critério daquilo que constitui as causas da asserção, tais como crenças ou estados mentais, que normalmente são expressos no ato assertórico.

Esses critérios, é importante observar, não são excludentes entre si. O que está em jogo é saber qual deles é o principal ou fundamental para uma definição adequada da asserção. Além disso, todas essas propostas de individuação podem ser combinadas entre si ou relacionadas de várias maneiras (Brown; Cappelen, 2011, p. 2).

Outra proposta, bem singular, diga-se de passagem, em relação ao ato de asserir, é a que se contrapõe a toda e qualquer perspectiva de definição das asserções. Tal proposta diz respeito ao posicionamento de Cappelen (2011), que defende a não existência de um conjunto de afirmações ou declarações que possa ser corretamente distinguido como um conjunto de asserções. De acordo com essa visão, “[a]s declarações são governadas por normas variadas, surgem com comprometimentos variados e têm causas e efeitos variáveis. Não há qualquer debate substantivo sobre qual desses conjuntos são as asserções” (Brown; Cappelen, 2011, p. 3). Desse modo, Cappelen estabelece uma nova posição no

debate sobre asserção, a saber, uma visão cética sobre a possibilidade de individuar o ato assertórico. No entanto, é um ponto de vista novo, e até o que sei, sem muitos adeptos.

Na epistemologia, por sua vez, a abordagem que mais tem recebido atenção é a defesa de uma definição da asserção por meio da norma que a regula. Segundo essa perspectiva, a asserção apropriada não só é regulada por uma norma, mas constituída por ela, a qual é fundamentalmente epistêmica. O principal objetivo dentro da perspectiva epistemológica será, então, identificar o que de fato é especificamente exigido pela norma da asserção (apropriada)¹, enquanto norma epistêmica. Descobrir qual o padrão epistêmico de exigência da norma assertórica, significa descobrir a norma constituidora da asserção. Dessa maneira, poderemos definir a asserção como sendo o ato de fala assertórico constituído por essa norma.

Como vimos, o padrão de exigência epistêmico de uma determinada norma da asserção será o determinante da própria norma. Se o padrão for crença justificada, teremos a norma da crença justificada da asserção; se conhecimento, teremos a norma do conhecimento da asserção; se certeza, a norma da certeza da asserção etc. Como já é possível presumir, o entendimento acerca do referido padrão é diverso, conseqüentemente, teremos várias propostas de normas epistêmicas da asserção. Dentre as principais propostas, há uma que se destaca, por isso é a que mais tem fomentado o debate acerca das normas assertóricas até os dias atuais, a saber, a proposta da norma do conhecimento da asserção (NCA), na versão capitaneada por Timothy Williamson (1996 e 2000). É principalmente para o debate em torno da NCA que o presente trabalho estará voltado, adotando, mais especificamente, uma postura de oposição em relação à NCA, ou de oposição à ideia de que a posse de conhecimento é imprescindível para qualquer asserção apropriada.

A oposição acima referida se apoiará na ideia central de que normas assertóricas de padrões epistêmicos mais brandos do que conhecimento são plausíveis; que é possível asserir apropriadamente obedecendo a uma norma com

¹ É comum, na literatura pertinente, usar simplesmente o termo “norma da asserção”, mas é importante observar que o sentido é claramente o de “norma para uma asserção apropriada”, ou seja, não se trata de uma norma para fazer qualquer tipo de asserção, como uma asserção mentirosa, por exemplo. “Asserção apropriada” está sendo entendida aqui como uma asserção direta, dentro do jogo real de conversa e com a finalidade de transmitir informação de qualidade. Asserção no sentido epistêmico do termo.

padrão epistêmico mais fraco do que o padrão de conhecimento. Essa ideia será sustentada por três pontos principais: (i), a possibilidade de se fazer asserções epistemicamente apropriadas sem que envolvam o estado doxástico de crer e, conseqüentemente, sem que seja necessário possuir conhecimento, já que para saber é preciso crer, de acordo com a perspectiva de Jennifer Lackey (2007); (ii), a possibilidade de haver variação no padrão da norma da asserção por interferência do contexto, como defende Goldberg (2015), minando assim a tese de unicidade e imprescindibilidade de um determinado padrão, como querem os defensores da NCA; e (iii), a existência do que defendo ser um descompasso problemático entre o que a NCA exige como padrão e os padrões epistêmicos mais brandos, que de fato estão ao alcance do falante da asserção em muitas das vezes.

A questão a ser colocada para a NCA, a partir de (iii), seria, então, explicar por que devemos submeter o agente assertórico a críticas ou culpá-lo por situações em que esse agente deixa de cumprir a NCA contra sua própria vontade, quando não está em seu poder escolher não atender à NCA. O problema, nesse caso, é que poder escolher violar ou não violar uma norma (pelo menos na esmagadora maioria dos casos em que há violação) é justamente a razão pela qual, em geral, as normas existem. Não faz sentido proibir S, um sujeito qualquer, de realizar uma determinada ação que S não tem como escolher não fazer.

Para sustentar a acusação de que a NCA, em muitos casos, deixa de fazer sentido, por exigir demais do agente assertórico, tentarei articular um argumento que, sob um novo viés, reforçará a plausibilidade dos padrões brandos. Esse argumento terá como ponto de partida uma mudança de foco, da asserção em si mesma para o falante da asserção. Sendo que uma asserção depende, em absoluto, da pessoa que a produz, então, faz sentido dizer que uma norma da asserção é, na verdade, uma norma que regula a ação de uma pessoa no momento de asserir, ou melhor, uma norma do agente assertórico. Se a base da norma da asserção é sempre uma base epistêmica, então, o tipo de responsabilidade que essa norma envolve é uma responsabilidade epistêmica, que é um atributo do agente assertórico. Se assim, o agente assertórico tem que ser, antes, um agente epistêmico, e a agência assertórica, superveniente à agência epistêmica.

O nível de responsabilidade envolvido em qualquer norma está intimamente ligado ao nível de liberdade de escolha. No caso das normas epistêmicas, a tese do involuntarismo doxástico, por exemplo, revela uma liberdade de escolha

deflacionária dentro da agência epistêmica, e os contraexemplos de Gettier (sem que seja qualquer novidade para os dias atuais) evidenciam que, em muitos casos, conhecer não depende de nossa vontade. Sendo que responsabilidade implica liberdade, a responsabilidade do agente epistêmico também é deflacionária, não envolvendo necessariamente o imperativo “S deve saber que p ”. Cabe, portanto, ao defensor da NCA explicar por que (se for o caso que responsabilidade assertórica pressupõe responsabilidade epistêmica) a responsabilidade do agente assertórico, que é, antes, o mesmo agente epistêmico, necessariamente envolve o imperativo “S deve saber que p ”.

Dito isso, o presente trabalho será estruturado em quatro capítulos. No primeiro, será feito, de início, um sobrevoo pelo tema da asserção, que está localizado no ambiente da filosofia da linguagem, com o intuito de visitar os principais, ou mais conhecidos, pontos de vista que tentam entregar a melhor definição de asserção. Como já mencionado de início, de um modo geral, a asserção é classificada, dentro da filosofia da linguagem, como um tipo de ato de fala. Com o intuito de fazer uma introdução na discussão que envolve o conceito de asserção, esse capítulo terá, então, a tarefa de apresentar um breve resumo da discussão feita pelas principais propostas de individuação do ato de fala da asserção frente aos outros atos de fala.

O segundo capítulo terá como foco a abordagem epistemológica do tema da asserção, que acontece à volta do debate sobre as normas da asserção. O interesse central do presente trabalho, como já afirmado, é estabelecer uma oposição à ideia de necessidade do conhecimento para a asserção apropriada, tal como preconizada pela NCA, na versão defendida por Williamson. Por esse motivo, esse capítulo será destinado a uma exposição de pontos importantes que sustentam a teoria sobre a NCA.

O terceiro capítulo dará início ao estabelecimento da contraposição à NCA. Esse capítulo será constituído basicamente por dois enfoques, os quais já foram mencionados aqui. O primeiro é a possibilidade de se fazer asserções apropriadas sem que necessariamente tenham que passar pelos estados doxásticos de quem asseriu, de acordo com o argumento de Lackey (2007). O segundo enfoque será o da possibilidade de os padrões epistêmicos da norma da asserção serem sensíveis ao contexto, sob a perspectiva de Goldberg (2015).

No quarto capítulo, pretendo argumentar em favor de uma concepção responsabilista das normas epistêmicas da asserção. Defenderei que os padrões normativos de uma norma epistêmica da asserção ganham mais sentido sob a perspectiva de teorias da responsabilidade epistêmica e da culpa epistêmica. Uma motivação para tanto é o simples fato de que o ato de asserção, exercido na função de transmissão de informação, sempre envolve relacionamentos epistêmicos e, por isso, responsabilidade epistêmica. Sendo assim, uma asserção apropriada é superveniente a uma agência epistêmica responsável e a maneira mais apropriada de indicar a violação de uma norma epistêmica da asserção, sem legítima desculpa, é culpando epistemicamente o agente epistêmico.

1 SITUANDO O DEBATE EM TORNO DA ASSERÇÃO E SUAS NORMAS

1.1 O debate em torno do conceito de asserção

A fim de encetar uma compreensão razoavelmente consentânea do termo “asserção”, algo que aqui se faz necessário, um começo pode ser pela concepção geral de que “asserção é, em primeiro lugar, uma ação” (Jary, 2010, p. 6) e que “asserir alguma coisa é realizar certo tipo de ato” (MacFarlane, 2011, p. 79).

Para trazer um pouco de especificidade, tomo de empréstimo as palavras de Peirce sobre asserções. Afirma ele:

[e]m primeiro lugar elas pertencem àquela classe de sinais os quais podem ser chamados de *enunciados* (*uttered*), ou seja, que podem ser traços (isto é, escrito, desenhado, escrito à máquina ou impresso sobre uma superfície visível) ou sons produzidos por meio de uma pessoa a qual determino ser *enunciador* (*utterer*) (Peirce, 2016, p. 131).

Com base nas citações acima, penso que já é possível arriscar dizer que asserir é, *prima facie*, a ação de enunciar, proferir ou declarar uma frase. Quem declara, declara algo e, em geral, declara algo para alguém, o que podemos descrever como envolvendo uma espécie de processo de transmissão.

Enquanto prossigo com a busca de uma clarificação do que seja uma asserção, para evitar mal-entendido, deixo estabelecida, de antemão, a definição aqui adotada do que vem a ser o realizador de uma asserção e o ouvinte de uma asserção. O sujeito da asserção não será aqui simplesmente considerado como sendo aquele que faz qualquer declaração em qualquer circunstância, mas aquele que faz uma asserção direta² nas circunstâncias do jogo real de conversa. Um exemplo de tais circunstâncias é quando uma pessoa olha pela janela, e ao ver pingos de chuva caindo, faz a seguinte declaração direta para seu ouvinte: “está chovendo lá fora”. O que é bem diferente de dizer “talvez esteja chovendo lá fora” e “acredito que esteja chovendo lá fora”. O referido exemplo também é bem diferente

² “Asserção direta” está sendo entendida aqui simplesmente como uma afirmação ou declaração direta sobre o mundo, num contexto de troca assertórica ou interlocução, cujo propósito mútuo mais geral é a transmissão de informação.

de quando a mesma declaração é feita por um personagem de um filme, por um ator de teatro em cena ou por um poeta, enquanto declama sua poesia, por exemplo. Algo análogo acontece aqui com o ouvinte de uma asserção. Esse não é simplesmente aquela pessoa que ouve qualquer coisa, ou que se presta a ouvir qualquer declaração em qualquer circunstância, mas a pessoa que ouve uma asserção direta nas circunstâncias do jogo real de conversa acima mencionado. Sendo assim, identificarei o falante, quando exerce a função única e exclusiva de fazer asserções, com o termo técnico “Falante-A”, para distingui-lo de “falante” num sentido mais amplo de quem fala ou declara qualquer outra coisa e em qualquer circunstância. Para o ouvinte, no exercício da função única e exclusiva de ouvir uma asserção, usarei o termo técnico “Ouvinte-A³”, para distingui-lo de quem ouve qualquer outra coisa e em qualquer circunstância.

Com a ação de declarar uma frase, *grosso modo*, o Falante-A quer transmitir alguma informação ao Ouvinte-A, e assim sendo, penso ser possível presumir que asserções têm como função principal veicular informação, configurada em um conjunto de proposições. Dessa maneira, parece que uma asserção pode ser adequadamente descrita como o ato através do qual veiculamos proposições, que podem ser, obviamente, verdadeiras ou falsas. Tal ato é descrito, pela literatura especializada, como um tipo de *ato de fala*, e para sua melhor compreensão parece adequado que se faça uma incursão em pelo menos algumas das concepções mais básicas das tão conhecidas teorias dos atos de fala, o que será feito a seguir.

O conceito de “ato de fala” foi primeiramente elaborado pelo filósofo britânico J. L. Austin, em um conjunto de conferências publicadas em 1962, com o curioso título de *How to do things with words*. Como notou Marcondes (2006, p. 224), “Austin (1962, 1ª conferência) parte da hoje famosa distinção entre constatativos e performativos”. Austin (1962, p. 3) explica o motivo da escolha do primeiro termo dizendo que “nem todas as declarações verdadeiras ou falsas são descrições, e por essa razão prefiro usar a palavra ‘Constatativo’”. Quanto ao segundo termo, afirma que “o nome é derivado, claro, de ‘realizar’ (*perform*), o usual verbo com o substantivo ‘ação’: isso indica que a emissão do enunciado é a realização de uma

³ No caso do Ouvinte-A, penso que pode representar tanto um único sujeito quanto mais de um, ou seja, um público ou uma audiência. No entanto, quando o sentido for de “público”, sempre que possível, será usado o termo no plural, Ouvintes-A. O mesmo pode ser feito com Falante-A, simplesmente mudando para Falantes-A, quando eu estiver falando de vários falantes de asserções.

ação – não é normalmente pensado como apenas dizer alguma coisa” (Austin, 1962, p. 7). No que concerne ao primeiro termo, “constatativo”, esse corresponderia às frases usadas para descrever fatos ou eventos, as quais são geralmente classificadas como verdadeiras ou falsas. Quanto ao segundo, o “performativo”, diz respeito às frases que são usadas para realizar algo, e não apenas para relatar. Sendo assim, tais frases não poderiam ser classificadas como verdadeiras ou falsas, mas como bem ou malsucedidas, sempre dependendo das circunstâncias ou contexto.

Um exemplo de frases usadas para propósitos exclusivamente descritivos (ou constatativos, como prefere Austin) seria “Bernardo está jogando vídeo game”, por conseguinte, um exemplo de frase performativa seria “prometo chegar no horário combinado para a reunião”. Enquanto dizemos, sobre a frase usada no primeiro exemplo, que ela é verdadeira, se de fato o evento for o caso, sobre a frase do segundo exemplo, somente diremos que foi bem ou malsucedida. Será bem-sucedida se as circunstâncias e consequências do ato de fala “eu prometo...” colaborarem, ou seja, a depender das circunstâncias (se havia uma reunião marcada para um determinado horário, se eu fui convidado e se realizei o “ato” de prometer) e das consequências (se eu me desloquei até o local da reunião e cheguei no horário prometido). Sobre o papel decisivo das circunstâncias, Austin diz o seguinte:

[...] é sempre necessário que as *circunstâncias* nas quais as palavras são enunciadas devam ser, em algum sentido ou maneiras, *apropriadas*, e é muito comumente necessário que o Falante-A ele mesmo ou outras pessoas devam *também* realizar *outras* certas ações, ‘físicas’ ou ‘mentais’, ou mesmo atos de proferir outras palavras (Austin, 1962, p. 8, ênfases do autor).

Ainda sobre as frases performativas, tornando assim mais perceptível o contraste delas com as constatativas, Austin (1962, p. 6) explica que “[...] parece claro que declarar a frase (nas circunstâncias apropriadas, obviamente) não é *descrever* minha ação em si mesma, proferida no que eu disse ao enunciar que estou fazendo-a, ou ao declarar que eu a estou realizando: é *fazê-la*”⁴. Desse modo, tais frases, por serem elas mesmas o próprio ato, não podem ser classificadas em

⁴ No original: “seems clear that to utter the sentence (in, of course, the appropriate circumstances) is not to *describe* my doing of what I should be said in so uttering to be doing or to state that I am doing it: it is to do it”.

verdadeiras ou falsas, pois, como tudo indica, não há uma relação de correspondência entre elemento linguístico e mundo, como no caso das constataativas.

Apesar de todo o trabalho inicial para separar as frases constataativas das performativas, Austin, como ressalta Marcondes,

[...] logo percebeu que esta dicotomia era inadequada, uma vez que o constativo tem também uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos e pode ser bem ou malsucedido, assim como os performativos têm uma dimensão constativa, já que mantêm uma relação com um fato. (Marcondes, 2006, p. 224).

A dificuldade, ou talvez impossibilidade, de se fazer a separação entre constativos e performativos fica mais evidente por meio do seguinte exemplo:

O APARTAMENTO ANTIGO⁵: Suponha a existência de dois amigos, A e B. A está negociando a compra de um apartamento e leva B junto com ele para ver o apartamento. Ao chegarem ao local, B enuncia para A a seguinte frase: “esse apartamento é antigo”.

Nas circunstâncias descritas, B produziu uma frase que pode ser tanto constativa quanto performativa. Ela pode ser entendida apenas como uma descrição (constatação), situação em que B está apenas relatando uma característica do imóvel, quanto pode ser entendida como a realização do ato de avisar. Nesse último caso, por exemplo, de modo performativo, B pode estar dizendo: “não compre esse apartamento porque é antigo, ele pode lhe trazer problemas futuramente”.

Dessa forma, Austin estende, para toda a linguagem, a sua concepção do uso da linguagem como sendo “uma forma de agir”. O “ato de fala” será entendido como uma unidade básica de toda a linguagem, contendo três dimensões as quais estão sempre conectadas. Essas dimensões são a locucionária, ilocucionária⁶ e a perlocucionária, podendo-se assim falar em “ato locucionário”; “ato ilocucionário” e “ato perlocucionário”. Vejamos o seguinte exemplo:

⁵ Inspirado em um exemplo de Jary (2010, p. 8).

⁶ Brown e Cappelen (2011, p. 2) observam que em comparação com a noção de “locucionário” a noção de “ilocucionário” não é tão clara, já que, como veremos adiante, todo ato ilocucionário é também um ato locucionário.

PISÃO NO PÉ: A e B estão, por acaso, no mesmo transporte coletivo. B, por descuido ou por qualquer outro motivo, pisa em um dos pés de A. Em resposta, A, dirigindo-se a B, diz “o senhor está pisando no meu pé”.

Ao enunciar a frase direcionada para B, A realiza um ato de fala, o qual é constituído por três dimensões. Ao enunciar a referida frase, A realiza um ato *locucionário*, que nada mais é do que o simples ato de pronunciar a frase. Ao mesmo tempo, realiza um ato *ilocucionário*, momento em que A, com a ajuda do contexto, deixa claro o sentido e suas intenções com a frase enunciada. Nesse caso, ao dizer “o senhor está pisando no meu pé”, A não tem a simples intenção de constatar a situação, mas de protestar, advertir ou exigir que B pare de pisar em seu pé. Finalmente, A realiza um ato *perlocucionário* quando B para de pisar em seu pé. Uma vez ocorrendo esse último ato, o perlocucionário, temos, então, a ocorrência de um ato de fala bem-sucedido, englobando as três dimensões. Essa é, na perspectiva de Austin, a ideia de ato de fala.

Austin faz uma observação sobre a primeira dimensão do ato de fala, o ato locucionário. Ele entende ser conveniente, e sugere considerar, desde o início, quantos sentidos existem em que “dizer alguma coisa é (*is*) fazer alguma coisa, ou *em (in)* dizendo alguma coisa nós fazemos alguma coisa, e ainda, *através (by)* de dizer alguma coisa nós fazemos alguma coisa” (Austin, 1962, p. 94, itálicos do autor). Começa distinguindo um grande grupo de sentidos de “fazer alguma coisa”. Tais sentidos estão presentes quando, segundo ele, dizemos que “dizer alguma é, em um sentido completamente normal, fazer alguma coisa” (Austin, 1962, p. 94). Aqui estão inclusos, de acordo com Austin, a enunciação de certos ruídos, de certas palavras em certa construção, e a enunciação dessas com certo sentido e com certa referência. É justamente nesse contexto que ele entende o “ato locucionário”. Em suas palavras: “o ato de ‘dizer alguma coisa’, [naquele] sentido completamente normal, eu chamo [...] de a *performance* de um ato locucionário”. (Austin, 1962, p. 94, itálicos do autor).

Contudo, realizar um ato “locucionário” é, em si mesmo, realizar um ato “ilocucionário”, diz Austin. Será a maneira como usaremos a locução que determinará qual ato ilocucionário foi realizado, a saber, se estamos realizando uma pergunta ou respondendo a uma; se estamos dando uma informação, uma garantia

ou um aviso; se estamos proferindo um veredito ou intenção etc. Para a realização de um ato locucionário, utilizamos a fala⁷, pois o ato locucionário é a própria enunciação da frase. Contudo, podemos nos perguntar sobre qual seria, precisamente, a maneira em que estamos usando a fala em uma determinada ocasião, pois são numerosas as funções ou maneiras de uso da fala. Isso faz grande diferença, já que é aí que surge o ato ilocucionário. “Faz uma grande diferença se nós estávamos aconselhando, meramente sugerindo ou realmente ordenando, se estávamos estritamente prometendo ou somente anunciando uma vaga intenção e assim por diante”, explica Austin (1962, p. 99).

Diante do exposto, é possível, a partir de então, traçar a diferença existente entre as instâncias dos atos locucionário e ilocucionário, como bem ilustrado pelo exemplo do pisão no pé, mesmo que realizar o primeiro seja realizar o segundo. Enquanto o ato locucionário consiste na enunciação em si mesma, o ato ilocucionário diz respeito à intenção do enunciador ao proferir a frase em um determinado contexto, configurando assim o que Austin chamará de “força ilocucionária”, que receberá posteriormente uma classificação mais elaborada a partir de John Searle. Nas palavras de Austin:

[e]u explico a *performance* de um ato nesse novo e segundo sentido como a *performance* de um ato ‘ilocucionário’, isto é, a *performance* de um ato *em (in)* dizer alguma coisa como oposta a *performance* de um ato *de (of)* dizer alguma coisa; e referirei à doutrina dos diferentes tipos de função da linguagem, aqui em questão, como a doutrina das ‘forças ilocucionárias’. (Austin, 1962, p. 99).

Existe ainda um terceiro aspecto do ato de fala, ou, segundo Austin, um terceiro sentido no qual realizar um ato locucionário, seguido de um ato ilocucionário, pode desembocar numa terceira instância do ato de fala. Quando dizemos alguma coisa, aquilo que é dito, frequentemente, acarreta algumas consequências, as quais podem ser o resultado de nossa intenção ou propósito de produzi-las. Tais consequências incidem sobre “sentimentos, pensamentos ou ações

⁷ Estou considerando “fala” aqui em um sentido amplo, ou seja, no sentido de comunicar ou transmitir algo (informação, no caso das asserções), e isso pode ser feito pela fala vocal, escrita ou de sinais (caso dos surdos), por exemplo. Ou qualquer outra forma de comunicar.

do público, do falante⁸ ou de outras pessoas” (Austin, 1962, p. 101). Essa instância do ato de fala será nomeada por Austin de “ato perlocucionário”. Ao que se pode observar, o ato perlocucionário seria o efeito das forças ilocucionárias empregadas na tentativa de fazer o que pretendíamos com a enunciação ou ato locucionário propriamente dito.

Os efeitos ou consequências das forças ilocucionárias seriam o resultado da enunciação juntamente com a intenção da realização do que se pretende, dentro de um contexto, o qual pode ser as convenções sociais, por exemplo. Intenção, juntamente com o contexto, constituirá a força ilocucionária e essa última poderá determinar as consequências, a saber, os atos perlocucionários. Segundo Searle, a intenção seria o elemento mais importante para a noção de força ilocucionária. Diz ele: “em geral, pode-se dizer que a noção de força ilocucionária é o resultante de vários elementos, dos quais o objetivo ilocucionário (*illocutionary point*) é apenas um, embora, eu creio, o mais importante”⁹ (Searle, 1975, p. 346). Nesse caso, claro, o termo “intenção” e o termo “objetivo” – esse último mencionado acima por Searle – , estão sendo aqui, como parece ser o caso, considerados como intercambiáveis.

Feita essa descrição das três fases ou características do ato de fala sob a perspectiva de Austin, é útil e interessante notar, devido sua clareza, a explicação dessas mesmas fases ou características feita por Bach e Harnish (1979, p. 3). Apesar de, aparentemente, não influenciar relevantemente na exposição dos atos de fala, ao contrário de Austin, os referidos autores não identificam o ato de *enunciar* em si mesmo como sendo o próprio ato ilocucionário. Eles distinguem os diferentes aspectos de um ato de fala da seguinte maneira:

⁸ Vale lembrar que, nesse caso, como poderá acontecer em outros momentos, o termo “falante” e o termo “público” (empregado antes de “falante”) estão sendo usados em um sentido amplo, por isso não foram empregados os termos técnicos “Falante-A” e “Ouvinte-A”.

⁹ Apesar das diferenças em relação a Searle, Bach e Harnish, pelo menos nesse aspecto, e em alguma medida, seguem numa direção semelhante à de Searle, pois ressaltam a importância da intenção na comunicação linguística. A importância estaria na intenção do Falante-A e no reconhecimento dessa intenção pelo Ouvinte-A. “[...] O que é comunicado não é determinado meramente pelo que é dito. A estrutura e o significado das expressões usadas são essenciais, mas assim também são a intenção do Falante-A e o reconhecimento desta pelo Ouvinte-A. Em nosso ponto de vista, uma intenção comunicativa tem a peculiar característica de que sua realização consiste em seu reconhecimento. O Falante-A pretende que o Ouvinte-A reconheça o objetivo de sua enunciação não apenas através de (1) conteúdo e (2) contexto, mas também por que (3) intenciona que o objetivo seja reconhecido” (Bach; Harnish, 1979, p. xi).

[s]e *S* é o enunciador, *H* o ouvinte¹⁰, e uma expressão (tipicamente uma frase) na linguagem *L* e *C* o contexto da enunciação, os principais constituintes do ato de fala de *S* podem ser esquematicamente representados como o seguinte:

Ato da enunciação: *S* enuncia e a partir de *L* para *H* em *C*.

Ato locucionário: *S* diz a *H* em *C* que tal e tal.

Ato ilocucionário: *S* realiza tal e tal em *C*.

Ato perlocucionário: *S* afeta *H* de certa maneira.

Esses atos estão intimamente relacionados. Em enunciando e, *S* diz alguma coisa a *H*; em dizendo alguma coisa a *H*, *S* faz alguma coisa; e fazendo alguma coisa, *S* afeta *H*. (Bach; Harnish, 1979, p. 3).

Como podemos ver, de acordo com essa caracterização, o ato de enunciar é a primeira etapa, precedente ao ato locucionário. Pode-se inferir que isso poderá ser explicado a partir do fato de que nem todo ato de enunciação resulta em um ato locucionário. Podemos perceber isso partindo da ideia de que é possível enunciar algo que não venha a *dizer* algo a alguém, e, como vimos, “dizer” (obviamente no sentido de comunicar) algo a alguém é condição para que haja o ato locucionário. O fenômeno de enunciar algo e ao mesmo tempo não “dizer” algo parece ser o caso das enunciações que carecem de sentido, pois se enunciamos algo sem sentido, enunciamos, mas não dizemos. Realizamos o ato da enunciação e não o da locução. Desse modo, podemos separar esse primeiro ato, o ato de enunciar, do ato de locucionar, que seria dizer ou comunicar alguma coisa.

Vale lembrar que, até então, meu intuito tem sido o de limpar o terreno em torno do conceito da asserção. Para tanto, propus uma breve incursão nas teorias dos atos de fala. A partir do alcance de uma noção básica do que vem a ser um ato de fala podemos, de maneira mais clara, identificar a noção específica da asserção. Dito isso, dentro da teoria dos atos de fala, por motivo de clareza e precisão, é ainda importante recorrer a alguns pontos específicos do tratamento dado ao tema por Searle, em seu *A taxonomy of illocutionary acts*, de 1975. Nesse texto, ao proceder com sua classificação – mais elaborada¹¹ que a de Austin – dos diferentes tipos de força ilocucionária que, diga-se de passagem, constitui o núcleo do ato de fala, Searle acaba por evidenciar características muito importantes do ato de asserir.

¹⁰ Como os autores, nesse fragmento do texto, estão falando do ato de fala em um sentido amplo, e não do ato de fala da asserção especificamente, não seria adequado mudar a notação original *S* (*subject*) e *H* (*hearer*) para Falante-A e Ouvinte-A.

¹¹ De acordo com Marcondes, 2006, p. 226, a proposta de classificação das forças ilocucionárias de Austin, em 1962, foi provisória.

Searle identifica doze dimensões importantes nas quais os atos ilocucionários variam, diferindo uns dos outros. No entanto, por entender que são as mais úteis, no que concerne a clarificação do conceito de asserção, serão aqui consideradas a primeira dimensão, que diz respeito a diferenças determinadas pelos diversos objetivos dos atos ilocucionários e, principalmente, a segunda, que corresponde às diferenças determinadas pela assimetria nas direções de encaixe entre palavra e mundo.

Para John Searle (1979, p. 1-29), as declarações (*statements*) integram uma das categorias básicas dos *atos de fala ilocucionários*. É um ato ilocucionário aquele ato linguístico praticado por um falante que enuncia uma frase gramatical com significado e com uma intenção. O falante visa ser bem-sucedido na sua intenção de expressar uma *promessa, ordem, pedido* etc. Com esse ato, o falante também se compromete com o que ele expressa com o ato de *prometer, ordenar, solicitar* e assim por diante. No caso específico das declarações ou asserções (ou ato ilocucionário assertivo), o Falante-A (falante da asserção) se compromete com a verdade da frase enunciada. Escreve Searle (1979, p. 12),

[...] o propósito dos membros da classe assertiva é o de comprometer o Falante-A (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa. Todos os membros da classe são avaliáveis na dimensão de avaliação que inclui o *verdadeiro* e o *falso*.

O critério de avaliação da frase enunciada é, então, o ajuste “palavra-mundo”, e o estado expresso é a “crença que *p*”, ou seja, com a frase declarada o Falante-A diz para o seu interlocutor, o Ouvinte-A (ouvinte da asserção), que ele acredita¹² que *p* e que *p* é o caso, isto é, que *p* é verdadeira.

Posto isso, consideremos agora a explicação de Searle da dimensão de variação dos atos ilocucionários, por meio da direção de encaixe palavra-mundo, como mencionado acima. Para tanto, vejamos, de antemão, um interessante exemplo de caso descrito por Searle, mas originalmente elaborado por Gertrude E. M. Anscombe, em 1957. O caso é o de um homem que vai ao supermercado com

¹² Como veremos ainda neste e nos capítulos seguintes, essa relação entre asserção e crença enquanto relação necessária é questionável, pois é argumentado (Moore (1946); Lackey (2007); Goldberg (2015)) que há casos de asserções apropriadas sem crença.

uma lista de compras e é seguido por um detetive. Searle descreve o caso da seguinte maneira:

[s]uponha que um homem vai ao supermercado com uma lista de compras dada a ele por sua esposa, na qual estão escritas as palavras “feijão, manteiga, bacon e pão”. Suponha que enquanto anda com seu carrinho de compras, selecionando aqueles itens, o homem é seguido por um detetive que anota tudo o que ele pega. Assim que saírem da loja, ambos terão listas idênticas. Mas, as funções das duas listas serão totalmente diferentes. No caso da lista do comprador, o propósito da sua lista é, por assim dizer, fazer o mundo corresponder às palavras; o homem deve fazer com que suas ações se encaixem na lista. No caso do detetive, o propósito da lista é fazer com que as palavras correspondam ao mundo; o detetive deve fazer com que a lista se encaixe nas ações do comprador. Isso pode ser mais bem demonstrado observando o papel de um “erro” nos dois casos. Se o detetive chega a sua casa e de repente percebe que o homem comprou costelas de porco ao invés de bacon, ele pode simplesmente apagar a palavra “bacon” e escrever “costelas de porco”. Mas, se o sujeito que foi às compras chega em casa e sua esposa salienta que ele comprou costelas de porco, quando deveria ter comprado bacon, ele não pode corrigir o erro apagando “bacon” da lista e escrevendo “costelas de porco”. (Searle, 1979, p. 3).

Esse exemplo é muito útil para que possamos estabelecer uma característica fundamental da asserção, de modo a chegar a uma delimitação mais específica. De uma perspectiva ampla, asserções enquadram-se na categoria dos atos de fala que têm por objetivo tentar fazer com que as palavras – mais estritamente, seu conteúdo proposicional – correspondam ao mundo. Promessas e ordens, por exemplo, enquadram-se na categoria oposta, a saber, a que tem por objetivo tentar fazer as ações e estados de coisas corresponderem às palavras.

Quando produzimos uma asserção, de um modo geral, o que fazemos é tentar corresponder o que é dito ao objeto. Quando produzimos uma asserção em t_1 (um tempo qualquer) estabelecemos, claro, uma relação de correspondência entre palavra e objeto ou entre a asserção e um estado de coisas. Porém, se em t_2 (certo tempo posterior a t_1) ocorrer uma mudança no cenário do estado de coisas, descrito pela asserção, a atitude a ser tomada pelo Falante-A será a de alterar a asserção ou abandoná-la, esse é o caso do detetive no exemplo acima descrito. Se em t_2 o detetive percebeu uma falta de correspondência entre uma de suas asserções (em sua lista) e um determinado estado de coisas (resultado da ação do homem fazendo compras, nesse caso), sua atitude imediata será alterar a asserção em sua lista, para que ela volte a corresponder ao estado de coisas. No caso do sujeito fazendo compras, o que ele terá que fazer, para que volte a haver correspondência,

é corrigir sua ação ou, por assim dizer, alterar o estado de coisas, pois sua lista representa um pedido (ou em muitos casos, uma ordem) de sua esposa. Desse modo, podemos firmar, provisoriamente, uma noção mais clara da asserção como sendo uma declaração que tem como característica o ato de descrever, o qual é caracterizado pela direção de conformação que vai da palavra para o mundo, assim como explica Searle (1979, p. 3). Além disso, à primeira vista, tem a característica de sempre estar exposta a julgamentos de verdade ou falsidade.

Vale observar que embora seja uma característica importante, como veremos a seguir, o fato de uma declaração ser passível de julgamentos de verdade e falsidade não é um fator determinante na caracterização e delimitação da asserção. Isso pode ser constatado a partir do abandono de Austin (1962, p. 148) da distinção constatativos/performativos, defendida por ele mesmo anteriormente. Como observa Mark Jary, a rejeição de Austin à dicotomia entre os referidos termos, foi o resultado de duas observações feitas por ele. “Primeiro ele notou que declarar –protótipo de constativo – é tanto fazer alguma coisa quanto prometer ou advertir [...]” (Jary, 2010, p. 8). Segundo, notou que “declarações eram sujeitas ao mesmo tipo de infelicidade [ou insucesso] inerente aos performativos” (Jary, 2010, p. 8). Com isso, Austin decreta o fim da distinção que ele mesmo havia elaborado.

Em favor da primeira observação feita por Austin, Jary elabora o seguinte exemplo: “quando eu disse que a casa era velha, não estava lhe advertindo para que não a comprasse, eu estava apenas declarando um fato” (Jary, 2010, p. 8). Nesse caso, fica claro que a depender da intenção do falante e do contexto, uma declaração (constativo) pode funcionar como um performativo. No exemplo acima, sem a explicitação da intenção por trás da declaração “a casa é velha”, ela pode muito bem cumprir a função de uma advertência ou conselho, o que se configura como um ato performativo, não descritivo. Evidenciando, assim, no mínimo, a dificuldade da distinção entre constativos e performativos.

Em favor da segunda observação de Austin, pesa o fato de que “do mesmo modo que uma promessa pode ser insincera, se o falante não tem a intenção de executar o ato descrito, uma declaração pode ser insincera se o Falante-A não acredita no conteúdo de sua asserção” (Jary, 2010, p. 8). Do mesmo modo, se uma promessa (performativo) pode ser feliz ou bem-sucedida, o mesmo pode ocorrer com uma declaração (constativo).

Posto isso, até então se pode ver que não parece muito fácil uma definição consistente do que venha a ser asserção. Na medida em que se busca mais sobre o assunto, as dificuldades aumentam, pois são várias as concepções acerca do que seriam os elementos característicos e fundamentais de uma asserção. Muitos teóricos propõem múltiplos pontos de vista, e sendo assim, para ter uma noção da variedade dos principais posicionamentos, vejamos alguns apresentados por Jary (2010), porém, de maneira muito pontual e sem entrar nos detalhes das objeções e defesas, envolvendo tais visões.

1.2 Algumas das noções mais comuns sobre o conceito de asserção

Dentre outros pontos de vista, Jary apresenta, por exemplo, o de Searle (1969), para o qual a condição essencial da asserção seria o fato de que ela conta como um empreendimento no sentido de que “ p represente um estado de coisas” (Jary, 2010, p. 9). O de Bach e Harnish (1979), que defendem que uma enunciação que expressa p somente será uma asserção se houver intenção do Falante-A, no sentido de que sua enunciação seja tomada pelo Ouvinte-A como razão para crer que o Falante-A acredita que p e que ele pretende que o Ouvinte-A também acredite que p (Jary, 2010, p. 9). Alinhados com Searle, eles veem o comprometimento do Falante-A com a verdade e a expressão de crença, juntamente com sua intenção de causar a formação de crença no Ouvinte-A, como central para a asserção (Jary, 2010, p. 12).

Jary apresenta ainda a perspectiva de Millikan (1984), que reafirma a primazia do caráter da intenção informativa da asserção. Nesse caso a função apropriada da asserção nunca deixaria de ser a informatividade, nem mesmo em muitos casos em que o ato assertórico não resulta em informação e nem pretende tal resultado. Seria análoga ao sexo, cuja função apropriada não deixaria de ser a reprodução, ainda que muitos atos sexuais não resultem em reprodução nem pretendam tal coisa (Jary, 2010, p. 11). A de Sperber e Wilson (1986/1995), que refinam a posição de Millikan, nomeando de “asserções ordinárias” aquelas que pretendem informar o Ouvinte-A de que p , colocando a informatividade (ou simplesmente a característica de transmitir informação) como um elemento indispensável para uma adequada

caracterização da asserção (Jary, 2010, p. 11). A de Alston (2000), segundo o qual o que distingue as asserções é que, ao asserir, o Falante-A assume responsabilidade pela obtenção da proposição explicitamente expressa pela enunciação (Jary, 2010, p. 15). A de Geach (1965) e Russell (1905), que defendem o comprometimento com a verdade como única exigência para que uma proposição conte como asserção (Jary, 2010, p. 16) A de Brandom (1994) que, apoiando-se em Dummett (1981), vê a condição suficiente da asserção como sendo essencialmente um empreendimento de comprometimento com a autoridade e a responsabilidade de um Falante-A, a saber, a autoridade de passar para o Ouvinte-A o seu direito e compromisso em relação à asserção e a responsabilidade de ter que justificá-la se for desafiado (Jary, 2010, p. 19-20). E a perspectiva de Williamson (1996), que concebe asserção como sendo essencialmente uma atividade na qual o Falante-A assume uma responsabilidade com a qualidade da informação que ele passa, conferida pela posse de conhecimento. Ou seja, deve-se asserir somente aquilo que se sabe (Jary, 2010, p. 46).

Acredito, então, que, a essa altura, podemos elencar as principais características referentes ao ato assertórico, e observar quais são mais recorrentes e aparentemente mais consistentes, para que assim possamos dar uma maior atenção a essas. Seriam elas: ação de enunciar; declaração; sujeição ao julgamento verdadeiro/falso; descrição de fatos; direção de conformação que vai da palavra ao mundo; representação de um estado de coisas; intenção de expressar crença e causar crença; comprometimento com a verdade e a expressão de crença; informatividade (no sentido de transmitir informação); responsabilidade pela obtenção da proposição; comprometimento com a autoridade e responsabilidade; responsabilidade com a qualidade da informação passada.

Algumas das características acima já foram aqui apresentadas como tendo problemas de consistência quanto à importância de sua função definidora do ato de asserção. Posto isso, recorreremos agora ao ponto de vista de MacFarlane (2010), o qual foi retomado por Goldberg (2015), no que diz respeito a uma espécie de taxonomia, que traça de uma maneira razoavelmente clara as características do ato em questão, ao apontar os principais posicionamentos teóricos merecedores de maior atenção.

Segundo Goldberg (2015), existem várias maneiras com as quais podemos descrever os atos de fala, dentre essas, temos as seguintes: “os falantes ‘promovem

afirmações’, eles ‘fazem declarações’, eles ‘dizem’ coisas para o público, eles ‘relatam’ um estado de coisas, eles ‘expressam julgamentos’ que fizeram, e assim por diante” (Goldberg, 2015, p. 4). Uma característica notável em todos esses casos, segundo ele, é o fato de que são realizados por meio de uma frase declarativa, ou ainda, alternativamente, por meio da realização de uma frase sob a disposição indicativa. Contudo, apesar de podermos afirmar que é algo fora de discussão, o fato de que todo ato assertórico seja um ato declarativo, o contrário (que todo ato declarativo seja um ato assertórico), de acordo com Goldberg, não ocorre. Assim como não se pode afirmar, devido a impossibilidade da dicotomia entre os declarativos e performativos de Austin, que a possibilidade de classificação entre verdadeiro e falso seja uma característica definidora da asserção. “Nem toda enunciação de frases declarativas são asserções”, nos alerta Goldberg (2015, p. 4).

Um dos exemplos que mostra que nem toda enunciação de frase declarativa resulta em asserção é o caso de um ator que produz sua fala no palco¹³. Nessa situação o ator certamente pronunciará muitas frases declarativas, mas não estará de fato asserindo o que quer que seja, pois tais declarações resultarão de um fingir afirmar coisas, que, como tal, carece de sinceridade. Contudo, pode-se perguntar: e se excluirmos todos os casos que envolvam fingimento, como nos casos de encenação e semelhantes, considerando apenas as enunciações de declarações sinceras, pode-se afirmar que essas seriam suficientes para realizar uma asserção? Goldberg responde que não. Não seriam suficientes porque podem ocorrer, e de fato ocorrem, casos em que tais enunciações, apesar de declarativas e sinceras, não são realizadas com *força* de asserção. É o caso das declarações que envolvem palpites, por exemplo. Nessas situações, o palpiteiro realiza uma enunciação declarativa, com sinceridade, mas com a força apenas de um palpite e não de uma asserção. Logo, segundo Goldberg, (2015, p. 5), apenas sinceridade nas enunciações declarativas não é um marcador de assertividade¹⁴.

¹³ Como já ligeiramente mencionado no início desse capítulo, no momento da apresentação dos termos Falante-A e Ouvinte-A.

¹⁴ Goldberg diz que apesar de ser tentador afirmar que asserções são no mínimo “todos os atos em que uma dada proposição é *apresentada como verdadeira*, onde essa apresentação tem certa *força* (o que nós podemos chamar de *força assertórica*)” (Goldberg, 2015, p. 05), infelizmente não é uma caracterização útil, pois “apresentar alguma coisa como verdadeira em fala é algo que se pode fazer sob condições nas quais é de mútuo conhecimento que ninguém acredita ou acreditará que a proposição é verdadeira” (Goldberg, 2015, p. 05), isso porque mentiras também envolvem asserção, inclusive as mentiras deslavadas, situação na qual é mútuo o conhecimento de quem fala e de quem ouve que o que está sendo asserido é falso.

As várias características do ato assertórico, na perspectiva de Goldberg, estão ligadas a quatro importantes papéis que a asserção desempenha, a saber, comunicar e propagar o conhecimento; gerar direitos e responsabilidades para o Falante-A e Ouvinte-A; ser veículo para a expressão de crenças; e seu fundamental papel no método de interpretação de uma língua não compreendida.

Ligadas aos papéis descritos acima, segundo Goldberg (2015, 6-9), as asserções têm as seguintes características: (1) aptidão para comunicar conhecimento (*CK-aptness*); (2) dignidade ou merecimento de crença (*assertion's belief-worthiness*); (3) susceptibilidade a desafios epistêmicos (*EC-susceptibility*); (4) transmissão de autorrepresentação implícita no ato da asserção (*conveyed self-representation*); (5) aspecto interpessoal do ato de asserção; (6) aspecto da *sinceridade* da asserção; (7) *retroatividade* da asserção; (8) função evidencial no momento da Interpretação Radical (*RI-evidencial*).

Em resumo, no que diz respeito à característica (1), Goldberg acreditar ser incontestado que seja por meio da asserção que alguém comunica seu conhecimento a outras pessoas. Em relação à (2), o Falante-A quando age, assim o faz com o objetivo de que o Ouvinte-A aceite, ou “acredite”, na verdade da proposição veiculada pela asserção, porém, nem sempre as asserções são dignas de crença. Às vezes são insinceras ou incompetentes, daí a necessidade de que a crença asserida tenha dignidade, ou seja, que a asserção seja digna de crença. (3) representa a marcante característica da asserção que consiste em estar sempre sujeita a desafios epistêmicos legítimos. Quanto à característica (4), quando um Falante-A realiza o ato de asserção¹⁵, dentre outras coisas, ele se autorrepresenta como tendo conhecimento do conteúdo asserido ou ao menos evidência a favor. O que explica (5) é o fato de que quem faz uma asserção gera o direito no Ouvinte-A de fazer um desafio à verdade da asserção, assim sendo, é gerada a responsabilidade para o Falante-A de lidar com esse desafio. (6) tem a ver com a relação da asserção com a crença, no sentido de que somente quando sincera a asserção expressa a crença do Falante-A. A característica (7) é o caso em que o Falante-A pode voltar atrás depois de feita a asserção, por conta de uma posterior percepção da falta ou pouca sustentação para o seu ato de fala. Em (8), é utilizado o

¹⁵ Aqui seria adequando simplesmente dizer: quando o Falante-A “atua”, ao invés de “realiza o ato de asserção”, já que, por definição, o único ato do Falante-A é a asserção. Porém, por motivos didáticos, acredito que a redundância, nesse caso, é tolerável.

conceito de “interpretação radical” de Donald Davidson, para se referir a situação na qual um Ouvinte-A se depara com uma linguagem por ele ainda não compreendida. Nesse caso, o ato de asserção dos Falantes-A, da língua desconhecida, será a parte de evidência central sobre a qual será realizada a tarefa de quebrar o código da tal língua.

Como Goldberg ressalta (2015, p. 8), o papel de comunicar o conhecimento corresponde à *importância epistêmica* da asserção. Todas as características da asserção, descritas acima, têm, de algum modo, uma conexão com esse aspecto epistêmico, apesar de, no caso de (8), essa conexão ser de forma indireta. Dessa maneira, Goldberg dá a entender que para ser bem-sucedida, uma teoria da asserção terá que explicar, se não todas as características, pelo menos as mais sobressalentes, que são aquelas mais proximamente ligadas à importância epistêmica da asserção.

Dito isso, é importante observar que, ao que tudo indica, a função mais importante da asserção é transmitir informação. Assim, sua importância, antes de qualquer coisa, consiste numa importância epistêmica. Todas as características da asserção, como afirmou Goldberg, têm, de algum modo, uma conexão com o aspecto epistêmico. Sendo assim, fica subentendido que devemos considerar, em primeiro lugar, a asserção como um objeto da abordagem epistemológica e, mais especificamente, como sendo constituída e definida por uma norma epistêmica. No terceiro capítulo, seção 3.2, veremos em detalhes, com a ajuda de Goldberg, as vantagens da abordagem epistemológica da asserção.

Retornando ao assunto da difícil tarefa de definir “asserção”, é útil colocar, à maneira de MacFarlane (2011, p. 70), o seguinte questionamento: o que diferencia o ato de fala da asserção de outros atos de fala (tais como perguntas, ordens etc.)? E ainda, o que o diferencia de outros atos que não são de fala (tais como sons ou sinais¹⁶ não articulados)? A diferença em relação aos últimos parece fácil de descrever, pois basta notar que não sendo atos de fala¹⁷ já é suficiente para distingui-los do ato assertórico, que em si mesmo é um ato de fala. No entanto, é em relação aos primeiros, ou na individuação do ato de fala da asserção frente aos

¹⁶ No caso da linguagem de sinais.

¹⁷ Vale reforçar a observação de que o sentido de “fala” aqui é amplo, não tem apenas o sentido de fala vocal. Afirmar que algo não é um “ato de fala” (assertórico), nesse ponto específico, significa dizer que não comunica, não transmite informação.

outros atos de fala, que os problemas surgem. De acordo com MacFarlane (2011, p. 79),

[...] quais características de um ato o qualificam como uma asserção e não como um desses outros tipos de ato? Para focar em um exemplo particular: em anunciando “Bill fechará a janela” pode-se estar praticando a pronúncia do inglês, asserindo que Bill fechará a janela ou solicitando que Bill feche a janela. O que faz esse ser o caso que alguém está enunciando uma dessas opções e não outras?

Há algumas categorias de respostas que mais sobressaem, na tentativa de explicar essas questões e aquelas características da asserção elencadas por Goldberg, por isso são merecedoras de maior atenção. MacFarlane resume esses pontos de vista teóricos em quatro. Assim como fez Goldberg, levaremos em conta essa seleção de teorias feita por MacFarlane, no que tentaremos, ainda que de forma resumida, apresentá-las a seguir.

1.3 Quatro das principais teorias sobre asserção

Seguindo o raciocínio de MacFarlane (2011, p. 79), os quatro pontos de vista teóricos mais destacados sobre a noção de asserção assumem as seguintes posições: “(1) asserir é expressar uma atitude. (2) asserir é fazer um movimento definido por suas regras constitutivas. (3) asserir é propor a adição de informação à base comum da conversação. (4) asserir é empreender certo tipo de comprometimento”.

1.3.1 Asserção como a expressão de uma atitude

O ponto de vista de Bach e Harnish (1979), em favor da defesa da asserção como sendo a expressão de uma atitude, talvez seja um dentre os mais bem acabados e mais mencionados na literatura recente. De maneira mais específica, ao que parece, como tentarei mostrar, a asserção, segundo tal visão, seria a expressão

de uma atitude como o estado “doxástico de crer”¹⁸. Será essa defesa de Bach e Harnish que, a seguir, de forma resumida, tentarei apresentar como representante do ponto de vista expressivista da asserção.

Partindo da ideia de que há algo além da estrutura e do significado das expressões, no processo da comunicação linguística, Bach e Harnish defendem que uma explicação ampla ou geral desse processo precisa levar em conta, obviamente, esse algo além, que seria um elemento a mais no referido processo. Tal elemento, afirmam, seria a intenção, porém não “intenção” pura e simples, mas a intenção ilocucionária, que eles chamam de “intenção reflexiva”. Dizem eles,

[r]estringimos as intenções ilocucionárias àquelas intenções cuja realização consiste em nada mais que seu reconhecimento (*recognition*). O tipo de intenção reflexiva que tem essa característica é aquele de expressar uma atitude (tal como uma crença ou desejo). Nesse sentido, um ato da comunicação linguística será bem-sucedido se a atitude que o enunciador expressar for identificada pelo Ouvinte-A através do reconhecimento da intenção reflexiva ao expressá-la (Bach; Harnish, 1979, p. XV).

Não é o propósito aqui, como já mencionado, entrar em muitos detalhes das teorias mencionadas. No entanto, é importante notar que os autores em questão evidenciam a necessidade da presença da intenção reflexiva no processo comunicativo e a justificam fazendo uso dos notórios casos de atos de fala indiretos – por conta própria, incluo, entre esses, os atos de fala realizados com ironia, por exemplo. Assim, afirmam eles, “[n]osso ponto de vista é que comunicação linguística envolve essencialmente que o falante tenha um tipo especial de intenção (uma intenção de que o ouvinte faça certo tipo de inferência) e que o ouvinte verdadeiramente faça essa inferência” (Bach; Harnish, 1979, p. XVII). Por conseguinte, fica indicado que considerar somente a estrutura e o significado das expressões não basta porque, além desses, o que determinaria o sucesso da comunicação, inclusive nos casos das expressões não literais, seria a realização de inferências por parte do público, para corresponder à intenção do enunciador da expressão. “[...] Porque o enunciador poderia estar falando de modo não literal ou indiretamente, o público deve se apoiar em muito mais do que o significado linguístico da enunciação para determinar a intenção do falante” (Bach; Harnish,

¹⁸ Acredito que pode ser entendido dessa forma porque se for o caso que asserção é uma expressão de crença, e crença é largamente conhecida como um estado doxástico positivo ou, dito de outro modo, o estado psicológico de crer, logo, poderíamos dizer, com o mesmo sentido, que asserção é a expressão do estado doxástico de crer.

1979, p. XVI), ou seja, o público deve fazer inferências para determinar a intenção do enunciador, e é justamente da parte desse a intenção de que isso ocorra.

Como apontado até aqui, segundo Bach e Harnish, a comunicação linguística é um ato de expressão de atitudes, que realizamos sempre que dizemos alguma coisa. Como as atitudes não são unívocas, mas de vários tipos, a depender do tipo de atitude expressa, teremos um tipo de ato ilocucionário sendo realizado. Posto que, como afirmaram os expressivistas, as atitudes podem ser, por exemplo, de crenças ou desejos, podemos inferir, a partir daí, que, como já vem sendo afirmado, a asserção seria a expressão de uma atitude de crença, pois atitudes de desejos dizem respeito a atos de fala não assertivos. Quando se dá uma ordem, realiza-se um ato por meio da disposição diretiva que, em princípio, distingue-se do ato de asserção devido a esse ser produzido a partir da disposição declarativa. Dito isso, parece consentâneo, então, afirmar que se asserção é a expressão de uma atitude, essa atitude é a crença.

Vejamos, então, a explicação acabada do que seria o ato da asserção, na configuração da expressão de atitude, elaborada por Bach e Harnish:

[e]m nosso ponto de vista, comunicar é de fato expressar um pensamento ou, de modo mais geral, uma atitude, seja ela uma crença, uma intenção, um desejo ou mesmo um sentimento; mas em dizendo que comunicar é expressar uma atitude, estamos querendo dizer algo muito específico por “expressar”. (Bach; Harnish, 1979, p. 15)

Expressar: para S^{19} expressar uma atitude é preciso S R-intencionar que o ouvinte tome a enunciação de S como razão para pensar que S tem aquela atitude (Bach; Harnish, 1979, p. 15).

Em enunciando e , S asseri que P se S expressa:

- i. a crença que P , e
- ii. a intenção que H^{20} acredite que P . (Bach; Harnish, 1979, p. 42)

O termo traduzido como “R-intencionar” diz respeito ao termo *R-intend*, que quer dizer “intenção reflexiva”. Portanto, fica clara a posição dos autores em questão ao definir o ato de asserção como expressão de uma atitude específica (a atitude de crença) juntamente com a intenção, por parte do Falante-A, de que o Ouvinte-A venha a adotar a crença expressa.

¹⁹ Aqui o sentido de S (*subject*) é o mesmo de Falante-A. Optei por deixar a notação original, S , não alterando para Falante-A, simplesmente para manter o padrão da citação dessa mesma obra feita no início desse capítulo.

²⁰ Aqui o sentido de H (*hearer*) é o mesmo de Ouvinte-A. A notação original permaneceu simplesmente para manter o padrão da citação dessa mesma obra feita no início desse capítulo.

1.3.2 Asserção como um movimento definido por suas regras constitutivas

Desde mais de meio século é possível ver na literatura, sobre o tema da asserção, a tendência de definir a asserção por meio de regras constitutivas, como ocorre em *Saying and disbelieving*, de Max Black (1952).

A apresentação da noção de asserção de Black, que pode ser entendida como a das regras constituidoras da asserção, pode ser percebida, por exemplo, no contexto da discussão sobre a plausibilidade das frases apresentadas por G. E. Moore²¹. As frases Mooreana referidas aqui são as do tipo “S afirma que p , mas crê que não p ”. Um dos exemplos de Black (1952, p.25) para as tais frases é o seguinte: “cogumelos são venenosos, mas eu não acredito nisso”. Segundo Moore (1946, p. 204), “isso, embora absurdo, não é autocontraditório, pois pode muito bem ser verdadeiro”. A explicação de Moore para isso é que a afirmação da proposição “cogumelos são venenosos” *implica* a proposição “*acreditamos* que cogumelos são venenosos”, o que obviamente provoca um choque contraditório com a segunda parte da frase conjuntiva “mas eu não acredito nisso”. No entanto, de acordo com Moore, “nós não asserimos tal coisa, nem isso se segue de alguma coisa que nós asserimos” (Moore, 1946, p. 204). Sendo assim, não haveria uma discrepância lógica, só é implausível porque seria o contrário do que a experiência nos leva a esperar.

Moore dá a entender que é possível fazer corretamente uma asserção sem o acompanhamento da crença, o que justificaria a defesa das frases mooreanas. Porém, diz Black (1952, p. 31), “parece-me que o significado da palavra ‘asserção’ deve ser entendido em termos do significado da expressão ‘honesta asserção’” e, afirma ainda Black (1952, p. 30), “é uma ‘pressuposição’ da expressão ‘honesta asserção’ que deva haver certo acordo entre a performance do falante (as palavras que ele usa) e seu ‘estado mental’”. Para ele, então, seria errado dizer que, em algum sentido, a frase paradoxal mooreana seria uma asserção.

Em contraposição a Moore, Black defende que frases como “ostras são comestíveis, mas eu não acredito nisso” são sempre inadequadas. Quando usamos as palavras “ostras são comestíveis” pronunciando-as assertivamente, o tom de voz

²¹ Ver: *Moore's Paradox*, 1993.

com a cópula certa “é” e não “talvez”, “pode ser”, ou qualquer outra do tipo, se configura como um *signal convencional* que pode ser chamado de “boa fé”. Para usar o português corretamente, por exemplo, o falante tem que aprender que pronunciar a frase “ostras são comestíveis”, em certo tom de voz, característico de um ato assertivo, é o mesmo que *representar a ele mesmo* como sabendo, acreditando ou pelo menos não desacreditando do que está sendo dito. Fazer uma enunciação assertiva, sem sua correspondência com “conhecimento ou crença é propriamente tratado como uma violação da linguagem” (Black, 1952, p. 32). Asserção é, então, segundo essa perspectiva, a autorrepresentação do enunciador como tendo conhecimento ou crença em relação ao que foi asserido. Asserir em desacordo com a autorrepresentação (sem ter conhecimento ou crença) significa violar uma norma da linguagem.

Ainda entre os mais antigos, encontramos em Peter Unger (1975), dentre outros, mais uma defesa da asserção como sendo um movimento definido por suas regras constitutivas. De acordo com Unger (1975, p. 253), “se *S* asserir, declara ou afirma que *p*, então, ele não somente representa como sendo o caso que *p*, ele representa como sendo o caso que ele *sabe* que *p*”. Isso, como se pode ver, é mais forte do que “se *S* asserir que *p*, *S* representa ele mesmo como *pelo menos* acreditando que *p*”. Nesse caso, na perspectiva de Unger, um Falante-A sempre se apresenta como tendo conhecimento do conteúdo asserido, e não apenas como acreditando no que diz. Dito isso, parece que o que garante que o ato de asserção se concretize, segundo essa perspectiva, é o conhecimento.

Assim como as frases de Moore que usam o termo “acreditar”, em frases desse tipo com o termo “conhecer”, onde a primeira pessoa e o tempo presente são empregados, existe um problema, e talvez o maior deles, diz Unger (1975, p. 258). Em frases como “está chovendo, mas eu não sei disso” é a condição epistêmica que expõe o enigma (*puzzle*). O que ocorre é que a realização de um ato de asserção acarreta, aparentemente de forma automática, uma autorrepresentação do Falante-A como conhecendo o que foi asserido, mesmo que em momento algum ele tenha dito que sabia o que quer que seja (Unger, 1975, p. 264).

O argumento em favor da autorrepresentação, segundo o autor em questão, é que, em face de uma asserção, mesmo se indelicado ou grosseiro, na medida em que a lógica do discurso seja mantida, é legítimo ou apropriado para o Ouvinte-A dirigir-se ao Falante-A com perguntas do tipo “você está certo do que disse?” ou

“você sabe o que você disse?”. Por conseguinte, mesmo que o Falante-A nada tenha dito sobre estar certo ou saber alguma coisa, é de comum acordo, ou é não contestável, por qualquer das partes, que tais perguntas sejam efetivamente um desafio à asserção e, conseqüentemente, ao próprio Falante-A, e isso pelo simples fato de tê-la realizado (Unger, 1975, p. 263). A evidente e constante sujeição das asserções a esse tipo de desafio revelaria, então, seguindo o raciocínio de Unger, a característica fundamental do ato de asserir, a saber, a autorrepresentação do Falante-A como conhecedor do conteúdo asserido. Todavia, pode ser observado que se o ato assertórico consiste no autorrepresentar-se do Falante-A como conhecedor, então, faz sentido dizer que a posse de conhecimento pelo Falante-A seria o requisito fundamental para que sua asserção seja julgada como apropriada, e não apenas a autorrepresentação.

Como bem lembra John Williams (2017, p. 40-1), podemos chamar essa versão da concepção do ato de asserção como “tese da representação” (*representation account*), ou seja, “asserir que p é autorrepresentar-se como sabendo que p ”. Essa versão é ainda defendida por Michael Slote (1979, p. 185) e Keith DeRose (2002, p. 179), porém, ganha maior robustez com a perspectiva defendida por Williamson (2000). Adotando de início os argumentos de Unger, Williamson (2000, p. 253) diz o seguinte:

[a]lgo está errado com qualquer asserção da forma ‘A, e eu não sei que A’, embora tais asserções sejam frequentemente verdadeiras se feitas. O que está errado pode ser facilmente entendido através da hipótese de que somente o conhecimento garante a asserção [...]. Dado que somente o conhecimento garante a asserção, portanto, não pode ter garantia a asserção ‘A e eu não sei que A’.

Replicando os argumentos de Unger, e explicitando a condição de garantia da asserção, Williamson (2000, p. 253) afirma que “o padrão pouco usual e mais agressivo de resposta a uma asserção é a questão ‘você sabe isso?’”, sua agressividade é fácil de ser entendida através da hipótese de que somente o conhecimento garante a asserção. Portanto, sendo esse o caso, segue-se que, segundo o ponto de vista em questão, podemos ver que, de um modo geral, a asserção seria constituída por uma regra ou norma.

De acordo com essa abordagem de Williamson, a regra ou norma da asserção é o conhecimento. Ela é apresentada da seguinte forma: Regra do

conhecimento (*knowledge rule*): Alguém deve: asserir p somente se sabe p . É essa elaboração da concepção da asserção que mais aparece nos debates sobre asserção atualmente, seja para defender ou atacar, por isso é oportuno adiantar que será aqui abordada de maneira mais detalhada mais à frente.

1.3.3 Asserção como adição de informação à base comum da conversação

Robert Stalnaker é um dos autores mais citados a respeito da definição do ato de asserção como sendo uma tentativa de adicionar informação à base conversacional. Essa base estaria disponível ao Falante-A e Ouvinte-A de forma mútua.

Stalnaker (1999, p. 2) lembra que é intuitivamente natural achar que a fala ou linguagem é a expressão do pensamento. Nesse caso, o conteúdo das enunciações ou declarações seriam as crenças e intenções dos falantes. Isso põe em evidência certa primazia do pensamento em relação à linguagem, todavia, a despeito disso, afirma que sua preocupação inicial é com a fala. Fortemente influenciado pelo trabalho de Paul Grice, Stalnaker defende que a fala deve ser vista como uma ação, assim como outra qualquer, e deve ser explicada em termos de crenças e propósitos ou intenções do agente. Aqui é interessante notar que há uma identificação de “falante” com “agente” (Stalnaker, 1999, p. 2), fortalecendo a ideia de fala como sendo uma ação.

Para pincelar o que nos interessa aqui, é importante observar que ao falar sobre os elementos determinantes do conteúdo dos atos de fala, Stalnaker diz que “presume-se que a informação relevante para determinar o conteúdo dos atos de fala, dependentes do contexto, está disponível aos participantes de uma interlocução” (Stalnaker, 1999, p. 6). O que o Falante-A e Ouvinte-A precisam para determinar o conteúdo dos referidos atos é um conjunto de informação que já está, de alguma maneira, disponível para ambos²². Nesse sentido, diz Stalnaker (1999, p. 6),

²² Pode-se dizer que, segundo esse entendimento, para a comunicação acontecer, invariavelmente é necessário pressupor uma base comum conversacional, a qual é compartilhada, de saída, pelo Falante-A e pelo Ouvinte-A, e que pode ser descrita, ao que parece, como um conjunto de

[s]e o objetivo da fala, ou pelo menos um objetivo central, é trocar informação, então é natural explicar a força dos atos de fala como a tentativa de adicionar ou alterar um corpo de informação que se presume que seja compartilhado pelos participantes na conversação.

A partir daqui, então, temos, de antemão, a indicação da concepção de asserção que Stalnaker tem em mente. Em suas palavras:

[e]u sugiro que uma asserção deveria ser entendida como uma proposta para alterar o contexto através da adição do conteúdo à informação pressuposta. Isso é uma explicação da *força* de uma asserção, e respeita a tradicional distinção entre o conteúdo e a força de um ato de fala. O conteúdo proposicional é representado por uma (possivelmente parcial) função de mundos possíveis para com valores de verdade (*truth-values*); força assertiva é representada pela maneira na qual qualquer tal função é usada para alterar o contexto que o falante compartilha com aqueles para quem ele está falando (Stalnaker, 1999, p. 10-11).

Portanto, a característica fundamental e definidora do ato assertórico, segundo esse ponto de vista, seria o fato de que sempre que o Falante-A atua²³, isso se configura automaticamente como uma proposta para realizar uma alteração, por meio da adição do conteúdo da asserção produzida, na base conversacional comum. Essa pode ser entendida como um conjunto de proposições que são previamente aceitas ou tomadas como garantidas para os propósitos da interlocução.

1.3.4 Asserir como o empreendimento de certo tipo de comprometimento

É possível encontrar a noção de asserção caracterizada como sendo fundamentalmente a assunção de um comprometimento desde Peirce (1931-1935). De acordo com ele, “asserir uma proposição é tornar-se responsável por sua

informações comum ao Falante-A e ao Ouvinte-A que se configuraria como aquelas condições básicas sem as quais não seria possível comunicar nem, ao mesmo tempo, compreender. A asserção teria, então, a característica fundamental de ser uma tentativa de adicionar ou alterar essa base comum conversacional.

²³ Ou seja, sempre que faz uma asserção.

verdade” (Peirce, 1931-1935, p. 543). Também é possível encontrar tal caracterização em Searle (1969). Segundo ele,

[d]eclarar e asserir são atos, mas proposições não são, uma proposição é o que é asserido no ato de asserir, o que é declarado no ato de declarar. O mesmo ponto em uma diferente maneira: uma asserção é um (tipo muito especial de) comprometimento com a verdade de uma proposição (Searle, 1969, p. 29).

Searle (1979, p.12) reafirma essa posição declarando que “o objetivo ou propósito dos membros da classe assertiva é comprometer o falante (em variados graus) com algo que seja o caso, com a verdade da proposição expressa”. Podemos ver ainda a defesa desse ponto de vista em Brandom (1994, p. 168), que diz o seguinte: “o que estamos *fazendo* quando asserimos, afirmamos ou declaramos alguma coisa? A resposta geral é que estamos empreendendo certo tipo de *comprometimento*”. Ele é um dos que aborda, de maneira mais detalhada, a concepção em questão. Destaca o caráter fundamentalmente social do ato de asserir. Como bem observa Jary, ao comentar essa perspectiva de Brandom, “um Falante-A deve ser um membro de uma comunidade, pois comprometimento só pode fazer sentido em termos de uma pessoa ter comprometimento com outra” (Jary, 2010, p. 28). Nas palavras do próprio Brandom (1983, p. 640), “o ato de fala da asserção surge em uma particular, e socialmente instituída, estrutura autônoma de responsabilidade e autoridade. Ao asserir uma frase a pessoa compromete-se com ela e a endossa”. Isso deixa claro uma tentativa de definir asserção como sendo fundamentalmente um tipo de comprometimento e não, por exemplo, uma expressão de crença ou ato constituído por normas²⁴.

A partir do aspecto social da asserção, Brandom defende que as asserções são fundamentalmente base ou condição para inferências (*fodder for inferences*). Asserir, para ele, é dar razões, ou seja, é fazer afirmações cuja disponibilidade como razões para outros é essencial para sua força assertórica. Asserções são essencialmente ajustadas para serem razões. Sendo assim, segundo Brandom

²⁴ É importante notar que o que está em jogo em todas essas perspectivas é descobrir a característica fundamental da asserção. Dizer que a característica fundamental da asserção é ser um tipo de comprometimento não exclui a possibilidade de que ela também seja, por exemplo, uma expressão de crença ou um movimento definido por regras, mas apenas que a característica do comprometimento vem em primeiro lugar. Isso ocorre quando se assume quaisquer das outras perspectivas aqui elencadas. Sendo assim, todas essas visões se relacionam de alguma maneira, restando para a discussão a questão de qual delas é fundamental para a definição da asserção.

(1994, p. 168), “a função da asserção é tornar frases disponíveis para o uso como premissas em inferências”, mais especificamente, “asserções desempenham um papel duplo na justificação: como justificadoras e como justificadas, premissas e conclusões” (Brandom, 1994, p. 174). As práticas inferenciais conferem a importância característica das performances assertórias e o *status* de comprometimento assertórico a essas performances. Asserção não pode ser entendida se separada da inferência. O termo “inferência” é entendido por Brandom como um movimento dentro do jogo de dar e solicitar razões. Desse modo, afirma Brandom (1994, p. 158), “dizer isso é dizer que inferir deve ser entendido, em um contexto interpessoal, como o aspecto de uma prática de comunicação essencialmente *social*”. Se corretamente entendido aqui, o fundamental aspecto social da inferência que, por sua vez, é repassado à asserção, se explicaria através do fato de que inferências se identificam com o jogo de dar e solicitar razões. O que em si seria uma prática comunicativa e obviamente social, pois, só se realiza na esfera da intersubjetividade. No centro da prática discursiva, segundo Brandom, está o referido jogo de oferecer e exigir razões.

Brandom (1994, p. 173-5) afirma ainda que a prática discursiva é implicitamente normativa e que o conceito normativo fundamental é a noção de *comprometimento*, que vem acompanhado com a noção de *direito*.

Autoridade e responsabilidade são características essenciais dos atos de fala, de acordo com a perspectiva em questão. “Ao produzir uma asserção, a pessoa submete ela mesma a uma responsabilidade” (Brandom, 1994, p. 174), a responsabilidade de demonstrar que tem o direito de realizar uma determinada asserção, o que, se bem-sucedido, demonstrará a autoridade do Falante-A sobre a asserção. Uma maneira de demonstrar o direito à asserção é por meio do processo de justificação, ou seja, apresentando razões em favor do direito a asserção, que consiste em fazer outras afirmações ou asserções.

Um ponto importante que caracteriza a perspectiva de Brandom é que os interlocutores que aceitam as referidas razões apresentadas endossam implicitamente certa inferência. As razões apresentadas são, no fim das contas, outras asserções, que assumem a posição de premissas com a função de sustentar a conclusão que é a asserção feita inicialmente. Para Brandom (1994, p. 174), então, “a articulação inferencial dos atos de fala depende desta prática de demonstrar direito para com o compromisso reconhecido através da realização de

um ato de fala”. Isso ressalta, como se pode ver, o caráter fundamental do aspecto do comprometimento envolvido no ato assertórico.

Por fim, outra maneira de reivindicar o direito ao comprometimento com uma asserção seria por vias indiretas, ou seja, por meio da autoridade de outro Falante-A. Brandom diz que o que ele chama de “função do comunicacional da asserção” tem como importância licenciar o Ouvinte-A a reproduzir (agora também como Falante-A) a asserção do Falante-A, em quem ele confia. Isso lhe tiraria a responsabilidade de ter que dar razões para defender o direito sobre tal ato assertórico.

Esse ponto de vista sobre a asserção, o qual aponta a noção de comprometimento como uma das características definidoras do ato assertórico, é defendido ainda, como lembra MacFarlane (2011), por Wright (1992), MacFarlane (2003,2005) e Wantson (2004).

1.4 Retorno aos pontos principais e direção a ser tomada

Resumindo o que foi dito até então, os tratamentos do ato de asserção têm-se desenvolvido em duas frentes, a saber, a da filosofia da linguagem e da epistemologia. Seguindo a exposição de Jessica Brown e Herman Cappelen (2011, p. 1-2), podemos ver que dentro da filosofia da linguagem o principal objetivo é explicar a asserção como um tipo de ato de fala, porém, quanto à individuação ou diferenciação desse ato, as explicações e concepções são várias. Temos propostas de distinção da asserção por certas normas; por seus efeitos, os quais incidem sobre a base comum de interlocução; por seus comprometimentos; e por aquilo que supostamente seriam suas causas, tais como crenças ou estados mentais expressos no ato assertórico, por exemplo. Podendo, todas essas propostas de individuação, serem combinadas ou relacionadas de várias maneiras. “Uma segunda questão relacionada é como entender o ato de fala da asserção se o relativismo sobre a verdade for correto” (Brown; Cappelen, 2011, p. 1), possivelmente dificultando ainda mais uma definição da asserção.

Outra proposta, bem singular, diga-se de passagem, é a que rivaliza ou se contrapõe a todas as perspectivas descritas acima e, conseqüentemente também

àquelas tentativas de individualizar a asserção no campo epistemológico. Tal proposta diz respeito ao posicionamento de Cappelen (2011), quando defende que não há um conjunto de afirmações ou declarações que possa ser corretamente distinguido como um conjunto de asserções. “As declarações são governadas por normas variadas, surgem com comprometimentos variados e têm causas e efeitos variáveis. Não há qualquer debate substantivo sobre qual desses conjuntos são as asserções” (Brown; Cappelen, 2011, p. 3). Com isso, Cappelen introduz um novo ponto de vista no debate, uma visão cética sobre a possibilidade de individualizar o ato assertórico.

Na epistemologia, a asserção desempenha papel central em debates envolvendo testemunho e a natureza do conhecimento. Nesse caso, assim como em parte da filosofia da linguagem, mantém-se a concepção de que a asserção está sujeita a certas normas. O interesse maior que caracteriza essa perspectiva epistemológica, sobre a asserção, tem sido a ideia, segundo a qual, para uma performance apropriada do ato de asserir é preciso atender a exigências epistêmicas de uma norma específica que governa o referido ato. O elemento epistêmico é tido, então, como determinante. Aqui, as discussões vão girar em torno da questão sobre qual seria o conteúdo dessa norma.

A depender do conteúdo adotado teremos uma norma específica da asserção. Como o entendimento acerca do referido conteúdo é diverso, conseqüentemente, teremos variadas propostas de normas epistêmicas da asserção. Contudo, dentre essas, a proposta que mais tem fomentado o debate acerca das normas da asserção é, até então, a que afirma que seu conteúdo é conhecimento (Williamson, 1996 e 2000). Williamson defende que, como já antecipado, o conhecimento é a única norma regente da asserção.

Williamson, em um primeiro momento, considera argumentos como o de Unger (1975) acerca da “autorrepresentação”, no sentido em que o Falante-A, ao agir, se autorrepresenta como sabendo o que asseriu, porém, em um segundo momento, elabora algo mais exigente²⁵. Para ele, o Falante-A não terá autoridade para asserir se apenas autorrepresentar-se como sabendo. A condição necessária e suficiente para tal autoridade é, segundo Williamson, a posse de conhecimento. Só terá autoridade para asserir aquele que conhecer o conteúdo asserido.

²⁵Williamson (1996, nota n. 09), diz que: “a tese do conhecimento inclui a tese Unger-Slote em princípios mais gerais. Em fazendo alguma coisa para a qual é requerida autoridade (por exemplo, emitir ordens), alguém representa ele mesmo como tendo a autoridade para tal”.

Esse ponto de vista, como já aludido acima, será a mola propulsora do crescente debate dentro da perspectiva epistemológica sobre o tema das normas da asserção. É cada vez mais crescente o número de trabalhos no cenário epistemológico sobre o assunto. Seja para apoiar a visão já estabelecida por Williamson, para fazer ajustes, ou simplesmente para estabelecer uma oposição à mesma. No próximo capítulo tentaremos compreender e mostrar como a proposta da NCA está articulada, examinando seus principais pontos de sustentação.

2 CONHECIMENTO COMO NORMA DA ASSERÇÃO

2.1 A primazia do conhecimento: uma primeira aproximação

No capítulo anterior, seção 1.2, mencionei, muito brevemente, que a função mais importante da asserção é transmitir informação. Por isso, o ato de asserir tem, principalmente, uma importância epistêmica. Todas as características da asserção, segundo Goldberg (2015), têm, de algum modo, uma conexão com o aspecto epistêmico. Assim, asserção é melhor entendida como um objeto da abordagem epistemológica e, mais especificamente, como sendo constituída e definida por uma norma epistêmica. Faço essa observação para dizer que no terceiro capítulo, seção 3.2, apresentarei, em detalhes, os argumentos de Goldberg que justificam as vantagens da abordagem epistemológica da asserção. Por ora, já pressupondo as vantagens mencionadas, vejamos os principais pontos da norma do conhecimento da asserção (NCA). A defesa dessa norma é o que mais tem impulsionado o debate dentro das abordagens epistemológicas da asserção.

Antes de entrar na discussão sobre a NCA, dado que Williamson, como veremos, nos apresenta uma concepção do conhecimento que se propõe diferente das engendradas pelas tradicionais análises do conceito de conhecimento, impõe-se aqui a necessidade de uma apresentação, ainda que breve, da visão de Williamson sobre o conhecimento. Tal visão é precípua para muito do que Williamson defende, incluindo a obtenção da autoridade epistêmica para o ato de asserção, que é o que mais nos interessa aqui.

Como afirmam Carter, Gordon e Jarvis (2017, p. 1), “a primazia do conhecimento (*Knowledge-First*) constitui o que é largamente considerado como uma das mais importantes inovações em epistemologia contemporânea nos últimos vinte e cinco anos”. Eles afirmam ainda que “Timothy Williamson é o fundador do movimento da primazia do conhecimento e tem sido o seu principal porta bandeira” (Carter; Gordon; Jarvis, 2017, p. 5). O fato de ser considerada uma inovação, e com razoável relevância para o debate epistemológico, está entre os principais motivos do crescente interesse acerca da visão do *Knowledge-First* de Williamson.

Williamson começa a delinear sua noção de conhecimento afirmando que é central para tal concepção a ideia, de acordo com a qual, conhecimento é um estado da mente. Ele define “um estado da mente” simplesmente como um estado mental de um sujeito. Dentro do conjunto de estados mentais, segundo ele, estão inclusas atitudes para com proposições, como, por exemplo, “acreditar que alguma coisa é assim, conceber que seja assim, esperar ou temer que seja assim, perguntar-se se é assim, pretender ou desejar que seja assim” (Williamson, 2000, p. 21). No âmbito das atitudes para com proposições, além das citadas acima, temos também a de “saber que alguma coisa é assim”. Para melhor compreender a atitude proposicional de saber que algo é assim, é importante notar que essa e algumas outras atitudes proposicionais têm a direção de conformação que vai da mente para o mundo. O conteúdo da crença, por exemplo, deve corresponder ou conformar-se à maneira que o mundo é, ao contrário do desejo, cujo objetivo é adequar o mundo à mente. Sendo uma atitude proposicional, “o conhecimento também tem a direção mente-mundo de conformação, e Williamson sustenta que ele, em si mesmo, não é menos um estado mental do que uma crença é”, comenta McGlynn (2014, p. 18). A atitude em relação a uma proposição que consiste em saber *que* alguma coisa é assim, corresponde, vale observar, ao conhecimento proposicional, e o objeto desse tipo de conhecimento, como presumível, é a proposição ou a verdade de uma proposição ²⁶.

O conhecimento, portanto, seguindo a perspectiva de Williamson, está dentro do conjunto dos estados mentais, no entanto, dentre tais estados, ele impera como o mais geral ou mais amplo de todos. Além disso, e talvez devido a essa característica de ser o mais geral, o conhecimento é, segundo Williamson, um termo primitivo, conceitualmente e metafisicamente falando. Por ser primitivo, nada haveria de mais básico do que ele, o que o torna recalcitrante às reduções, ou, dito de outro modo, às tentativas de análises. Tal entendimento constitui um dos eixos centrais da visão epistêmica de Williamson.

Como afirma McGlynn (2014, p. 19), “[d]e acordo com a explicação de Williamson, saber é o estado mental que subscreve interações extensas e complexas com nosso meio ambiente, e este é o papel que mera crença, ou mesmo mera crença verdadeira justificada, não pode desempenhar”. Esse posicionamento

²⁶ De antemão – como é comum entre a grande variedade de teorias na seara epistemológica, se não entre todas –, não custa lembrar que é para o tipo de conhecimento proposicional (o de saber *que*) que estará voltada a epistemologia defendida por Williamson (2000, p.21).

aponta o direcionamento de Williamson como oposto aos projetos que buscam explicar o conhecimento sustentando-o em termos mais básicos. Dada à natureza do conhecimento, como descrita por ele, tais projetos seriam inócuos frente à tarefa a ser cumprida pela análise tradicional.

2.1.1 A tradição analítica e a motivação para o *Knowledge-First*

De um modo geral, o intento epistemológico de Williamson tem como bandeira, dentre as mais vultosas e controversas, uma espécie de cruzada contra o que ele diz que podemos chamar de *o programa reducionista do conhecimento* (2000, p. 50). O tradicional ponto de vista que entende que o conceito de conhecimento pode ser analisado no sentido de reduzi-lo a termos mais básicos ou primitivos. Como descreve Ichikawa:

[u]ma assunção da tradição dominante, na epistemologia analítica do século vinte, foi que nós devemos buscar entender o conhecimento por referência a *status* epistêmicos mais fundamentais, tais como crença verdadeira e justificação. Conhecimento, de acordo com esta tradição, é um *explanandum* fundamental em epistemologia. A literatura das ‘análises do conhecimento’ fornece paradigmas dessa postura: nós buscamos explicar o que é conhecimento ajudando-nos com noções tais como crença, justificação, evidência, mas sempre com a restrição de que não devemos permitir o conhecimento em si mesmo em nossa análise, sob pena de circularidade (Ichikawa, 2014, p. 184).

O movimento, ou novo programa epistemológico, norteado por Williamson, tem como uma das principais motivações as falhas das diversas epistemologias de tradição analítica. Essas falhas eclodiram no início da segunda metade do século XX (Carter; Gordon; Jarvis, 2017, p. 11), como tentativas de resposta aos contraexemplos de Edmund Gettier (1963) à definição tradicional de conhecimento, conhecida também como definição tripartite.

Essa designação de “tradição dominante”, atribuída às teorias de análise do conhecimento, não é sem razão, dado que se tem notícia de tentativas de tal análise há mais de dois mil anos. Como largamente comentado na literatura especializada, as primeiras tentativas de definir o que é conhecimento estão registradas nos diálogos de Platão, em seus *Teeteto* e *Mênon* (400 a. C.).

Durante o diálogo entre Sócrates e Teeteto, por exemplo, podemos constatar a exposição da definição tradicional de conhecimento nas palavras de Teeteto. Na situação, após descartarem a possibilidade de definir o conhecimento por meio da percepção (Platão, 2010, p. 271) e por meio da opinião verdadeira (Platão, 2010, p. 302), Teeteto declara a Sócrates que se lembrou de algo que teria ouvido alguém dizer e que havia esquecido, isto é,

[...] que o saber é opinião verdadeira acompanhada de explicação e que a opinião carente de explicação se encontra à margem do saber. E aquilo de que não há explicação não é suscetível de se saber [...], sendo, pelo contrário, cognoscível aquilo de que há explicação (Platão, 2010, p. 302).

No diálogo *Mênon*, dentre outras coisas, Sócrates, juntamente com Mênon, investiga qual seria a diferença entre ciência e opinião correta, ou seja, nesse caso, parece ser a mesma diferença entre conhecimento e opinião verdadeira, como em *Teeteto*. Sócrates explica para Mênon que conhecer é uma forma de lembrar e uma vez que as reminiscências venham encadeadas, tornam-se ciência. Assim, diz Sócrates, “é por isso que a ciência é de mais valor que a opinião correta, e é pelo encadeamento que a ciência difere da opinião correta” (Platão, 2001, p. 103). Nesse ponto, Sócrates corrobora, em certa medida, com uma fala anterior de Mênon quando diz que a opinião correta é menos proveitosa que a ciência, na medida em que “aquele que tem a ciência será bem-sucedido, ao passo que aquele que tem a opinião correta às vezes acertará, às vezes não” (Platão, 2001, p. 101). Esse final da fala de Mênon evidencia o problema que acompanha a “opinião correta”, a “opinião verdadeira” ou a “crença verdadeira”. Isto é, o problema da obtenção da verdade que pode ocorrer por meio da sorte. A concepção de conhecimento atribuída aos diálogos platônicos permaneceu sendo aceita ao longo do tempo e sem notícias de questionamentos na literatura filosófica, apesar de o próprio Sócrates, como de rotina, encerrar de forma aporética a discussão sobre o tema. Isso pode ser constatado se observarmos a passagem onde ele diz o seguinte:

[p]or certo que, se estamos a investigar o saber, será uma completa parvoíce sustentar que é uma opinião correta acompanhada de saber, seja do saber da diferença, seja de qualquer outra coisa. Por conseguinte, Teeteto, o saber não será sensação, nem opinião verdadeira, nem explicação acompanhada de opinião verdadeira (Platão, 2010, p. 321).

Além desse resultado aporético no *Teeteto*, segundo McGlynn (2014, p. 2), não está claro que Sócrates, ou qualquer outro personagem retratado no *Mênon* de Platão, realmente endossa a explicação tradicional do conhecimento.

A despeito do aludido resultado aporético alcançado por Sócrates, o termo conhecimento permaneceu na história da filosofia tacitamente aceito como sendo igual à opinião verdadeira acompanhada de explicação. A única mudança ocorrida talvez tenha sido a atualização dos termos, de opinião verdadeira acompanhada de explicação, para crença verdadeira e justificada (CVJ). Gettier, em 1963, questiona essa definição e entra para a história da filosofia com a publicação de um artigo de duas páginas e meia, intitulado *Is justified true belief knowledge?* (Conhecimento é crença verdadeira justificada?), no qual apresenta dois fortes contraexemplos que refutam a definição tripartite.

A definição tradicional ou tripartite do conhecimento tem a seguinte forma: S sabe que p somente se: p é verdadeira; S acredita que p ; e S está justificado em acreditar que p . Considerando essa definição e a noção de justificação presente na mesma, Gettier acusará que é possível manter uma proposição falsa mesmo em posse dessas três condições. Levando em conta as proposições p e q , se, por *modus ponens*, p implica q , S estará justificado em acreditar em q se S estiver justificado em crer que p . O problema identificado por Gettier é que a noção de justificação aqui em pauta pode nos levar a inferir uma proposição verdadeira de uma proposição falsa, revelando o caráter falibilista da justificação.

Para ilustrar o ponto, vejamos um resumo do caso *i* apresentado por Gettier: Imagine que Smith e Jones estão concorrendo a uma vaga de emprego em uma empresa. Em algum momento, o presidente da empresa assegura a Smith que Jones será contratado. Na sala de espera, Smith vê, com muita clareza, o instante em que Jones tira algumas moedas do bolso e as conta, totalizando dez moedas. Esses dois acontecimentos formam um conjunto forte de evidência, de tal modo que permite Smith legitimamente formular a seguinte proposição conjuntiva (que, como bem se sabe, só será verdadeira se ambos os componentes que formam a conjunção assim o forem):

(d) Jones será o homem que conseguirá o emprego e Jones tem dez moedas no bolso.

Essa proposição implica:

(e) O homem que conseguirá o emprego tem dez moedas no bolso.

Devido às fortes evidências para aceitar (d), e sabendo que (d) implica (e), Smith está claramente justificado em crer que (e) é verdadeira. Porém imagine que, sem que ele soubesse, por qualquer razão, ele, Smith – e não Jones – consegue o emprego. Isso revela a falsidade da primeira parte da conjunção (d) e, conseqüentemente, de toda a proposição (d). Por mero acaso, ele também tem exatamente dez moedas no bolso, o que, por sorte, garante a verdade de (e).

Analisando a descrição do caso podemos ver que a proposição (e) tem sua verdade garantida, mas, por mais espantoso que pareça, (d), da qual ela foi inferida, é falsa. Assim sendo, (i) (e) é verdadeira; (ii) Smith acredita que (e) é verdadeira; (iii) Smith está justificado em acreditar que (e) é verdadeira. No entanto, ao mesmo tempo, Smith claramente não tem conhecimento sobre (e), pois a verdade de (e) foi alcançada por um mero acaso ou mera sorte, e isso é incompatível com a noção de conhecimento. O caso *ii* (Gettier, 1963), que, por economia, não será resumido aqui, terá o mesmo desfecho.

Por meio dos contraexemplos, Gettier demonstrou que há casos em que acreditamos verdadeiramente e justificadamente em uma proposição sem que a saibamos. Com isso ficou demonstrado que crença, verdade e justificação não são condições suficientes para o conhecimento, apesar de, presumivelmente, serem necessárias. Nesse sentido, “enquanto individualmente parecem necessárias para saber, conjuntamente não são suficientes”, ressalta McGlynn (2014, p. 1).

Posto isso, para fazer frente ao problema de Gettier, pode-se pensar, de imediato, em algumas saídas, tais como a de promover um acréscimo à análise tradicional – adicionando uma quarta condição –, de tal modo que a imunize contra o problema em questão; tentar encontrar algum erro nos contraexemplos de Gettier; ou ainda, como afirma McGlynn, substituir a justificação. Escreve McGlynn:

[i]sso desencadeou 50 anos de engenhosas, sofisticadas e frequentemente ridiculamente complicadas tentativas de identificar o misterioso fator X que resultaria em conhecimento, ao ser adicionado à crença verdadeira justificada (ou alternativamente, ao substituir a justificação) (McGlynn, 2014, p. 1).

Inúmeras tentativas têm sido realizadas em algumas dessas direções, com a constante perspectiva de analisar o conhecimento em termos mais básicos, porém, até então, não se mostraram fortes o suficiente para blindarem-se contra o problema de Gettier. Isso talvez explique a profusão de teorias que surge a cada dia, e quase sempre – senão sempre – com o traço em comum de sugerir falhas umas as outras. Essa contenda entre as teorias, ao longo de décadas, sem que uma saia vencedora, é interpretada por Williamson como uma das evidências da impossibilidade da análise do conhecimento.

2.1.2 O conhecimento em primeiro lugar

Na contramão da tradição, que insiste na análise do conceito de conhecimento, a concepção epistemológica de Williamson defende que a natureza do conhecimento é uma que não se permite análise. Como afirma Ichikawa (2014, p. 184), “[o] programa da ‘primazia do conhecimento’ inverte essa ordem tradicional de explicação. Conhecimento é tomado não como *explanandum*, mas como *explanans* [...]”. Dessa maneira, sendo impossível uma análise do conceito em questão, Williamson afirmará que “[a] busca de análises é um programa de pesquisa degenerado” (2000, p. 31). O projeto de análise do conhecimento, podemos concluir, seria, então, um projeto sem razão de ser, pois, de saída, já estaria condenado ao fracasso.

Um dos pontos do argumento de Williamson, contrário às tradicionais teorias de análise do conhecimento, é que dizer que “saber” é um estado mental significa assimilá-lo a estados mentais modelares, tais como crer, desejar ou sentir dor. Sendo dessa maneira, o conceito de conhecimento contrasta fortemente com o de “crer verdadeiramente” e com o de “ter uma crença verdadeira justificada”, pois estes são padrões de exemplos de conceitos não mentais.

As análises do conceito *saber* estão sempre envolvidas com constituintes não mentais, em particular, afirma Williamson, com o conceito de *verdadeiro*. À vista disso, sendo que as referidas análises sempre estão envoltas com constituintes não mentais, logo, o próprio conceito de análise é um conceito não puramente mental. “Dado que o conceito *saber* é mental, toda análise dele, do tipo padrão é, portanto,

incorreta, como reivindicação de identidade conceitual, pois a análise do conceito é distinta do conceito a ser analisado” (Williamson, 2000, p. 30). Porquanto, o programa de análise em si, estaria fadado ao fracasso, segundo essa perspectiva. Ele nada mais é que uma tentativa de definir o conhecimento em termos tidos como mais básicos, tais como crença, verdade, justificação e o que mais vier em auxílio para enfrentar contraexemplos de tipo Gettier.

Williamson inverte (como já pudemos ver) a ordem da relação do conceito de conhecimento com outros próximos a ele. Ao defender a impossibilidade de *saber* poder ser definido em outros conceitos, ao mesmo tempo prega que são todos os outros conceitos que devem ser analisados com base no próprio conhecimento, devido ao fato de que ele é constituinte, mas não possui constituidor. Nesse sentido,

[...] conhecimento é conceitualmente e metafisicamente anterior a outros tipos cognitivos e epistêmicos. Dessa maneira, o conceito *saber* é um primitivo teórico. O *status* de *saber* como um primitivo teórico o torna particularmente adequado para uso na produção de substantivas explicações constitutivas e causais de um número de outros fenômenos, incluindo a natureza da crença, a natureza da evidência e o sucesso de ações intencionais (Carter, A.; Gordon, C.; Jarvis W., 2017, p. 1).

No entanto, segundo os mesmos autores acima citados (2017, p. 1), é importante observar que a afirmação de que o conhecimento não tem constituintes, não deve ser confundida com a ideia de que instâncias ou situações de conhecimento não são, em último caso, fisicamente constituídas, pois Williamson é, por certo, um fisicalista. Talvez essa observação possa encetar uma questão que mereça alguma atenção, pois se instâncias de conhecimento são constituídas, por que não dizer que o conhecimento é constituído, ainda que por aspectos físicos, e não apenas constituinte? Veremos mais à frente que Ichikawa (2014) irá falar algo parecido.

Clayton Littlejohn (2017) é um destacado defensor do ponto de vista de Williamson. Acerca do conhecimento, ele argumenta contra o que chama de abordagem da primazia da razão (*reasons-first approach*). Em linhas gerais, de acordo com ele, “nada há anterior ao conhecimento” (2017, p.19) que nos dê a posse de razões, sejam razões para crer, sentir ou fazer coisas, nem seriam as razões pressupostos para o conhecimento.

Em perfeita consonância com Williamson, a perspectiva de Littlejohn é que a posse de razões é o resultado de vir a saber, pois, diz ele, “quando você sabe que

alguma coisa é verdadeira, é verdadeiro que você tem razões em sua posse, mas você possui essas razões como um resultado de vir a saber” (Littlejohn, 2017, p. 19). O conhecimento vem em primeiro lugar no sentido de que é só depois de saber que certas coisas são verdadeiras que passamos a possuir razões. Por conseguinte, “nada mais há que pudesse nos colocar em posição de acreditar, fazer ou sentir coisas por meio de razões” (Littlejohn, 2017, p. 20), a não ser o conhecimento.

Dentre os simpatizantes da visão que o conhecimento vem em primeiro lugar temos quem defenda uma perspectiva mais branda, tal como uma prioridade relativa do conhecimento. Ichikawa é um exemplo dessa perspectiva. Nas palavras dele, “a afirmação de que o conhecimento é ‘primeiro’ deve ser lida como uma afirmação sobre a prioridade relativa”. Nesse sentido, ressalta ele, “não há qualquer comprometimento com a afirmação forte de que nada há que seja anterior ao conhecimento” (2014, p. 185). Da maneira como Ichikawa entende o *knowledge-first*, esse seria consistente com, por exemplo, o fisicalismo, para o qual, antes do conhecimento, vêm os átomos. Dessa maneira, haveria a possibilidade de o conhecimento ser reduzido a algo mais básico, ou seja, a elementos físicos. Escreve Ichikawa:

[é] consistente com a interpretação da ‘prioridade relativa’ do programa do *knowledge-first* que algum tipo de redução, em última análise, pode ser possível – talvez, por exemplo, o conhecimento seja, em último caso, explicável em termos fisicalistas [...] (Ichikawa, 2014, p. 187).

Williamson, por sua vez, não parece considerar qualquer possibilidade de redução do conhecimento. Para se ter uma visão geral do escopo de sua proposta, e ver como ele ignora perspectivas mais brandas, como a mencionada acima, podemos resumir seu projeto epistemológico como a assunção de um compromisso com seis teses. Segundo McGlynn (2014, p. 15-16), Williamson defende que (i) o conhecimento é inalisável; (ii) que o conhecimento é anterior à crença; (iii) que o conhecimento é anterior à justificação; (iv) que o conhecimento é um explicador inexplicável; (v) que a norma do conhecimento é a norma da crença, da asserção e da ação; (vi) que o conhecimento é o mais importante estado mental com a direção de conformação mente-mundo.

Por fim, todas essas teses estão enraizadas na ideia central da primazia ou anterioridade do conhecimento, e algumas delas são diretamente interdependentes.

Se o conhecimento, como defende Williamson, é algo primitivo, logo, (ii) e (iii), crença e justificação, ou o que quer que acrescentemos a esses, não explicam o conhecimento, assim sendo, o conhecimento não pode ser analisado. O fato de não poder ser analisado ou explicado não impede que sirva de base explicativa, por isso (iv), o conhecimento não é explicado, mas explica. Quanto a (v) e (vi), se o conhecimento é primitivo e sua natureza é mental, e ao mesmo tempo o mais importante dos estados mentais, então, será ele a norma da crença, da asserção e ação. Grosseiramente falando, Williamson entende esses dois últimos conceitos como o lado externo, numa relação de correspondência entre interior/exterior. Dito de outro modo, asserção e ação seriam expressões de estados internos do sujeito. Como o conhecimento, dentre os estados internos, seria o mais importante, logo, seria ele a norma da asserção e ação apropriadas.

2.2 A norma do conhecimento da asserção

A NCA tem, entre seus defensores, Jason Stanley (2005), Keith DeRose (2002) John Hawthorne (2004) e, como já mencionado repetidas vezes, Timothy Williamson (1996, 2000), o qual assume o papel de principal proponente da NCA. Uma característica principal da norma em questão é sua associação às regras de um jogo. Williamson (1996, p. 489), por exemplo, explica que asserir deliberadamente uma falsidade significa quebrar uma das regras da asserção do mesmo modo que se quebra a regra de um jogo, pois os dois casos podem ser classificados como trapaça.

Do mesmo modo que os atos ou ações têm normas variadas, os atos de fala da asserção também têm. Assim como um jogo as asserções são constituídas por uma ou mais regras, a partir das quais, por serem constituidoras do ato assertórico, derivam todas as outras. Sendo assim, uma explicação adequada da asserção passaria pela identificação de sua(s) norma(s) constituidora(s). Ao associar as regras da asserção às regras de um jogo, Williamson busca salientar uma diferença entre as regras constitutivas e as regras convencionais. As primeiras são necessárias para o ato, enquanto as últimas são contingentes.

Para ficar mais inequívoca a inconformidade dos dois tipos de regras acima citados, podemos dizer que as regras convencionais são, ao fim e ao cabo, regras meramente regulatórias. Elas apenas regulam os atos já constituídos, enquanto as regras constitutivas dão existência aos atos, isto é, os constitui. Um bom exemplo de regras regulatórias são as regras de etiquetas. A regra de etiqueta que regula, por exemplo, o ato de comer ou fazer uma refeição, em muitos países, diz que se deve comer usando talheres. Em outros países, como a Índia, porém, essa mesma regra diz que se deve comer usando as mãos, inclusive em restaurantes. Isso mostra que o ato de fazer uma refeição em si mesmo tem sua existência independente das regras de etiqueta, que apenas o regula.

Por outro lado, no caso do jogo de xadrez, por exemplo, por mais que se tenha todo o material necessário para jogar e duas pessoas para manuseá-lo, só podemos dizer que estão jogando xadrez e que, portanto, há de fato um jogo de xadrez, se os participantes seguirem as regras mutuamente reconhecidas do xadrez. É por meio de determinadas regras que o ato de jogar xadrez é constituído. “Mais precisamente, uma regra contará como constitutiva de um ato somente se for essencial para esse ato [...]” (Williamson, 1996, p. 490). Esse seria o caso de uma regra básica do ato de asserir, segundo Williamson.

Sendo que a asserção é constituída por uma ou mais regras, são essas que precisam, primordialmente, ser identificadas. Para tanto, a estratégia de Williamson (1996, p. 490) é assumir a hipótese de que ela ou elas existem, para então ver o quanto essa hipótese resiste e o que pode explicar. Como se pode presumir, Williamson supõe que há apenas uma única norma, cuja satisfação dela é a única possibilidade de o Falante-A auferir autoridade para realizar apropriadamente seu ato de fala assertórico. A autoridade em questão se trata de uma autoridade epistêmica e o que garante sua obtenção e, conseqüentemente, a asserção apropriada, é a posse do conhecimento da proposição asserida, por parte do Falante-A. Temos assim, então, segundo Williamson (1996, p. 494; 2000, p. 243), a NCA, que diz que somente devemos asserir que p se soubermos que p .

2.2.1 As bases de sustentação da norma do conhecimento da asserção

Os advogados da NCA geralmente acreditam que há, pelo menos, três daquilo que podemos chamar de “dados conversacionais” que sustentam a hipótese de que o conhecimento é a norma da asserção. Tais dados consistem em uma reação intuitiva que, invariavelmente, qualquer falante competente de uma língua tem diante de asserções envolvendo loteria, desafios feitos às asserções e asserções no modelo do paradoxo de Moore (1993, p. 207). Mais especificamente, as pessoas reagem de uma maneira padrão a asserções de loteria do tipo “seu bilhete não ganhou”; a perguntas do tipo “como você sabe?”, entendidas como desafios às asserções; e a asserções do paradoxo de Moore do tipo “ p , mas não acredito que p ”, adaptadas para “ p , mas eu não sei que p ”. Esses dados sustentariam a NCA porque essa norma seria a que melhor explicaria as típicas e sistemáticas reações e pressuposições intuitivas do Falante-A e Ouvinte-A, envolvidos em práticas assertóricas contendo as três situações acima descritas.

No que diz respeito ao primeiro dado conversacional, as “asserções de loteria”, o que estamos denominando com isso é uma asserção feita acerca de um dos bilhetes de uma loteria com muitos participantes. Em um contexto em que a realização do sorteio já ocorreu e apenas um bilhete foi o ganhador, mas a divulgação do resultado, com os números sorteados, ainda não ocorreu. Para o tipo de asserção em análise nesse contexto, a de que “seu bilhete não ganhou”, o Falante-A não tem como base qualquer informação privilegiada acerca do resultado, mas muita evidência probabilística em favor de sua asserção. Por exemplo, a evidência de apenas 1 bilhete vencedor entre 10 milhões de bilhetes candidatos ao prêmio.

O dado, no caso das asserções de loteria, seria que, enquanto usuários competentes de uma língua, estamos sistematicamente e intuitivamente inclinados a supor que o Falante-A tem informação privilegiada, além da alta evidência probabilística de 9.999 bilhetes que não ganharam. Uma vez revelado, para o Ouvinte-A, que a única base usada para fazer a asserção foi evidência probabilística, ainda que alta, uma reação natural dele seria julgar que a referida asserção é inapropriada, pois foi realizada sem que houvesse autoridade para tanto. Evidência probabilística autoriza asserções do tipo “é provável que seu bilhete não ganhou” ou “é muito provável que seu bilhete não ganhou”, e não asserções diretas como “seu bilhete não ganhou”. “Eu estaria representando-me para você como tendo um tipo de autoridade que na realidade eu não tenho, para fazer a asserção

direta” (Williamson, 2000, p. 246), se eu afirmar diretamente para você que “seu bilhete não ganhou”.

À vista disso, a posse de “informação privilegiada”, no caso das asserções de loteria, corresponde a “saber” a proposição asserida. É isso que confere autoridade para a realização de asserções diretas. A autoridade, nesse caso, é claramente uma autoridade epistêmica, pois leva naturalmente o Ouvinte-A a pressupor que o Falante-A sabe o que afirmou, e isso seria evidência em favor da NCA, segundo seus defensores. De acordo com Williamson (1996, p. 502), a maneira natural de se articular a crítica ao Falante-A, nesse caso, seria dizendo “mas, você não *sabe* que meu bilhete não ganhou!”, ficando subentendido, então, que é a NCA que melhor explica a situação. É porque o Falante-A não sabe que o bilhete não foi sorteado que ele viola a regra da asserção. Esse fenômeno ocorre não só com asserções de loteria, mas com qualquer asserção baseada em evidência probabilística sobre qualquer assunto.

O segundo dado que confirmaria a NCA consiste em padrões de conversa facilmente observados no cotidiano das línguas naturais. Um exemplo desses padrões verifica-se em uma maneira específica de reagir a uma asserção por meio da pergunta “como você saber?”. O dado aqui é que o Ouvinte-A, ao fazer essa pergunta em resposta à asserção, intuitivamente pressupõe que deveria haver uma resposta para ela, ou seja, que o Falante-A, de alguma forma, deveria *saber* o que afirmou. Além disso, é mutuamente reconhecido entre as partes envolvidas em uma conversa, ainda que de forma implícita, a legitimidade da pergunta em questão. Isso indicaria que somente o conhecimento autoriza a asserção. Escreve Williamson:

[s]e não somente conhecimento garantisse asserção, a ausência de uma resposta não implicaria a ausência de garantia; por que a questão constitui um desafio implícito? A hipótese que somente conhecimento garante asserção dá todo sentido ao fenômeno (Williamson, 2000, p. 253).

Se assim, conhecimento seria a única condição indispensável para uma asserção apropriada. Quando o Ouvinte-A não acredita que o Falante-A esteja em posição de dar conta do pressuposto da pergunta, o ato de fazer a pergunta seria uma maneira educada de desafiar a asserção. Uma vez que o desafio fica implícito na própria pergunta, “o questionador educadamente concede que o Falante-A sabe que *p* e meramente pergunta como, talvez suspeitando que não haja resposta para a

pergunta” (Williamson, 1996, p. 506). O fato de a pergunta constituir um desafio implícito seria, então, mais bem explicado, como afirmado no parágrafo anterior, pela hipótese de que só conhecimento garante a asserção, pois a razão da pergunta se tornar um desafio seria justamente a suspeita de não haver a resposta pressuposta, isto é, a manifestação de conhecimento sobre a proposição asserida, por parte do Falante-A.

A hipótese do conhecimento como única garantia da asserção, também explicaria a agressividade presente no desafio menos padrão que pode ser feito a uma asserção por meio da pergunta “você sabe isso?”, ou, ainda, “você sabe o que está dizendo?”. Segundo os defensores da NCA, se o conhecimento não for a única garantia da asserção, será difícil entender a agressividade presente na questão usada em resposta a asserção. Não sendo o conhecimento a norma da asserção, seria difícil entender a agressividade da questão, “pois o Falante-A pode verdadeiramente responder ‘Não’ e ainda ter garantia para a asserção” (Williamson, 1996, p. 506). No entanto, não é isso o que vemos acontecer entre usuários competentes de uma língua, envolvidos em uma mesma prática assertórica, dirão os defensores na NCA.

Por fim, o terceiro dado conversacional, que envolve as asserções de tipo mooreanas, também sustentaria a hipótese de que só o conhecimento garante a asserção. A referida hipótese facilmente explicaria a intuição que todo falante competente de uma língua tem, a saber, que há algo errado com as asserções do tipo “A e eu não sei A” (Williamson, 2000, 253). Sendo que só conhecimento garante asserção, só terei garantia para asserir a conjunção “ p e eu não sei que p ” se eu souber “ p e eu não sei que p ”. Para saber essa conjunção terei que saber cada parte que a compõe, assim, obviamente, terei que saber “que p ” e “não sei que p ”. Para saber toda a conjunção, cada proposição terá que ser verdadeira, ou seja, a segunda proposição da conjunção “eu não sei que p ”, além da primeira, obviamente terá que ser verdadeira, isto é, que (agora sem as aspas) eu não sei que p . Por conseguinte, o que está errado com a referida conjunção é que não se pode saber “ p e eu não sei que p ”, visto que ela produz uma contradição, a qual é explicada pela hipótese de que só conhecimento garante asserção.

Em contrapartida, diz Williamson (1996, p. 507), a hipótese de que não somente conhecimento garante a asserção não explicaria o que está errado com as asserções do tipo “ p e eu não sei que p ”. Considerando frequentes situações que

estão aquém de conhecimento, como, por exemplo, quando se tem boa evidência de que p , podemos observar que, em tais situações, muito frequentemente temos boas evidências de que p , enquanto sabemos que não sabemos que p . Isso não denota, como se pode ver, o que estaria errado em afirmar “ p e eu não sei que p ”. Portanto, sendo que é um dado, o reconhecimento de que algo está errado com esse tipo de asserção, e que a hipótese de que só conhecimento garante a asserção é a que melhor explicaria o problema, poderíamos dizer, então, que isso é evidência em favor da NCA.

Em resumo, os defensores da NCA se apoiam basicamente nas três situações acima descritas para dizer que o Falante-A deve predispor de certa autoridade que é dada pelo conhecimento. Essa autoridade seria uma autoridade epistêmica evidenciada pelos dados intuitivos que implicitamente se apresentam em uma interlocução. Ela seria a condição de uma asserção apropriada e, conseqüentemente, de uma asserção merecedora de crença por parte dos Ouvintes-A. No caso da loteria, quando é asserido “seu bilhete não ganhou”, o que está implícito e pressuposto por todos é que “eu sei que seu bilhete não ganhou”. Isso evidenciaria que o conhecimento é o que autoriza e determina a asserção apropriada. Por essa razão, a realização de qualquer asserção com base em evidência probabilística excederia a autoridade evidencial. O máximo que essa última autoriza é “muito provavelmente seu bilhete não ganhou”.

No caso do desafio, quando diante da asserção “que p ”, o Ouvinte-A pressupõe automaticamente que o Falante-A (autor de “que p ”) assumiu implicitamente uma responsabilidade com a asserção “eu sei que p ”. O Falante-A, por sua vez, sabe que ele próprio assumiu tal responsabilidade e que o Ouvinte-A sabe disso. Essa seria uma característica padrão de toda prática assertórica que explicaria a razão pela qual todos os usuários competentes de uma língua aceitam os desafios às asserções como sendo legítimos. Quando um Falante-A assere “que p ”, a pressuposição de que “o Falante-A sabe que p ” é a razão para o Ouvinte-A desafiar o Falante-A com “como você sabe?”. A reação natural do Falante-A, baseado no mesmo pressuposto, será aceitar o desafio como legítimo e tentar entregar o que é cobrado pelo desafio, a saber, a demonstração de conhecimento acerca da proposição asserida.

Enfim, seguindo o mesmo raciocínio, seria possível explicar de maneira simples o que há de errado com asserções envolvendo a versão do paradoxo de

Moore. Quando é asserido “ p e eu não sei que p ”, embora, na primeira parte da conjunção não seja dito explicitamente “eu sei que p ”, isso estaria implícito ao se asserir “ p ”. Sendo assim, ficaria claro o erro em asserções do tipo “ p e eu não sei que p ”. Diante de asserções como essas, é pressuposto, por todo usuário competente de uma língua, que o que está sendo asserido, afinal, é “eu sei que p e eu não sei que p ”, isto é, uma contradição. Portanto, isso mostraria, mais uma vez, segundo os defensores da NCA, que a garantia para uma asserção apropriada é fornecida pelo conhecimento que o Falante-A deve ter do conteúdo asserido.

2.2.2 Violação da NCA e irrepreensibilidade do Falante-A

Defender a NCA significa dizer, como temos visto, que a performance assertórica apropriada só ocorrerá se o Falante-A agir segundo a regra do conhecimento. É comum fazer uma analogia da performance assertórica apropriada com a performance apropriada de um jogador em um esporte competitivo, que só será apropriada se ele agir de acordo com as regras do jogo. No geral, uma performance inapropriada em um jogo significa, evidentemente, uma violação das regras, por parte do jogador. Isso adequadamente coloca o jogador em uma posição de sujeição a críticas. Sendo assim, podemos ver, então, que há uma íntima conexão entre a violação de uma norma e a sujeição adequada à crítica, e que, no caso do ato assertórico, “há uma íntima conexão entre nossa avaliação do Falante-A e nossa avaliação de suas asserções” (Lakey, 2007, p. 595). Em geral, julgamos um *Falante-A* como tendo violado uma norma da asserção quando julgamos que sua asserção é inapropriada. O mesmo acontece com um jogador em um jogo competitivo. O julgamento da violação de uma regra e o merecimento de crítica está conectado ao julgamento de uma jogada como inapropriada.

Apesar da analogia entre Falante-A e jogador, há uma diferença importante entre a regra da asserção e a regra de um jogo. Como bem observa Lackey, no caso da maioria dos jogos as regras são estipuladas ou predeterminadas (podendo ainda ser acrescentado que não se deve esquecer que são mutuamente reconhecidas pelos envolvidos no jogo). Sendo assim, “é uma questão relativamente simples dizer se um jogador as violou – podemos simplesmente procurar no livro de regras”

(Lakey, 2007, p. 595). Sendo que não há discussão relevante sobre quais são as regras que constituem o jogo, será uma questão simples saber se e qual regra foi violada pelo jogador.

No caso das asserções, porém, a norma não é predeterminada. A avaliação de uma asserção como própria ou imprópria, e do Falante-A como tendo ou não cumprido a norma (e por isso merecer ou não críticas), não é tão simples como em um jogo competitivo. Para avaliar asserção e Falante-A em termos normativos temos que determinar a norma fundamental da asserção, ou seja, somos inevitavelmente levados à discussão acerca da natureza da norma da asserção. Como temos visto, o melhor caminho, até então – ou talvez o caminho possível –, para a discussão sobre o que é em si mesma a norma da asserção, será por meio de certas intuições básicas. Essas intuições, como vimos, envolvem alguns padrões de conversa recorrentes nas práticas assertóricas de qualquer falante competente de uma língua.

Há uma íntima conexão entre nosso julgamento do Falante-A e nosso julgamento de sua asserção, ou entre um Falante-A merecedor de crítica e sua violação de uma norma assertórica. Quando *sentimos* que o Falante-A está legitimamente sujeito à crítica (em geral o próprio Falante-A sente a sujeição e a reconhece), tal sentimento é tomado como evidência de que o Falante-A em questão violou uma norma da asserção. Como afirma Lackey (2007, p. 595), “é bastante comum, para aqueles que trabalham com esse tópico, tomar nossas intuições em relação a se nós sentimos que Falantes-A estão sujeitos à crítica como *evidência* para concluir que uma norma da asserção foi violada”. Em outros termos, compreender e explicar a legitimidade da intuição de que um determinado Falante-A está apropriadamente sujeito à crítica nos permite descobrir qual recurso, pressuposto para uma asserção apropriada, faltou a esse Falante-A. Se identificamos qual recurso faltou, descobriremos qual norma foi violada.

Como qualquer outra teoria sobre a norma da asserção, o ponto de vista da NCA, como já vimos, toma intuições básicas sobre padrões de conversa como evidência a seu favor, ficando com a obrigação de defendê-las, mostrando a legitimidade delas. Uma norma com maior capacidade de explicar a legitimidade de certos dados linguísticos será uma forte candidata à norma fundamental da asserção. Segundo seus advogados, a NCA é a que melhor se sai nessa tarefa, no entanto, não são poucos que discordam disso.

Considerando a conexão entre Falante-A e sua asserção, qualquer pessoa, enquanto Falante-A, que se encontre adequadamente sujeita a críticas poderá adequadamente ser acusada de violar uma norma assertórica. Dada a referida conexão, sua asserção, por consequência, será adequadamente julgada como imprópria. Posto isso, um desafio importante para os defensores da NCA será explicar alguns casos em que as asserções são feitas sem conhecimento, porém, ao mesmo tempo, o Falante-A se mantém irrepreensível. Sendo que a avaliação do Falante-A está conectada à avaliação de sua asserção, então, a irrepreensibilidade do Falante-A indica que sua asserção é apropriada. Mais especificamente, deve-se explicar a desconexão, que a aceitação da NCA parece provocar, entre violação da norma e sujeição apropriada à crítica, pois há casos em que um Falante-A viola a NCA sem que mereça ser criticado, nem, conseqüentemente, que sua asserção deva ser julgada como imprópria. Isso parece mostrar que a NCA se apresenta com um grau de exigência inadequadamente elevado, pois o Falante-A, sob esse ponto de vista, será criticado por violar a norma mesmo em situações que não tem qualquer culpa ou responsabilidade pela falta de conhecimento da proposição asserida.

Para ilustrar o que foi dito acima, são considerados dois casos que demonstram bem a falta de conexão entre violar a NCA e merecer críticas. No primeiro caso, o Falante-A tem uma crença, justificção robusta para essa crença à sua disposição, faz o uso correto dela, ou seja, possui justificção doxástica, porém, resulta que sua crença é falsa. Posto isso, obviamente, ao asserir tal conteúdo, o Falante-A viola a NCA, pois falta verdade, um ingrediente fundamental do conhecimento. No entanto, parece contraintuitivo criticar o Falante-A por isso, já que ele não é culpado pela falsidade de sua crença, sendo que não estava em posição de saber que não sabia. Isso evidencia a desconexão entre violar a NCA e merecer críticas por isso.

O segundo caso envolve os contraexemplos de Gettier, onde é asserida uma proposição que envolve crença, justificção doxástica e verdade, mas uma verdade alcançada não pelo mérito do sujeito epistêmico, mas por mera sorte, minando assim a possibilidade de atribuição de conhecimento. Sendo que também nesse caso a falta de conhecimento não é por culpa do Falante-A, pois não estava em posição de saber que não sabia, como no caso anterior, logo, não seria apropriado criticá-lo pela falta de conhecimento e, conseqüentemente, por violar a NCA.

O primeiro caso pode ser descrito da seguinte maneira: “é inverno, e parece-me exatamente como se houvesse neve lá fora, porém, aquela coisa branca na verdade não é neve, mas espuma, colocada ali por uma equipe de filmagem cuja existência não tenho qualquer ideia” (Williamson, 2000, p. 257). Nesse caso, violo a NCA porque não sei a proposição asserida, mas enquanto sujeito epistêmico, não só razoavelmente acredito que há neve lá fora como também razoavelmente acredito que sei que há neve lá fora, e, com base nisso, afirmo que há neve lá fora. Dessa maneira, não parece que mereço ser criticado pela falta de conhecimento.

No segundo caso, em uma resumida e simplória adaptação do caso de Alvin Goldman (1976, p. 772-3), imagine que João está passando de carro com seu amigo Pedro por uma estrada com dezenas de construções em forma de celeiros às margens dessa estrada e, sem que João saiba, apenas um é de verdade, todos os outros são apenas fachadas de celeiros que, do ponto de vista de quem passa pela estrada, são exatamente iguais a qualquer celeiro real. Ao passarem por um dos celeiros, João afirma para Pedro: “havia um celeiro no campo por onde acabamos de passar”. Por coincidência ou mera sorte, o celeiro referido por João é o verdadeiro, nesse caso, obviamente, não podemos dizer que João sabia que passava por um celeiro, pois ele afirmaria o mesmo sobre quaisquer dos outros celeiros falsos na beira da estrada.

Ao realizar a asserção sobre o celeiro, apesar de a proposição asserida ser verdadeira, João viola a NCA, visto que ele teria acertado o alvo por sorte. No entanto, não podemos negar que ele, com todo direito, razoavelmente acreditou que havia um celeiro e que também razoavelmente acreditou que sabia disso. Desse modo, não parece adequado criticá-lo pela falta de conhecimento e, conseqüentemente, por não ter cumprido a NCA. Uma vez que essa intuição parece claramente legítima, e que é no mínimo estranho que alguém que viole uma norma ao mesmo tempo não mereça ser criticado por isso, uma teoria da norma da asserção terá que explicar e acomodar, em seu interior, essa intuição.

Já que existe uma intuição forte de que o Falante-A não merece crítica por violar a NCA quando, como mostrado nos dois casos, ele acredita razoavelmente que p , podemos dizer, então, que isso é um indício de que a norma da asserção deve exigir algo mais fraco do que conhecimento. Sendo assim, a crença razoável seria uma candidata natural à norma da asserção, visto que acomoda a intuição de não merecimento de crítica por parte do Falante-A nos casos em foco. Tal norma,

como descrita por Lackey (2007, p. 596), pode ser apresentada da seguinte maneira:

NCRA:²⁷ alguém deve asserir que p somente se razoavelmente acredita que sabe que p .

Os defensores da NCA, por sua vez, reconhecem a necessidade de acomodar ou explicar a referida intuição. Por isso, apresentam um argumento que promete mostrar que a NCA explica e acomoda bem a tal intuição. Dessa maneira, defendem a manutenção da NCA como a norma de maior poder explanatório, ou norma fundamental da asserção, negando, assim, tal posição à NCRA, ou a qualquer outra.

A explicação para a intuição de não merecimento de culpa, por parte do Falante-A, de modo a preservar a NCA, é dada de forma simples e breve por DeRose (2002). Para ele, assim como ocorre com outras regras, existe um sentido secundário de propriedade/impropriedade que é compatível com a NCA. Diz ele:

[e]nquanto os que asserem apropriadamente (com respeito a essa regra [a NCA]), em um sentido primário, serão aqueles que realmente a obedecem, um Falante-A que violou essa regra de uma maneira irrepreensível (asseriu alguma coisa que não sabia, mas razoavelmente pensou que sabia) terá, em algum sentido secundário, asserido apropriadamente, e um Falante-A que afirmou alguma coisa que ele pensou que não sabia, mas de fato sabia (se é que isso é possível), terá asserido impropriamente em um sentido secundário. (DeRose, 2002, p.180).

Como se pode ver, de acordo com esse ponto de vista, a inconformidade que se dá nos casos em que o Falante-A viola a NCA sem merecer repreensão por isso, o que parece contraintuitivo, é resolvida pela noção secundária de propriedade/impropriedade. Nos casos em que se acredita razoavelmente na proposição asserida, como nos casos em que é afirmado que neva lá fora e que havia um celeiro na beira da estrada, o defensor da NCA, evitando uma contraintuição, concede que o Falante-A tenha produzido uma asserção apropriada e por isso seu ato assertórico seria irrepreensível, porém essa adequação da asserção só é possível graças a uma noção secundária de apropriado/inapropriado. Como é secundária, tal noção subjaz à uma noção primária de

²⁷No original: Reasonable Belief Norm of Assertion.

propriedade/impropriedade que, para os advogados da NCA, obviamente, é determinada pela posse ou não de conhecimento.

A partir dos casos analisados, ao explicar o sentimento de irrepreensibilidade do Falante-A, alocando-o em um sentido subjacente de asserção apropriada, pode-se, ao mesmo tempo, manter o julgamento de violação da NCA. Isso não seria incompatível com aquele sentimento de irrepreensibilidade, visto que a violação da norma se dá em um sentido primário de propriedade/impropriedade. Por isso, nos dois casos em questão, a asserção seria primariamente inapropriada, devido à falta de conhecimento por parte do Falante-A. Em suma, ele viola a NCA porque a propriedade de sua asserção, e sua conseqüente não sujeição a críticas, residiria apenas no tal sentido secundário de propriedade/impropriedade, mantendo-se assim a NCA como norma determinante da asserção apropriada.

Por fim, para termos uma compreensão do quadro geral das bases que sustentam a NCA, farei, em cinco pontos, um resumo esquemático com o repertório argumentativo desse ponto de vista. Como pudemos perceber, a NCA está sustentada – ao menos principalmente – pelos seguintes argumentos: (1) a legitimidade (reconhecida por ambas as partes de falantes competentes de uma língua e envolvidos em uma mesma troca de conversa) do padrão de reação a uma asserção direta, por meio de desafios do tipo “como você sabe isso?” ou “você não sabe isso”. Esses desafios serviriam de evidência para afirmar que não menos e nem mais do que conhecimento é requerido para uma asserção apropriada; (2) solicitações de asserção (*prompts*), tais como “que horas começa a reunião?”. Essas funcionam do mesmo modo que os desafios. Indicam o conhecimento como condição da asserção porque quando perguntamos ao nosso colega sobre o horário de início da reunião a forma mais adequada seria “você *sabe* que horas começa a reunião?”; (3) asserções de loteria tais como “seu *ticket* não ganhou”. Essas dão ao Ouvinte-A o direito de acreditar que o Falante-A tem conhecimento sobre o que afirmou, indicando que se deve saber o que asserimos; (4) Asserções do paradoxo de Moore. A pressuposição de que conhecimento está por trás de qualquer asserção seria a melhor explicação para a contradição das frases mooreanas; (5) a noção de propriedade/impropriedade secundária. Tal noção explicaria o sentimento de irrepreensibilidade que temos em relação ao Falante-A nos casos em que a asserção é feita com base no que razoavelmente se acredita saber, quando de fato

não se tem conhecimento. Isso indicaria que em um sentido primário o que estaria em jogo seria a NCA.

Nó próximo capítulo, veremos como esses pontos de apoio à NCA poderão ser questionados. Em um primeiro momento, confrontaremos a NCA com o argumento de que para uma asserção apropriada basta que seja razoável para crer (Lakey, 2007). Se em uma determinada situação for razoável para que eu acredite que p , e ainda assim eu não acredito que p , mas realizo minha asserção com base no que é razoável para crer, então, minha asserção será apropriada. Ela terá uma base epistêmica adequada, independente de minha crença e de meu conhecimento sobre a proposição asserida.

Em um segundo momento, a NCA será confrontada com o argumento de que o padrão epistêmico da norma da asserção poderá sofrer ajustes em função de sua sensibilidade ao contexto (Goldberg, 2015). Os ajustes terão como referência “[...] o que é razoável supor que seja mutuamente acreditado no contexto” (Goldberg, 2015, p. 223). Se for possível haver ajustes no padrão da norma para uma asserção apropriada, então, a cada ajuste no padrão da norma teremos uma alteração no tipo de norma, assim a NCA não será a única norma, nem tão pouco será imprescindível.

3 ASSERTÇÕES APROPRIADAS SEM A POSSE DE CONHECIMENTO

3.1 Assertões apropriadas na ausência de crença

Para iniciar o trabalho de crítica à NCA tomarei como base dois pontos centrais de um contraexemplo à NCA apresentado por Jennifer Lackey (2007). Os pontos a serem considerados, de início, envolvem o que Lackey chama de “assertões altruístas” (*selfless assertion*) e o que pode ser entendido como “assertões enganadoras”. As assertões altruístas podem ser apresentadas, dentre outras coisas, como exemplo de assertões apropriadas sem envolver crença, conseqüentemente, sem envolver a posse de conhecimento por parte do Falante-A. As assertões enganadoras, por sua vez, representam um tipo de assertão inadequada que toda e qualquer norma da assertão apropriada deveria proibir, mas que a NCA não tem recursos para fazê-lo.

Para exemplificar as assertões altruístas Lackey (2007, p. 598-9) apresenta três casos, os quais serão resumidos a seguir. O primeiro é o que ela chama de JURADO RACISTA (*Racist juror*): Martin é um jovem que foi criado por pais racistas em uma comunidade de mente fechada. Durante a maior parte de sua vida ele compartilhou as crenças de seus familiares e amigos. Quando vai para a faculdade ele logo começa a reconhecer algumas causas e conseqüências do racismo. Nesse período ele é chamado para ser jurado em um caso de estupro de uma mulher branca por um homem negro. Quando avalia as fracas evidências da acusação e as fortes evidências em favor da inocência do réu, Martin é capaz de reconhecer que o acusado não cometeu o crime. Apesar disso, ele ainda tem um sentimento que não o permite acreditar totalmente na inocência do homem negro. Ao refletir, porém, ele percebe que tal sentimento tem como base o racismo que ainda carrega, sendo assim, considerando as evidências, sente-se na obrigação de decidir pela inocência do réu, mesmo não acreditado totalmente nela. Ao sair do tribunal, um amigo pergunta a Martin se o homem estuprou a mulher, ele, então, afirma “não, o cara não a estuprou”. Nesse caso, se ele assertiu sem acreditar totalmente, então, assertiu sem saber.

O segundo caso é o MÉDICO DESNORTEADO (*distraught doctor*): Sebastian é um pediatra e especialista em vacinas infantis. Ele reconhece que toda evidência científica disponível mostra que não há qualquer relação entre vacinas e autismo. No entanto, logo depois que sua filha de 18 meses, em bom estado de saúde, recebeu uma de suas vacinas, seu aspecto começou a mudar e em seguida recebeu o diagnóstico de autismo. Sebastian tem consciência que os sinais de autismo normalmente surgem nessa idade, sem qualquer relação com vacinas, mas o seu abatimento com o diagnóstico de sua filha é tanto que abala suas fortes crenças sobre vacinas. Em certo momento, os pais de um de seus pacientes perguntam a Sebastian sobre a legitimidade dos rumores sobre alguma relação entre vacinas e autismo. Ciente que está passando por um trauma emocional e que esse pode ser o motivo de sua dúvida sobre vacinas, e, ainda, de sua obrigação de sempre apresentar o que é mais provavelmente verdadeiro a seus pacientes, Sebastian afirma que “não há qualquer relação entre vacinas e autismo”. Assim, ao asserir duvidando de suas crenças, ou seja, não acreditando totalmente nelas, Sebastian asseriu sem saber.

O terceiro caso é o da PROFESSORA CRIACIONISTA (*creationist teacher*): Stella é uma professora do quarto ano, muito religiosa. Com base em sua fé, ela acredita no criacionismo. Apesar disso, ela reconhece que a evidência científica disponível sustenta a teoria da evolução. Reconhecendo que sua crença no criacionismo se deve à sua fé religiosa pessoal, Stella, então, entende que religião não é algo que se deve impor a todos ao seu redor, inclusive a seus alunos do quarto ano. Tendo em mente seu dever como professora de apresentar material sustentado pela melhor evidência disponível, enquanto ministra sua aula de biologia Stella afirma: “o *homo sapiens* moderno evoluiu do *homo erectus*”. Sendo que asseriu sem acreditar, Stella também asseriu sem saber.

Segundo Lackey (2007, p. 599), esses três exemplos de asserções altruístas têm os seguintes componentes centrais: primeiro, o Falante-A não acredita (totalmente ou só parcialmente, não importa) que p ; segundo, apesar de não acreditar, ele tem consciência de que p é bem sustentada por toda evidência disponível; terceiro, ele realiza uma asserção sem correlação com seu estado doxástico de crer e, conseqüentemente, sem saber que p . As razões que o leva a não acreditar e, portanto, a não saber que p , são razões puramente não epistêmicas. Por outro lado, porque tem consciência das evidências disponíveis, o

Falante-A, então, afirma que p . Sua asserção está adequadamente sustentada nas evidências disponíveis, porém, sem crença e, portanto, sem conhecimento.

Diante de uma asserção altruísta, como as que vimos nos três casos acima, temos a sensação de que o Falante-A não merece ser criticado por asserir sem conhecimento, muito pelo contrário, merece ser elogiado. Dito de outro modo, ao realizar uma asserção altruísta, o Falante-A viola a norma do conhecimento da asserção e ao mesmo tempo não merece ser criticado por isso, e sim elogiado. A sensação de não merecimento de crítica está sustentada justamente no fato de que o Falante-A baseia sua asserção nas boas evidências disponíveis, que não correspondem a seu estado doxástico, mas fornece o *status* de “apropriada” à sua asserção.

Como visto na seção 2.2.2, uma das bases de sustentação da NCA é a explicação de que o sentimento de irrepreensibilidade do Falante-A, em situações como a descrita acima, se deve ao fato de que existe um segundo sentido de propriedade/impropriedade. Se o Falante-A pensa razoavelmente que sabe, mas na verdade não tem conhecimento, em um sentido secundário, sua asserção é apropriada, embora seja inapropriada em um sentido primário, devido à falta de conhecimento. De acordo com o que afirma DeRose (2002, p.180), é porque a asserção é apropriada no tal sentido secundário que o Falante-A não merece crítica, mas no sentido primário, sua asserção continua inapropriada, indicando assim que a NCA é a norma da asserção. Veremos a seguir como esse ponto de apoio à NCA pode ser questionado.

O problema, segundo Lackey (2007, p. 604), é que simplesmente não existe um sentido secundário de propriedade/impropriedade para um ato. Se um Falante-A agiu apropriadamente (fez uma asserção apropriada), então, não violou a norma da asserção. Se não violou a norma da asserção, então, não merece crítica enquanto Falante-A. Do contrário, se seu ato resultou numa asserção inapropriada, então, violou a norma e por isso merece censura. “Simplesmente não há espaço para os atos serem secundariamente próprios ou impróprios”, é o que afirma Lackey (2007, p. 604). Veremos a seguir, de maneira muito resumida, um contraexemplo que ela apresenta à referida noção de sentido secundário.

Resumindo o que diz Lakey (2007, p. 605-6), as normas da asserção são regras que precisam ser seguidas para que o Falante-A possa oferecer uma asserção apropriada, assim como um jogador de um esporte competitivo precisa

seguir as regras do jogo para fazer jogadas apropriadas. Sendo assim, imagine que Toby, um jogador de basquete, perde sua lente de contato no momento do jogo. Se por causa da falta da lente, Toby, embora pense que não, ultrapassa a linha de jogada e faz um lançamento que resulta em ponto, como isso não é correto, o árbitro anulará o ponto. O lançamento foi inapropriado e por isso o jogador violou as regras que governam o jogo em questão. O que Toby terá a seu favor, nesse caso, será apenas uma excelente desculpa (a falta da lente) para o seu passe inapropriado. Não há qualquer sentido secundário em que seu passe seja considerado apropriado. Se, por outro lado, Toby, embora sem mérito (pois não consegue enxergar a linha de jogada) fizesse o lançamento sem ultrapassar a linha, o árbitro confirmaria seu lançamento como apropriado e concederia o ponto, pois Toby não violou a regra do jogo. Não há aqui qualquer sentido secundário em que o lançamento de Toby, nesse caso, seja inapropriado. Seus adversários não irão considerar que houve trapaça, apenas que Toby não teve mérito ao marcar o ponto. As mesmas considerações podem ser aplicadas à prática assertória. Diz Lackey,

[a]plicando essas considerações à prática da asserção, deve ficar claro que as noções de propriedade e impropriedade secundárias são espúrias. Se o Falante-A asseriu que p , violando uma norma da asserção, então, relativo à meta da asserção apropriada, o Falante-A *não deveria ter feito a asserção em questão*. Se o Falante-A asseriu que p porque ele razoavelmente acredita que ao asserir que p satisfaz a norma da asserção, mesmo que de fato não satisfaça, ele pode ser, então, irrepreensível ou ter uma boa desculpa para oferecer uma asserção imprópria. Porém, isso não torna a asserção ou o Falante-A apropriados em qualquer sentido razoável (ou secundário). (Lackey, 2007, p. 606, itálicos da autora).

Os defensores da NCA reconhecem que é contraintuitivo alguém violar uma norma e não merecer crítica por isso, como acontece quando o Falante-A viola a NCA e permanece irrepreensível. Sendo assim, eles precisam da noção de um sentido secundário de propriedade/impropriedade em relação à norma da asserção, para que a NCA possa ser mantida. Contudo, na mesma esteira do que diz Lackey (2007, p. 608), a noção do tal sentido secundário é espúria, e assim sendo, isso pode ser tomado como uma boa razão para concluir que a própria NCA (ou qualquer outra norma que dependa da noção de sentido secundário em questão) é falsa.

Outro ponto de apoio à NCA, como descrito na seção 2.2.2, é construído a partir da análise das asserções do paradoxo de Moore. Os defensores da NCA argumentam que é somente por causa da tese de que apenas conhecimento

garante a asserção apropriada que podemos explicar, de forma clara, o que há de errado com as asserções do paradoxo mooreano. Quando afirmo “que p ”, embora eu não expresse a proposição “eu sei que p ”, isso é automaticamente pressuposto por todo falante competente de uma língua, ao ouvir uma asserção direta no contexto real de fala, dirão os advogados da NCA. O que tem de errado com asserções do paradoxo de Moore, então, é que elas são contradições. Quando eu digo “que p , mas eu não acredito ou sei que p ”, implicitamente estou dizendo “eu sei que p , mas não acredito ou sei que p ”, ou seja, uma contradição, que ficaria evidente pelo fato de o conhecimento ser naturalmente pressuposto para toda e qualquer asserção.

Em contrapartida, com base na concepção de asserções altruístas de Lakey (2007), penso que é possível, de forma breve e simples, questionar essa outra suposta base de apoio a NCA. Podemos usar as asserções altruístas para dizer que a NCA não tem como explicar o que há de errado com pelo menos um dos tipos de asserções do paradoxo de Moore. Martin, o jurado racista, ao asserir “o cara não a estuprou”, para seu amigo de infância, ao mesmo tempo possui sentimentos racistas que o faz não ter confiança total na crença da inocência do homem negro. Se ele tem alguma desconfiança na referida crença, logo, não podemos dizer que ele sabe o que asseriu. Sendo assim, Martin poderia perfeitamente afirmar: “o cara não a estuprou, mas eu não sei isso”.

Na mesma direção, o pediatra Sebastian pode afirmar “não há qualquer relação entre vacinas e autismo, mas eu não sei isso”, e a professora Stella poderá também afirmar “o *homo sapiens* moderno evoluiu do *homo erectus*, mas eu não sei isso”. Sendo, esse tipo de asserção, epistemicamente bem sustentado e, ao mesmo tempo, sem envolver crença nem conhecimento, então, a NCA perde mais um ponto de apoio. Os defensores da NCA não têm como dizer o que há de errado com as asserções do paradoxo de Moore, na versão das asserções altruístas. Não pode porque são epistemicamente perfeitas e, sendo assim, a NCA não pode proibi-las. Por outro lado, também não pode aceitá-las como asserções apropriadas, pois não envolvem conhecimento. Se assim, posso dizer que existem asserções que a NCA nem se quer pode captar. Isso, portanto, pode ser tomado como boa evidência para afirmar que a NCA é falsa, já que é tida como a norma de toda e qualquer asserção.

Para lidar com as asserções altruístas, evitando os problemas que afligem a NCA, Lackey (2007, p. 595) propõe, então, uma nova alternativa para a norma da

asserção, a “norma da asserção do que é razoável para crer” (NARPC). Tal norma diz que “deve-se asserir que p somente se (i) for razoável para crer que p , e (ii) uma vez que o Falante-A asseriu que p , assim o fez, pelo menos em parte, porque era razoável para ele acreditar que p ” (Lakey, 2007, p. 608). Sendo assim, é importante notar que essa norma exige o que seja *razoável para acreditar* e não que *razoavelmente se acredite*. Exigir apenas que a asserção seja feita quando for razoável para acreditar permite que a NARPC aceite os casos de asserções altruístas como instâncias de asserções apropriadas. Apesar desse tipo de asserção não envolver crença nem conhecimento é razoável que se acredite na verdade dela.

Com a NARPC é possível ainda questionar mais dois pontos importantes que os defensores da NCA utilizam como suporte, a saber, os desafios às asserções e as solicitações de asserções (*prompts*). Em defesa da NARPC de Lackey, Rhys McKinnon (2012) explica que partindo do “princípio de uma resposta totalmente adequada” poderemos ver que desafios ao conhecimento de um Falante-A e os *prompts* podem ser adequadamente respondidos com a apresentação de razões para a asserção.

Em um exemplo elaborado por McKinnon (2012, p. 70-1), James faz a seguinte pergunta a Maria, sua colega, “você sabe em qual horário começa a reunião?”, ao que Maria responde “às 16:00hs”. McKinnon argumenta que respostas totalmente adequadas a desafios desse tipo requerem apenas que Maria dê ou apresente suas razões para ela pensar que a reunião começará às 16:00hs. Se James continua e pergunta “como você saber?”, Maria poderá responder, por exemplo, que leu em um memorando e num pôster que a reunião começará às 16:00hs. Ela não terá que demonstrar que sabe. Ao mesmo tempo sua resposta atende ao princípio de uma resposta completamente adequada. Se uma resposta totalmente adequada aos desafios e *prompts* em questão consiste em fornecer razões, isso aponta para uma norma da asserção baseada em razões.

Os defensores da NCA apoiam-se na ideia de que há uma pressuposição que se impõe à resposta de Maria à pergunta “como você sabe?”. Eles defendem que Maria, ao dar sua resposta, automaticamente e implicitamente aceita a pressuposição de saber. Contudo, estou inclinado a concordar com McKinnon (2012, p. 71-2) em relação a uma diferença importante entre o uso popular e o uso feito por epistemólogos do termo “saber”. Escreve McKinnon (2012, p. 71), “[...] o uso popular de ‘saber’ e seus cognatos não é tão forte e específico como o conceito dos

epistemólogos [...], o sentido popular de ‘certo’ e ‘certeza’ não é certeza epistêmica”. Uma resposta afirmativa a “você tem certeza disso?”, segundo McKinnon (2012, p. 71), “muitas vezes apenas comunica que o falante está muito confiante na asserção”, e não que ele sabe.

Quando deixamos claro para um Falante-A comum que, com o desafio ou *prompt*, estamos solicitando conhecimento ou certeza, ele geralmente hesita em responder diretamente. Se James deixa claro para Maria que o que ele está solicitando é conhecimento ou certeza, Maria poderá hesitar em responder diretamente. Ela pode responder o seguinte “bem, talvez eu não saiba, mas está escrito no memorando e no pôster que a reunião começará às 16:00hs”. Sendo assim, essa mudança no padrão de resposta é evidência contra a ideia da imposição da pressuposição de saber. As pessoas, em seus intercâmbios conversacionais comuns, respondem diretamente a um desafio ou *prompt* porque é automaticamente pressuposto que o ato de fornecer razões é dar uma resposta totalmente adequada. Na verdade o “como” em “como você sabe?” solicita diretamente razões epistêmicas. Isso vale tanto para desafios e *prompts* fracos como para os fortes, tal como os que requerem certeza (McKinnon, 2012, p. 76). Portanto, os desafios e *prompts* são mais bem interpretados como solicitando razões epistêmicas e não necessariamente conhecimento, favorecendo assim a NARPC de Lackey.

Por fim, lembremos que, em relação às asserções de loteria – outro ponto de apoio importante para a NCA –, o problema com tais asserções é, segundo os defensores da NCA, a falta de conhecimento. Ao asserir “seu *ticket* não ganhou” um Falante-A faz uma asserção com base em excelente evidência probabilística, mas sem conhecimento. Por conta disso, essas asserções são sempre impróprias, dirão os defensores da NCA. Ao fazer uma asserção inapropriada o Falante-A viola a norma da asserção e sendo que a impropriedade se dá pela falta de conhecimento, então a norma violada seria a norma do conhecimento da asserção.

Outro aspecto que evidenciaria que o conhecimento é a norma da asserção é que geralmente o Ouvinte-A fica *ressentido* quando descobre que a base para “seu *ticket* não ganhou” era apenas evidência probabilística. O ressentimento se dá porque ao fazer a asserção de loteria o Falante-A leva o Ouvinte-A a acreditar que ele, o Falante-A, possui informação privilegiada sobre o resultado da loteria, ou seja, conhecimento sobre o tal resultado, o que não é o caso. Portanto, nesse contexto,

críticas ao Falante-A são adequadas e asserções de loteria não são permissíveis, devido à falta de conhecimento.

Vejam agora, com o auxílio de alguns aspectos do argumento de Lackey (2007), como os argumentos em apoio à NCA, envolvendo as asserções de loteria, podem ser questionados. Resumidamente, em relação às asserções de loteria, levarei em consideração três pontos apresentados por Lackey (2007, p. 617-618). O primeiro ponto é que não é universalmente aceito que não se tem conhecimento de proposições de loteria. Partindo de uma concepção falibilista do conhecimento, por exemplo, não é óbvio que excelente base probabilística para uma proposição de loteria verdadeira não seja adequada para conhecimento.

Segundo, mesmo supondo que nunca temos conhecimento de proposições de loteria, nem sempre as asserções diretas dessas proposições são impróprias, não permitidas, causam ressentimento ou são criticáveis. Por exemplo, se meu irmão está desempregado e mesmo assim pretende fazer uma dívida alta em seu cartão de crédito, baseando-se no resultado do sorteio de loteria que já aconteceu, mas que ainda não se tornou público, é apropriado e permissível que eu diretamente diga para ele “seu *ticket* não ganhou”. Esse exemplo é semelhante aos que Lackey (2007, p. 618) elabora e, embora ela não diga, é importante observar que tais exemplos são de caráter pragmático. Em contextos pragmáticos os exemplos funcionam bem, pois, nesses contextos, além de apropriado e permissível asserir diretamente para meu irmão “seu *ticket* não ganhou”, asserções como essa não causam ressentimento nem merecem crítica. Por isso, seria, no mínimo, estranho dizer que violam a norma da asserção.

Terceiro, mesmo admitindo que não se tenha conhecimento acerca de proposições de loteria, que a asserção dessas proposições seja imprópria, que por conta da asserção de loteria o Ouvinte-A possa se ressentir, que asserções desse tipo estejam adequadamente sujeitas à crítica e que não sejam permitidas, o problema central dessas asserções não é a falta de conhecimento, mas sua natureza enganadora. Para esclarecer, vejamos um exemplo a seguir, inspirado nos casos de Lackey (2007, p. 614).

O LADRÃO DE LIVROS: Pedro, Maria, João e Rosa estão no refeitório da Universidade onde estudam. Pedro sabe que João roubou o livro da biblioteca que o bibliotecário estava à procura hoje pela manhã, e sabe também que Rosa tem fortes

suspeitas de que foi Maria quem roubou o livro. Não obstante, Pedro faz a seguinte asserção para Rosa “a pessoa que roubou o livro da biblioteca está aqui nesse refeitório”.

Analisando o exemplo acima, posto que é fato que o ladrão do livro está no refeitório, podemos ver que a proposição asserida por Pedro é razoável, verdadeira e conhecida por ele. Sendo assim, sua asserção atende à NARPC, a uma possível norma da verdade da asserção (NVA) e, também, à NCA. Apesar disso, é possível perceber que a asserção de Pedro é problemática e que ele, Pedro, está sujeito a críticas, ou seja, por algum motivo a asserção feita por Pedro é imprópria e, conseqüentemente, não permitida.

Embora sua asserção seja razoável, verdadeira e conhecida, em adição a isso, Pedro pode antecipar ou saber que ao asserir “a pessoa que roubou o livro da biblioteca está aqui nesse refeitório” Rosa irá formar a crença falsa de que Maria roubou o livro da biblioteca. O problema central aqui é, então, a natureza enganadora da asserção em questão. Nesse caso, nenhuma das três normas citadas acima tem recursos para identificar a não permissibilidade desse tipo de asserção. As asserções de loteria têm a mesma natureza, elas são asserções enganadoras e, sendo assim, esse é o real motivo delas não serem permissíveis.

Se eu digo, de forma direta, para um Ouvinte-A “seu *ticket* não ganhou”, apenas com base em evidência probabilística, eu levo o Ouvinte-A ao engano. Em tais situações, por causa de minha asserção, o Ouvinte-A irá formar a crença falsa de que eu tenho informação privilegiada acerca do resultado da loteria. Quando o Ouvinte-A souber que minha asserção está baseada apenas em evidência probabilística ele irá se ressentir, mas não precisamente porque eu deveria saber que “seu *ticket* não ganhou”, mas porque ele foi induzido ao engano por uma asserção que eu, enquanto Falante-A, sabia que era enganadora. A natureza enganadora das asserções de loteria causa ressentimentos no Ouvinte-A, deixa o Falante-A sujeito a críticas, evidenciando que tais asserções são impróprias, pois violam uma norma da asserção, sendo assim, não devem ser permitidas. Escreve Lackey, “[e]m particular, nos casos em que é verdadeiramente impróprio asserir proposições de loteria, tais asserções serão frequentemente não permitidas precisamente *porque elas são enganadoras* [...]” (LAKEY, 2007, p. 618, itálicos da autora). Por conseqüente, isso indica que existe uma norma adicional governando a

asserção, uma norma que identifica a impropriedade das asserções enganadoras. Segundo Lackey (2007, p. 617), essa norma é a norma da asserção não enganadora, que tem a seguinte forma em sua versão acabada:

NANE: S deve asserir que p no contexto C somente se não for razoável para S acreditar que a asserção que p será enganadora em C , relativo aos propósitos do intercâmbio conversacional em questão.

Com a NANE podemos identificar corretamente a impropriedade das asserções enganadoras, dentre elas as asserções de loteria. A NCA, por sua vez, não tem recursos para proibir asserções enganadoras como as do caso do ladrão de livros. Assim, fica claro que essa norma não é a norma fundamental ou imprescindível da asserção.

3.2 A influência do contexto na determinação do padrão segundo Sanford Goldberg

Goldberg (2015) está entre aqueles que defendem que o ato de fala da asserção pode ser distinguido de outros atos de fala por referência a uma regra ou norma que governa tal ato. Ele está também dentre aqueles que defendem que tal regra ou norma é de caráter epistêmico. Dentro desse cenário da norma epistêmica da asserção, já no prefácio de seu *Assertion: on the philosophical significance of assertoric speech* (Goldberg, 2015), podemos identificar o ponto de vista específico de Goldberg, sobre como seria essa norma. Ele é a favor de uma descrição da norma da asserção como sendo epistêmica e sensível a um contexto. Tal norma terá como regra central ou fundamental da asserção a exigência de que o Falante-A tenha o que ele chama de “autoridade epistêmica relevante”. A autoridade epistêmica relevante, por sua vez, irá variar de acordo com o que for razoavelmente considerado, pelos pares da prática assertórica, como mutuamente manifestado entre eles no contexto. Diz Goldberg:

[...] eu favoreço uma explicação da norma sensível ao contexto – uma que considera que a regra central da asserção exige que se tenha a autoridade

epistêmica relevante, mas onde o que conta como autoridade relevante irá variar de acordo com o que é mutuamente manifestado (melhor: o que é razoavelmente considerado como mutuamente manifestado) em contexto. (Goldberg, 2015, p. ix).

Para mapear a discussão, notemos que o objetivo principal aqui é identificar na concepção de Goldberg qual o conteúdo da norma da asserção. Mais especificamente, identificar o padrão ou padrões que legitimamente devem ser exigidos para que um Falante-A possa ter autoridade para a realização do ato assertórico. Nessa direção, as afirmações centrais de Goldberg são que (i) a asserção é governada por uma norma; (ii) tal norma não só é epistêmica, mas robustamente epistêmica²⁸ (permanecendo neutro, de início, quanto ao conteúdo preciso da norma, ao qual corresponderia essa robustez epistêmica); e (iii) essa norma se manifesta de forma mútua a todos os participantes de uma prática assertórica (Goldberg, 2015, p. 96).

Como mencionei no primeiro capítulo, seção 1.2, e no início do segundo capítulo, Goldberg oferece uma série de razões em favor da vantagem da abordagem epistemológica da asserção. Ele apresenta razões em favor da hipótese mais ampla e inicial que consiste em afirmar que a asserção é governada por uma norma epistêmica. Consequentemente, essas razões nos motivam a aceitar a explicação da asserção com base em uma norma como sendo, de fato, a melhor opção. Assim, é preciso pôr a mostra o que evidencia o importante aspecto epistêmico da norma e por que ela, a norma, invariavelmente e mutuamente se manifesta às partes envolvidas em uma prática assertórica, de tal modo que, mesmo que implicitamente, seja de comum conhecimento entre todos os usuários competentes de uma língua. A explicitação desses pontos parece ser fundamental para uma boa compreensão da teoria de Goldberg, a qual nos ajudará a minar a tese de que o conhecimento é imprescindível para uma asserção apropriada.

3.2.1 Razões em favor da caracterização da asserção por meio de uma norma

²⁸ A noção de “robustamente epistêmico”, de Goldberg, diz respeito ao mínimo de força epistêmica suficiente para racionalizar ou justificar uma crença. Mantendo-se neutro sobre o conteúdo ou padrão específico da norma (se justificação, conhecimento, certeza etc.), Goldberg (2015, p. 96) afirma que o conteúdo da norma da asserção “[...] é robustamente epistêmico (o que significa que é pelo menos epistemicamente forte o suficiente para racionalizar ou justificar a crença)”.

De um modo geral, as razões apresentadas por Goldberg em favor da hipótese da norma da asserção é o elevado poder explicativo dessa hipótese frente a qualquer outra. Essa capacidade explicativa diz respeito à virtude de poder explicar as variadas características que envolvem a asserção. Sendo assim, ele propõe que uma boa teoria da asserção deve ser capaz de explicar, senão todas, pelo menos a grande maioria das características que constituem o ato de asserção. Como já mencionado no primeiro capítulo, ele começa elencando quatro categorias de características: (i) comunicação de conhecimento; (ii) geração de direitos e responsabilidades; (iii) expressão de crença; e (iv) o papel fundamental no método de interpretação de uma língua desconhecida.

Ligadas à categoria (i), temos outras características, tais como: a consciência, presente tanto no Falante-A como no Ouvinte-A, de que a asserção é apta para o uso de comunicar conhecimento; a pretensão que há por trás do ato assertórico de que a asserção seja digna de crença (*belief-worth*); a susceptibilidade de toda asserção a desafios epistêmicos do tipo “como sabe isso?”, “sobre quais bases afirma tal coisa?”; e transmissão bem sucedida da autorepresentação do Falante-A como tendo autoridade epistêmica, ou seja, conhecimento ou evidência para o que foi asserido.

A categoria (ii) corresponde ao aspecto interpessoal da asserção. Ao executar um ato assertórico, o Falante-A assume um tipo de responsabilidade e o Ouvinte-A adquire um tipo de direito. O Ouvinte-A forma uma crença com base na asserção do Falante-A, se legitimamente for desafiado por um terceiro a defender a tal crença ele terá o direito de passar a responsabilidade de responder ao desafio para o Falante-A, uma vez que tenha exaurido suas razões em favor da crença.

Quanto à (iii), o que explicita tal característica presente na asserção é o aspecto da sinceridade envolvida no ato assertórico. É de comum conhecimento, entre falantes competentes de uma língua, que a performance sincera da asserção geralmente corresponde a uma manifestação de crença.

Uma característica adicional que Goldberg diz não estar inteiramente separada do papel da asserção em comunicar conhecimento, mas que merece ser apresentada separadamente, é a característica da retração da asserção. O Falante-A pode retroceder do seu ato assertórico sempre que não mais se considerar em posição de justificá-lo. E o interessante a ser observado aqui é que a retração pode ocorrer independente de se o Falante-A mantém ou não a crença no conteúdo da

asserção. Eu posso recuar com minha asserção por falta de sustentação, mas continuar acreditando na proposição.

Outro aspecto da asserção que embora não esteja totalmente dissociada da categoria da transmissão ou propagação de conhecimento, mas que Goldberg aborda separadamente, diz respeito à característica evidencial da asserção. Em uma situação de tradução de uma língua desconhecida, ou em uma tradução radical, deve-se começar observando as asserções do Falante-A da língua desconhecida e seu comportamento de manifestação de assentimento.

Diante de todos esses aspectos que estão associados – ou, por que não dizer: que compõem – a asserção, o passo seguinte é avaliar qual proposta teórica, dentre as mais destacadas, se sai melhor na explicação dos referidos aspectos ou características, e Goldberg (2015) faz isso de uma maneira extensiva e detalhada. A conclusão da avaliação será que o ponto de vista baseado na norma da asserção se sai melhor na tarefa em questão.

3.2.2 Um exemplo de menor poder explicativo frente à concepção de que a asserção é definida por uma norma

Tomemos como exemplo uma daquelas teorias que não se sai tão bem na tarefa de explicar as características importantes da asserção. Ela servirá de exemplo claro para o que Goldberg quer dizer²⁹. A referida teoria é chamada por Goldberg de *Atitudinal*³⁰, podendo ser também denominada de teoria da expressividade da asserção ou, ainda, de teoria da asserção como expressão de crenças e intenções³¹. Representa uma oposição à concepção de que a asserção é definida por uma norma.

²⁹ Tomaremos como exemplo apenas um dentre aqueles pontos de vista que Goldberg julga ter menor poder explicativo, pois o procedimento com os outros concorrentes se dá de modo semelhante, respeitando suas particularidades, claro. Para todo seu escrutínio avaliativo em questão ver Goldberg 2015.

³⁰ Vale lembrar que Goldberg está fazendo uso aqui da abordagem de MacFarlane (2011) do ponto de vista da asserção como expressão de uma atitude, em seu “What is an assertion?”.

³¹ Como notado por MacFarlane, os expressivistas Bach e Harnish, em 1979, definiram asserção da seguinte maneira:

Ao proferir *e*, *S* assere que *P* se *S* expressa:

A visão expressivista pode se sair bem ao explicar o aspecto da sinceridade; o objetivo de que a asserção seja digna de crença; a aptidão da asserção em comunicar conhecimento; a susceptibilidade da asserção a desafios epistêmicos; e a característica evidencial da asserção pela qual desempenha papel fundamental em um cenário de interpretação radical. No entanto (o que muito nos interessa aqui), em primeiro lugar, teria dificuldade de explicar uma importante característica presente no ato assertórico, a saber, a geração de direitos e responsabilidades. Essa dificuldade se deve ao fato de que a visão atitudinal não consegue esclarecer a transferência de responsabilidade do Falante-A para o Ouvinte-A. Quando um Ouvinte-A forma uma crença com base na asserção de um determinado Falante-A, e em seguida tem o seu direito de crer desafiado por um terceiro, ele, o Ouvinte-A, tem o direito de transferir ao Falante-A o desafio mencionado. O problema aqui, para a visão atitudinal, é que não está claro que apenas a indicação de expressão de crença, por parte do Falante-A, gera no Ouvinte-A o direito de transferir os desafios para o Falante-A. Posto isso, a fraqueza da visão atitudinal é sua insuficiência normativa para abranger a dimensão normativa da asserção. Veremos a seguir, de modo resumido, como Goldberg explica esse ponto.

Seguindo a visão atitudinal, ao se fazer uma asserção, expressamos atitudes correspondentes ao ato assertórico. Em uma situação em que um Ouvinte-A crê que p com base na asserção de um Falante-A, esse, ao realizar o ato assertórico, dá razões para o Ouvinte-A considerá-lo como: (i) acreditando que p e (ii) pretendendo que o Ouvinte-A também acredite que p . Porém, isso considerado, o ato assertórico do Falante-A não gera o direito para que o Ouvinte-A passe a responsabilidade de responder aos desafios a sua crença para o Falante-A, mesmo que a crença seja formada com base no ato do Falante-A.

Podemos assumir que crença responde a padrões epistêmicos e que o Ouvinte-A espera que o Falante-A faça algo que responda a tais padrões. Não obstante, nada impede que a crença que o Falante-A quer que o Ouvinte-A forme não satisfaça os padrões epistêmicos. Se pudermos falar – o que parece que sim – da visão atitudinal como considerando a asserção como uma expressão da atitude de crer, então o Falante-A, mesmo que tenha a intenção de que a crença seja

i. a crença que p

ii. a intenção que H acredite que p (Bach; Harnish, 1979, p. 42).

formada, não seria levado a contrair responsabilidade. A decisão de acreditar em sua asserção seria tão somente do Ouvinte-A. Mesmo que o Ouvinte-A se sentisse tentado pelo Falante-A a crer que p , isso seria diferente de se sentir autorizado, se asserção apenas expressa crença. Afirma Goldberg (2015, p. 14): “em suma, mesmo se o Falante-A pretender que o Ouvinte-A forme a crença em questão, pretender é uma coisa, *autorizar* é outra, e, ao que parece, a visão atitudinal não tem base para passar da primeira à segunda”.

Em uma possível situação em que o Falante-A, ao asserir, realiza esse ato com a intenção de que o Ouvinte-A forme uma crença qualquer que não atenda a padrões epistêmicos, ficará no ar uma sensação de que o Falante-A não deveria ter asserido dessa maneira. A razão para isso é que o Falante-A não só expressa uma crença ao asserir, mas *autoriza* o Ouvinte-A a acreditar na proposição asserida. É justamente porque o Falante-A autoriza a formação da crença que podemos responsabilizá-lo por seu ato assertórico, quando intencionalmente levar o Ouvinte-A a formar uma crença desprovida de suporte epistêmico. A visão atitudinal, por sua vez, não captura a referida responsabilidade do Falante-A.

A visão atitudinal falha ainda em explicar o fenômeno da retração da asserção. Seguindo o raciocínio de MacFarlane (2011, p. 83), “se asserir é expressar uma crença e uma intenção de inculcar essa crença nos Ouvintes-A, então, pode-se esperar que a retração seja o *pegar de volta* da anterior expressão daquelas atitudes”³². Contudo, embora a retração da asserção de que p possa significar a anulação da intenção de inculcar a crença no Ouvinte-A, isso não torna claro, ou não implica que, o Falante-A necessariamente deixa de acreditar que p concomitante a retração. É possível realizar a retração de uma asserção e manter a crença na proposição veiculada pela mesma asserção. O Falante-A pode voltar atrás e anular sua asserção sempre que, por exemplo, perceber que carece de base suficiente para sustentá-la, mas persistir na crença.

Ainda na esteira do pensamento de MacFarlane, é possível supor que a versão expressivista da asserção pode interpretar o fenômeno da retração não como a necessária anulação da crença do Falante-A na proposição, juntamente com a

³² É interessante notar que a retração ou anulação da asserção, então, pode ser entendida também como uma expressão de uma intenção, assim como no caso da asserção, só que em um sentido contrário. Se na asserção expressa-se a intenção de fazer com que o Ouvinte-A também acredite, junto com o Falante-A, na retração ou anulação da asserção, expressa-se a intenção de fazer com que o Ouvinte-A não mais acredite, se assim o fez, na proposição veiculada pela anterior asserção.

anulação da asserção. O expressivista pode interpretar que o Falante-A não mais quer ser considerado *comprometido* com a proposição ou como sustentando que há *base adequada* para a proposição. O problema aqui, porém, é que mesmo assim procedendo, ainda continua a faltar ferramentas para o expressivista captar o aspecto normativo da asserção. As noções de comprometimento e base epistêmica são-lhes estranhas, pois a expressão *simpliciter* não leva ao comprometimento com a verdade da proposição ou à exigência da apresentação de sua base epistêmica de sustentação.

Assim como ocorre nesse exemplo da teoria atitudinal, Goldberg (2015, p. 14-35) analisa os outros concorrentes da visão da norma da asserção e conclui que eles ficam em desvantagem, em termos de capacidade explicativa das características relevantes do ato assertórico.

3.2.3 Virtudes explicativas da hipótese baseada na norma da asserção

Uma vez de posse dessa pequena mostra das objeções de Goldberg às teorias concorrentes da norma da asserção, vejamos como ele apresenta, em contrapartida, as virtudes de se explicar a asserção com base em uma norma. Ele começa propondo a assunção de que a norma da asserção é uma regra da linguagem. Segundo ele, “[...] explorações da norma da asserção são parte de uma exploração mais geral de convenções familiares do uso da linguagem” (Goldberg, 2015, p. 80). Sendo assim, todos que são capazes de fazer uso de uma língua têm conhecimento da dita norma.

Se a norma é de *comum conhecimento* entre os usuários competentes, todos sabem que aquele que afirmou ou asseriu alguma coisa, só terá feito isso adequadamente se satisfizer o padrão estabelecido pela norma. Além disso, defende Goldberg (2015, p. 156), “de quem assere que p pode ser presumido ter buscado satisfazer a norma da asserção. Podemos dizer que é um efeito colateral característico da asserção que ela gere essa pressuposição”. O padrão para satisfação da norma, por sua vez, é robustamente epistêmico. Uma vez satisfeito pelo Falante-A, considera-se que ele tem autoridade epistêmica perante a verdade da proposição. É somente nesse caso que a proposição veiculada pela asserção

será digna de crença, além disso, “quem asseri que p , representa a si mesmo como considerando [que p] como merecedora de crença no sentido relevante”, afirma Goldberg (2015, p. 157).

Uma concepção muito importante na abordagem de Goldberg é a de *autorrepresentação*³³. Partindo dessa abordagem pode-se explicar muitas outras concepções. Sendo que é do conhecimento de todos (Falante-A e Ouvinte-A) que a asserção só será garantida se o Falante-A cumprir a norma da asserção, a qual é robustamente epistêmica, ao realizar o ato assertórico o Falante-A implicitamente representa a si mesmo como cumprindo a norma e tendo autoridade epistêmica em relação à proposição asserida. “[Q]ue a asserção transmite esse tipo de autorrepresentação explicaria porque uma reação apropriada a uma asserção é indagar como o Falante-A sabe ou tem evidência apropriada”, diz Goldberg (2015, p. 7). Porém, o mais interessante é que, em via contrária, a partir da referida reação, podemos explicar o fenômeno da autorrepresentação. Quando fazemos uma asserção não afirmamos explicitamente saber ou ter evidência apropriada, apenas afirmamos. Ainda assim, uma reação legítima e comum a nossa asserção é a cobrança de tais recursos epistêmicos. Como afirma ainda Goldberg (2015, p. 16), “[...] o conhecimento de que um sujeito fez uma *asserção* é todo o contexto que nós precisamos para determinar que ele esteja representando a si mesmo como conhecedor do (ou justificadamente acreditando no) que disse”, ou seja, a mera asserção gera para um Ouvinte-A o direito de poder cobrar recursos epistêmicos do Falante-A, em garantia do que foi asserido.

Poderíamos dizer, então, que ser governada por uma norma faz parte da própria natureza da asserção. A transmissão implícita de autorrepresentação no ato assertórico implicaria que quem faz uma asserção automaticamente se compromete com sua defesa. Isso explica (o que, por exemplo, a visão atitudinal não faz) o direito que todo Ouvinte-A tem de transferir ao Falante-A qualquer desafio à sua crença formada a partir da asserção feita por seu interlocutor.

Uma simples explicação da asserção sincera também pode ser dada, por meio da norma da asserção. Uma vez que o Falante-A que é sincero em seu ato assertórico busca satisfazer a norma, e esta tem como exigência um padrão

³³ Como vimos no primeiro capítulo, Black e Unger defendem que o Falante-A se autorrepresenta como sabendo, ao asserir. Mas, aqui, para Goldberg, o Falante-A se autorrepresenta como tendo recursos epistêmicos que sustentam sua asserção e não especificamente conhecimento.

robustamente epistêmico, ou seja, exige coisas como “conhecimento, crença racional ou justificada” (Goldberg, 2015, p. 20), logo, a asserção sincera envolverá crença no conteúdo asserido.

Outra explicação simples pode ser dada acerca do fenômeno da tradução radical, diz Goldberg (2015). Sendo a asserção governada por uma norma robustamente epistêmica, o tradutor ou intérprete radical pode traduzir a asserção de uma maneira que ela satisfaça a norma em questão. Isso inevitavelmente irá direcionar a atenção do intérprete (que faz o papel do Ouvinte-A) para o ambiente do Falante-A da língua desconhecida. Assim poderá apresentá-lo (o Falante-A) como sabendo ou justificadamente acreditando. A norma robustamente epistêmica, diz Goldberg (2015, p. 20), fundamenta certo princípio de interpretação/tradução que seria maximizar a satisfação do padrão por parte do Falante-A ou, pelo menos, diminuir as situações em que o padrão não é satisfeito.

Outra característica da asserção que o ponto de vista da norma da asserção explicaria, e que a visão atitudinal, por exemplo, não explica, é o fenômeno da retração da asserção. Sendo que a asserção transmite a ideia de que o Falante-A satisfaz o padrão da norma, a retração, por sua vez, se justificaria sempre que ficar claro que o Falante-A não atingiu de fato o padrão requerido. A retração significaria que o Falante-A parou de se autorrepresentar como tendo autoridade relevante e que não é mais capaz de assumir o peso da responsabilidade para com a proposição asserida.

Portanto, a razão apresentada por Goldberg em favor da visão da norma da asserção é, como vimos, em alguns exemplos, a sua maior capacidade explicativa frente às concorrentes. Segundo ele, “[...] dada a totalidade do trabalho explicativo que parece ser capaz de fazer, o que nenhum de seus concorrentes pode fazer igualmente bem e igualmente simples, devemos levá-la a sério” (Goldberg, 2015, p. 21). Essas razões em favor da visão da norma da asserção ganham mais corpo a partir da ideia de que a asserção é governada por uma norma que é de *comum conhecimento* ou mutuamente conhecida entre todos os usuários competentes de uma língua. É de comum conhecimento justamente porque *mutuamente se manifesta* entre todos os usuários competentes de uma língua, quando envolvidos em uma prática assertórica. É devido à mútua manifestação da norma que as partes envolvidas em uma prática assertória (Falante-A e Ouvinte-A) implicitamente e

mutuamente reconhecem suas responsabilidades e direitos para com a realização adequada da prática assertórica.

3.2.4 Manifestação da norma da asserção de forma mútua entre participantes de uma prática assertórica

Goldberg defende que há dois fenômenos inerentes ao ato de asserção cuja explicação precisa passar por uma hipótese que ele chama de “conhecimento comum” (*common knowledge*). A princípio, a necessidade em si mesma de explicar os fenômenos é o que sustenta a hipótese de conhecimento comum. Os referidos fenômenos são patentes, ou seja, são dados linguísticos notórios a qualquer falante competente de uma língua. Eles correspondem às típicas reações protagonizadas tanto pelo Ouvinte-A quanto pelo Falante-A. Por parte do Ouvinte-A, uma típica reação às asserções é criticar aquelas que não têm base epistêmica adequada, e uma típica reação por parte do Falante-A, em tal situação, é tentar providenciar a sustentação epistêmica adequada para sua asserção³⁴. Podemos, então, nos perguntar: por que eles, e qualquer um envolvido em uma prática assertórica, têm tais reações?

Será justamente a resposta à questão acima que porá em evidência a hipótese de que a norma da asserção é de conhecimento comum. Sendo a asserção um ato de fala, é razoável supor que, em alguma medida, ela terá em sua norma algum aspecto característico das regras convencionais da linguagem. Isso por si só já seria um indicativo de que a norma da asserção tem que ser de conhecimento comum, devido à natureza intersubjetiva das convenções linguísticas. Escreve Goldberg:

[...] as explorações da norma da asserção são parte de uma exploração mais geral das convenções familiares do uso da linguagem; e se nossas teorias dessas características convencionais não visam capturar algo que é (ou se aproxima de) conhecimento comum, não é claro como nossas teorias explicam o aspecto convencional dessas características (Goldberg, 2015, p. 80).

³⁴ Essa situação é a mesma dos desafios às asserções, apontada pelos defensores da NCA. A diferença é que Goldberg não está pressupondo que “sustentação adequada” requer conhecimento.

As referidas reações das partes envolvidas na prática linguística assertórica, de acordo com Goldberg (2015, p. 172-3), têm como causa imediata as mútuas expectativas epistêmicas que surgem automaticamente no Falante-A e Ouvinte-A. Essas expectativas são reconhecidas como legítimas pelos participantes da prática assertórica, ao se fazer e observar uma asserção. As expectativas são mútuas no sentido de que as partes, além do reconhecimento de suas próprias expectativas, têm conhecimento da expectativa gerada no outro. Em razão disso são de mútuo conhecimento. Goldberg (2015, p. 173) afirma que “podemos descrever essas mútuas expectativas utilizando a linguagem da responsabilidade e do direito”. Uma expectativa é gerada no Ouvinte-A acerca da responsabilidade do Falante-A e a mesma expectativa (desta vez em via oposta) é gerada no Falante-A acerca do direito do Ouvinte-A em ter aquela expectativa. Não custa, porém, lembrar que em se tratando de uma prática assertórica, no exercício de sua função principal de troca de informação, essas expectativas serão expectativas epistêmicas.

Se as reações, seja do Ouvinte-A ou do Falante-A, são resultado direto das expectativas, essas, por sua vez, são resultado direto do reconhecimento da necessidade da satisfação de uma norma como pré-condição de garantia da asserção. Para o Falante-A, ao realizar uma asserção, é gerada uma expectativa de responsabilidade, e para o Ouvinte-A, uma expectativa de direito (ambas as expectativas compartilhadas por ambas as partes). Qualquer competente usuário de uma língua, na posição de Falante-A (que, diga-se de passagem, tem o interesse que sua asserção seja digna de crença) sabe “[...] – ou, de qualquer maneira, está em uma posição de saber, e deve saber –” (Goldberg, 2015, p. 76) que a garantia de toda asserção depende da satisfação de algumas condições, situação que pode ser bem caracterizada como uma norma, no caso aqui, “a norma da asserção”. O que evidencia a existência dessa norma são justamente as *reações* causadas pelas *expectativas* das partes envolvidas na prática assertórica.

O Ouvinte-A tem a legítima expectativa de que o Falante-A esteja bem-posicionado ao fazer a asserção, e estar bem-posicionado nesse caso significa que ele ocupa uma feliz posição epistêmica, logo, como explicitaremos mais à frente, a norma da asserção terá que ser uma norma epistêmica. O Falante-A, por sua vez, na realização do ato assertórico, tem a expectativa de que o Ouvinte-A poderá lhe atribuir culpa, caso não esteja bem-posicionado epistemicamente. Assim, há,

respectivamente, a expectativa do direito de cobrar e poder culpar e a expectativa de poder ser cobrado e culpabilizado³⁵.

As expectativas e consequentes reações protagonizadas pelas partes, em uma prática assertórica, só se justificam, em primeiro lugar, pela existência de uma norma epistêmica da asserção. Em segundo lugar, mas não menos importante, pelo fato dessa norma ser de comum conhecimento entre as partes³⁶. Devido ao conhecimento comum da norma, um Falante-A sabe que precisa satisfazer o padrão epistêmico estabelecido pela norma para obter autoridade epistêmica e consequentemente a garantia da asserção. Ele também sabe que, além dele, o Ouvinte-A sabe disso, ou seja, sabe que o Falante-A sabe do seu dever de cumprir a norma (se quiser garantir a asserção). O Ouvinte-A também sabe que o Falante-A sabe que ele, Ouvinte-A, sabe que o Falante-A sabe, e assim por diante. Em resumo, devido ao mútuo conhecimento, todos sabem o que esperar um do outro e todos estão conscientes das expectativas um do outro, por isso as reações de um para com o outro, quando não satisfeito o padrão, não serão tomadas como surpresa por qualquer das partes. Como afirma Goldberg,

[s]e os Falantes-A não estivessem conscientes que os Ouvintes-A estão conscientes dessas expectativas, então (contrário ao que nós observamos) os Falantes-A deveriam se surpreender com a forma sistemática e característica na qual os Ouvintes-A criticarão asserções por razões epistêmicas; e se os Ouvintes-A não estivessem conscientes que os Falantes-A estão conscientes dessas expectativas, então (contrário ao que nós observamos) Ouvintes-A deveriam surpreenderem-se com a forma sistemática e característica na qual os Falantes-A responderão a essas críticas (Goldberg, 2015, p.80, nota 15).

³⁵ Podemos dizer que as expectativas são pontos de vista opostos sobre o mesmo fenômeno. O fenômeno é o conhecimento da necessidade de atender à regra para que se possa obter garantia para uma asserção, sobre isso são geradas as expectativas passivas de poder ser culpabilizado, da parte do Falante-A, e as expectativas ativas de poder culpar, da parte do Ouvinte-A da asserção. Para que essas expectativas sejam possíveis, é necessário que o fenômeno em questão seja de mútuo conhecimento entre as partes.

³⁶ Vale aqui ressaltar e reforçar o caráter fundamentalmente intersubjetivo desse ponto. As expectativas somente poderão ser geradas se houver mútuo conhecimento. Se, numa situação de troca de conversa, apenas o Ouvinte-A soubesse da necessidade da satisfação do padrão para garantia da asserção e, ao mesmo tempo, soubesse ele que o Falante-A não sabe de tal necessidade, ou, ainda, se o Ouvinte-A tivesse dúvida quanto a isso, ele não teria o direito nem poderia gerar a expectativa da culpabilidade do Falante-A. Se invertermos as posições, o mesmo ocorreria com o Falante-A. Este, sabendo que não há (ou tendo dúvida se há), por parte do Ouvinte-A, o conhecimento da necessidade de satisfação do padrão, não geraria – por não ter como – a expectativa de ser responsabilizado e culpabilizado pelo Ouvinte-A. A expectativa do direito de culpar, ou a perspectiva de ser culpabilizado, só haverá de uma parte em relação à outra.

Ao que tudo indica, Goldberg quer dizer que a norma da asserção, e o comum conhecimento dela, são um fato que faz parte da própria natureza convencional da linguagem. Este seria o melhor ponto de partida para explicar todo o leque de características da asserção. O caráter epistêmico da norma é comprovado pelo simples fato de que os níveis de exigência de seu padrão são tipicamente compostos por elementos de consistência ou robustez epistêmica, tais como conhecimento ou crença racional (ou justificada). Assim sendo, a norma da asserção sempre exigirá um padrão robustamente epistêmico.

Inicialmente, Goldberg (2015) não se posiciona sobre qual seria o conteúdo específico da norma ou, podemos dizer, sobre o ajuste específico do padrão da norma. Ele apenas explica que “robustamente epistêmico” “[...] significa que é pelo menos epistemicamente forte o suficiente para racionalizar ou justificar a crença” (Goldberg, 2015, p. 96). Fica em aberto, em um primeiro momento, a discussão sobre qual exatamente seria o elemento epistêmico que fixaria o nível de exigência do padrão a ser atingido para se ter uma asserção garantida. Ele só entrará na referida discussão após o desenvolvimento e aprofundamento de sua hipótese central³⁷, a NEAMM³⁸. Essa consiste em afirmar que é “mutuamente manifestado”, para os participantes de uma interlocução, que asserções têm uma norma robustamente epistêmica. Nas palavras de Goldberg, “[...] é mutuamente manifestado que se deve: asserir p , somente se for satisfeita (a condição robustamente epistêmica) E com respeito à $[p]$ ” (Goldberg, 2015, p. 106). De maneira mais detalhada, Goldberg descreve a NEAMM da seguinte forma:

NEAMM em si mesma consiste em duas afirmações: primeiro, que a asserção está sujeita a uma norma robustamente epistêmica (eu nomeei essa afirmação de ‘NEA³⁹’); e, segundo, que isso mutuamente se manifesta para qualquer falante competente em uma troca linguística (e esta é a parte ‘MM’ da NEAMM) (Goldberg, 2015, p. 146).

Posto isso, observando com um pouco mais de atenção, podemos perceber e afirmar que a MM (manifestação mútua) da NEAMM tem como correspondente

³⁷ “[...] a tese central deste livro: NEAMM” (Goldberg, 2015, p. 289).

³⁸ No original: “MMENA: It is mutually manifest to participants in a speech exchange that assertion has a robustly epistemic norm; that is, that one must: assert that p , only if $E(\text{one } [p])$ ” (Goldberg, 2015, p. 96).

³⁹ No original: ENA S must: assert p , only if satisfies epistemic condition E with respect to p ; that is, only if $E(S, [p])$. (Goldberg, 2015, p. 273)

direto a hipótese do “conhecimento comum entre as partes”. É porque a norma epistêmica da asserção mutuamente se manifesta às partes envolvidas numa interlocução que ela é mutuamente conhecida pelas referidas partes. A MM, então, dispensa maiores esclarecimentos, pois pode ser sustentada pelos mesmos argumentos apresentados para a hipótese de “conhecimento comum entre as partes”. O que sustenta essa hipótese é (além da natureza convencional ou intersubjetiva da linguagem que pressupõe conhecimento mútuo) sua capacidade de explicar as reações sistemáticas, por parte dos Ouvintes-A, em forma de críticas às asserções sem fundamentação adequada e as reações dos Falantes-A ao reconhecer a legitimidade das críticas. O Ouvinte-A faz crítica a uma asserção sem sustentação porque ele sabe de antemão que toda asserção apropriada obedece a uma norma robustamente epistêmica. O Falante-A, por sua vez, também sabe de antemão que toda asserção apropriada obedece a uma norma robustamente epistêmica, por isso sua reação diante da crítica é buscar a sustentação necessária para seu ato assertórico⁴⁰.

3.2.5 Determinação do padrão e contexto

Até aqui foram apresentadas as virtudes equivalentes a um alto poder explicativo como razão para optar pela tese da asserção baseada em uma norma. Essa norma foi apresentada como sendo de *conhecimento comum* entre as partes de uma interlocução porque *mutuamente se manifesta* entre elas. O padrão da norma é *robustamente epistêmico* e coincide com uma força epistêmica minimamente forte o suficiente para racionalizar ou justificar a crença na proposição asserida. No entanto, nos falta ainda saber qual o grau específico de força epistêmica suficiente para satisfazer o padrão da norma em questão e, conseqüentemente, garantir a asserção e dotar o Falante-A de autoridade

⁴⁰ “Os Ouvintes-A criticam tais asserções e os Falantes-A reagem de forma característica a tais críticas porque todas as partes na discussão reconhecem (e consideram legítimas) as expectativas geradas ao se fazer ou observar uma asserção – e todas as partes reconhecem que as outras partes também reconhecem isso, e assim por diante” (Goldberg, 2015, p. 80).

epistêmica relevante para poder apresentar a asserção como digna de crença. Em suma, é preciso entrar na polêmica da discussão sobre como pode ser determinado o padrão específico da norma.

A posição adotada pelo ponto de vista da norma aqui em foco, sobre a determinação específica do padrão de exigência da norma da asserção, será a defesa de um padrão flexível. Segundo Goldberg (2015, p. 225), “[...] o que é exigido para garantir uma asserção depende de características do contexto de conversa no qual a asserção é feita”, diferente do que outras teorias têm defendido. Um padrão que estará sujeito a ajustes naquilo que será exigido para se ter garantia ou sustentação para uma asserção. Tais ajustes serão determinados pelo contexto da interlocução, resultando daí a defesa de uma norma sensível ao contexto (*context-sensitive norm*).

O que servirá de motivação, em certa medida, para a defesa da sensibilidade da norma assertórica ao contexto é a existência notória de alguns contextos nos quais a prática assertória tem continuidade, mesmo que, segundo Goldberg (2015, p. 225), “seja mutuamente reconhecido que desafios práticos tornam a obtenção de conhecimento, ou outro padrão de nível epistemicamente elevado, improvável no momento (ou mesmo, no pior caso, praticamente impossível)”. A prática assertórica, em muitos contextos, tem continuidade a despeito do que Goldberg chamará de “pares de desacordos sistemáticos” (*systematic peer disagreement*). Essas circunstâncias se dão em um cenário de esperança epistêmica reduzida e para que a prática continue, com asserções garantidas, é mutuamente aceito pelas partes que se faça um ajuste no padrão de exigência da norma. O problema aqui é a dificuldade em encontrar uma explicação para a legitimidade da continuidade da prática assertórica em cenários de desacordos sistemáticos. Goldberg proporá que a resposta a esse problema pode ser dada se for observada uma importante característica da norma da asserção, a saber, sua susceptibilidade a contextos.

Uma resposta ao problema, por meio da explicitação da sensibilidade da norma a contextos, tornará mais firme um ponto importante que queremos defender no presente trabalho, a saber, a oposição à ideia do conhecimento como única condição da asserção apropriada. Podemos observar que a concepção da norma da asserção, como sensível ao contexto, tem como consequência a negação de um padrão único e rígido, como a NCA, que coloca o conhecimento como única possibilidade de garantia assertórica. Os padrões rígidos, como no caso da NCA,

têm a grande desvantagem de serem restritivos e de sofrerem um esvaziamento⁴¹. Assim sendo, não abarcam os casos de asserções realizadas em contextos de pares de desacordo sistemáticos, onde a esperança epistêmica é reduzida.

O exemplo utilizado por Goldberg, para ilustrar situações em que é comum continuar a fazer asserções, mesmo em face de desacordo sistemático ou de esperança epistêmica reduzida, é o da prática assertórica em filosofia. Para ele, não é apenas comum que na filosofia se faça asserções em condições de desacordo sistemático, mas “que a prática da filosofia depende dessa característica” (Goldberg, 2015, p. 251). O desafio aqui é, então, mostrar que as asserções filosóficas podem ser garantidas, sustentadas ou justificadas mesmo sob as condições supracitadas.

Assim como tantos outros, Goldberg afirma que uma teoria da asserção é uma teoria de um tipo de ato de fala. Tomando isso como ponto de partida, ele apropriadamente acrescenta que uma teoria da asserção deve ter como base o melhor entendimento sobre os atos de fala. Ele considera que Paul Grice alcança tal entendimento, a começar pela formulação de um princípio geral da interlocução, o *Princípio Cooperativo* (PC), que diz: “faça sua contribuição tal como é requerida, quando ocorre, pelo admitido propósito ou direção do intercâmbio conversacional no qual você está envolvido” (Grice, 1989, p. 26). A partir desse princípio mais geral, Grice distingue quatro categorias, as de Quantidade, Qualidade, Relação e Maneira. Dessas decorrem algumas máximas, dentre as quais, segundo Goldberg, as mais relevantes para o ato de fala da asserção seriam duas máximas específicas que derivam da categoria da *Qualidade* (Q), que dizem: “1. não diga o que você acredita ser falso; 2. Não diga algo para o qual você não tem evidência adequada” (Grice, 1989, p. 27). Como podemos observar, são de caráter estritamente epistêmico.

É inspirado nessa abordagem de Grice que Goldberg projeta sua explicação de como determinar o padrão da norma da asserção sob uma perspectiva da sensibilidade dela ao contexto. A questão “quando precisamente a evidência é ‘adequada’ para asserir?” é retirada da segunda máxima e expressa a busca pela fixação do padrão da norma da asserção. Goldberg dirá que a resposta está no próprio PC, mais especificamente, no “propósito ou direção da interlocução”. O propósito mutuamente aceito, em um intercâmbio conversacional no qual se está

⁴¹ Como observa John Williams (2017, p. 41), o vazio da NCA fica aparente quando percebemos que não está claro quanto ao que há de errado em quebrarmos a NCA.

envolvido, determina, ao menos em parte, o padrão para adequação de evidência (Goldberg, 2015, p. 256). Agora, é preciso explicar como isso ocorre.

A determinação do padrão para poder dizer quando a evidência de alguém é adequada, como é exigido pela máxima da qualidade, é, segundo Goldberg, um caso especial do mesmo fenômeno que Bach e Harnish (1979) estão falando quando defendem a existência e necessidade do que eles chamam de *crenças contextuais mútuas* (CCM) (*mutual contextual belief*). Essas crenças são somadas à enunciação do Falante-A para determinar a intenção do mesmo por trás do que é declarado, já que somente o ato de “dizer” não fornece base suficiente para o Ouvinte-A decidir a respeito de uma afirmação dúbia, por exemplo.

Bach e Harnish compreendem a comunicação linguística como um processo inferencial. O Ouvinte-A toma como base o que é dito pelo Falante-A e as crenças contextuais mutuamente pertencentes aos dois para inferir a intenção do Falante-A. Afirmam eles:

[e]m geral uma crença contextual mútua figura na intenção do Falante-A e na inferência do Ouvinte-A da seguinte maneira: se p é mutuamente acreditado por S e H , então, (1) não somente S e H acreditam que p , mas (2) cada um acredita que o outro leva isso em consideração em seu pensamento, e (3) cada um, supondo que o outro leva p em consideração, também supõe que o outro o considera como levando isso em consideração (Bach; Harnish, 1979, p. 6).

Para Bach e Harnish, “crenças contextuais mútuas” é um nome para “informações contextuais sobressalentes”. Tomando como exemplo a frase “eu amo você como a meu irmão”, se for pronunciada em um contexto no qual uma mulher diz essa frase para um homem, a crença contextual mútua fundamental aqui seria que a mulher não tem sentimentos amorosos (no sentido de par romântico) pelo irmão dela. A intenção que será inferida pelo Ouvinte-A, com base na enunciação da frase e na crença contextual, será que a mulher não tem sentimentos amorosos por ele. Além da enunciação da frase, o Ouvinte-A tem, de antemão, a crença contextual, que é mútua às partes (no caso aqui a mulher e o homem), de que irmãos não nutrem sentimentos amorosos de um para com o outro, só assim consegue inferir a intenção do Falante-A (a mulher).

Ainda segundo os autores em questão, o item de informação “a mulher não tem sentimentos amorosos pelo irmão” é chamado de “crença” e não de conhecimento porque tais itens não precisam ser verdadeiros para configurar na

intenção do Falante-A e na inferência do Ouvinte-A. Tal item é chamado de “contextual” porque é relevante para, e ativado pelo, contexto ou pela própria enunciação, e ele é “mútuo” porque ambas as partes têm, acreditam que ambos têm e devem ter, permitindo assim que a comunicação aconteça.

A partir do conceito de crenças contextuais mútuas de Bach e Harnish (1979, p. 6) (que também é inspirado, em alguma medida, no PC de Grice) Goldberg (2015, p. 257) elabora sua noção de crenças mútuas (*mutual belief*). Com essa noção ele pretende resolver a questão de quais padrões epistêmicos devem ser satisfeitos caso se queira atingir a condição *E* (robustamente epistêmica) em relação a *p*. Porém, considerando que a norma da asserção é sensível ao contexto, o desafio será explicar a fixação do padrão da norma em contextos que a prática assertórica tem continuidade mesmo em face de desacordo sistemático e esperança epistêmica reduzida, “sem, ao mesmo tempo, reduzir a norma da asserção a um padrão inaceitavelmente baixo”, afirma Goldberg (2015, p. 271).

Goldberg explica que o que conta como evidência (evidência adequada) para garantir uma asserção é uma questão dos propósitos ou direções do intercâmbio conversacional aceitos, como descrito no PC de Grice. Estes, por sua vez, podem determinar quando a evidência é adequada através do que é mutuamente acreditado no contexto, ou seja, em muitas situações o padrão que estará em jogo, em um determinado contexto, dependerá do que é mutuamente acreditado no tal contexto.

Segundo Goldberg, o “padrão de crenças mútuas” (*Mutual Belief Standard*) (esse é o modo como ele, em um primeiro momento, formula a concepção de crenças mútuas, que é diretamente inspirada nas *crenças contextuais mútuas* de Bach e Harnish) faz uso de um componente central de sua tese sobre asserção, a saber, o MM (mutuamente manifestado) da hipótese NEAMM. Podemos presumir que isso se dá porque se a norma da asserção se manifesta de forma mútua às partes envolvidas numa mesma interlocução, logo, a norma da asserção será objeto das crenças compartilhadas mutuamente entre as referidas partes.

Partindo da ideia de que a fala é uma atividade cooperativa, a asserção, como ato de fala, deve ser entendida nesses termos, governada por regras tais como as da *Qualidade* de Grice. E na medida em que essas regras são objeto de crenças mútuas, elas acabam por determinar as expectativas do Falante-A e Ouvinte-A, ou seja, as expectativas de responsabilidade e direito que um tem do outro e, além

disso, racionalizam as crenças do Ouvinte-A no que é asserido. Sendo que, em parte, essas expectativas são epistêmicas, conseqüentemente exigirão adequação de evidência, o que nos leva ao ponto que estamos discutindo, a saber, a busca pela determinação ou fixação do padrão de exigência epistêmica, ou “a determinação de quando a evidência é ‘adequada’ para tornar uma asserção garantida” (Goldberg, 2015, p. 258). No que segue, veremos mais detalhadamente como se dará a fixação do padrão da norma, levando em conta as características do contexto.

3.2.6 Grupos epistêmicos e a determinação do padrão

Os interesses e necessidades de informação dos Ouvintes-A, juntamente com o reconhecimento, segundo Goldberg, da dificuldade de se adquirir informação de alta qualidade epistêmica em um dado domínio, são exemplos de objetos de crenças mútuas entre as partes de uma prática assertórica. Tais crenças afetarão as mútuas expectativas do Falante-A e Ouvinte-A e, conseqüentemente, isso afetará ou determinará o que será exigido como evidência adequada para um determinado contexto, fixando assim o padrão epistêmico. O exemplo paradigmático para mostrar como isso ocorre é o da filosofia, apesar de Goldberg afirmar que isso se dá em muitas outras áreas. Seu exemplo parte da noção de “grupo epistêmico” (sendo a filosofia um caso especial do fenômeno de grupos epistêmicos) e de uma pequena alteração (que veremos mais à frente) da sua noção de padrão de crenças mútuas PCM⁴² (*Mutual Belief Standard*).

É geralmente pressuposto que estar em um grupo de interlocutores corresponde a ter certos tipos de conhecimentos (ou pelo menos crenças), por exemplo, acerca do assunto ou procedimentos. Há entre os membros de um mesmo grupo a crença mútua de que cada um tem o relevante conhecimento (ou relevante crença) acerca do contexto do grupo. Quando as mútuas expectativas entre os membros do grupo são expectativas epistêmicas, a esse grupo Goldberg (2015, p.

⁴² No original: MBS When it comes to a particular assertion that p, the relevant warranting authority regarding p depends in part on what is mutually believed by speaker and audience (regard such things as the participant’s interest and informational needs, and the prospects for high-quality information in the domain in question (Goldberg, 2015, p. 257).

260) chamará de *grupo epistêmico*. Tais grupos são repositórios de crenças mútuas, que formam a base para modelar a prática assertórica dentro deles.

Quanto ao PCM, para fazer frente às objeções, Goldberg faz uma pequena alteração no mesmo, chegando assim à concepção de que para estabelecer o padrão não basta apenas o que é mutuamente acreditado, mas “o que é *razoável* considerar como mutuamente acreditado” (Goldberg, 2015, p. 266). Ele chega à seguinte formulação:

PRCMA ⁴³: quando se trata de uma asserção particular que *p*, a relevante autoridade garantida (*relevant warranting authority*) em relação à *p*, depende em parte do que seria razoável para todas as partes acreditar ser mutuamente acreditado entre elas (considerando tais coisas como interesses e necessidades informacionais dos participantes, e as perspectivas para informação de alta qualidade no domínio em questão) (Goldberg, 2015, p. 266).

Para uma breve ilustração do PRCMA (padrão do que é razoável crer que é mutuamente acreditado), considere a realização de uma asserção qualquer em filosofia, mais especificamente em ética. Uma vez reconhecido que tal asserção foi feita sob as condições de desacordo sistemático, as partes envolvidas na prática assertórica irão promover – ou pelo menos deveriam – um ajuste em suas expectativas sobre a evidência adequada. Esse ajuste será feito de acordo com as mútuas crenças que as partes têm, por exemplo: a crença mútua acerca da dificuldade de que a evidência seja decisiva. A evidência esperada, nesse caso, será aquela suficiente para colocar o Falante-A em posição de uma razoável defesa de sua asserção, ou seja, uma posição que atenda aos padrões de rigor, clareza capacidade de resposta, e daí por diante. Assim sendo, podemos, então, dizer que as expectativas que uma asserção desencadeia poderão ser limitadas pelo que é razoável crer que é mutuamente acreditado dentro de um grupo epistêmico.

Goldberg assume que há um padrão principal (*default standard*) da asserção. Segundo ele, “O típico caso de troca de fala assertórica é aquele no qual o que os interlocutores querem das asserções um do outro é conhecimento” (Goldberg, 2015, p. 263), logo, o padrão primeiro da norma da asserção seria conhecimento. No entanto, de antemão, é bom observar que o fato de haver a possibilidade de

⁴³ No original: RMBS: When it comes to a particular assertion That *p*, the relevant warranting authority regarding *p* depends in part on what it would be reasonable for all parties to believe is mutually believed among them (regarding such things as the participant’s interests and informational needs, and the prospects for high-quality information in the domain in question) (Goldberg, 2015, p. 266)

variação do padrão, desde que se mantenha a robustez epistêmica, estingue a possibilidade de ser o conhecimento a norma fundamental da asserção apropriada, isto é, a condição indispensável para qualquer asserção feita em qualquer tempo e lugar. O que aqui é defendido está de acordo com a ideia de que o padrão da norma da asserção é epistêmico por excelência, mas não invariável ou insensível ao contexto.

Tomando por base o PRCMA, o conhecimento será a exigência padrão até o ponto em que “o que é mutuamente acreditado não é robusto o suficiente para ajustar o padrão de qualquer maneira particular” (Goldberg, 2015, p. 262). Havendo robustez suficiente das crenças mútuas, haverá ajustes das expectativas e conseqüentemente do padrão de exigência, que deixará de ser conhecimento, como bem exemplificam os casos envolvendo grupos epistêmicos em filosofia. Goldberg (2015, p. 260) acrescenta que “[é] no contexto de grupos epistêmicos que podemos reconsiderar o desafio de assegurar que crenças mútuas relevantes prevalecerão em qualquer caso envolvendo asserções filosóficas”.

A necessidade da alteração do PCM para PRCMA é sentida diante de questionamentos que levam a objeções como a que envolve a falha no ajuste de crenças mútuas entre participantes de um mesmo grupo epistêmico. São as respostas a tais objeções que acabam por ratificar o PRCMA. Para ilustrar o ponto, Goldberg elabora um caso em que um Falante-A se dirige a um grupo de colegas filósofos para tratar de um tema que é (e que ele acredita ser) profundamente controverso. Consciente de que está no referido grupo, o Falante-A acredita que todos também acreditam como ele, ou seja, que existem robustas crenças mútuas exercendo relevante pressão para que o padrão seja ajustado para níveis epistêmicos menos exigentes. “[C]onseqüentemente, o Falante-A assume que suas asserções são governadas por uma norma ‘razoável para os padrões filosóficos’” (Goldberg, 2015, p. 265). Desse modo, o dito Falante-A *razoavelmente* acredita que o padrão em jogo será aquele que geralmente governa as práticas assertóricas em filosofia.

Supondo que o Ouvinte-A faz parte da audiência do Falante-A em questão, este último irá pressupor que as crenças do Ouvinte-A, naquele contexto de grupo epistêmico, estarão calibradas com as suas. Porém, imagine que, por algum motivo, o Falante-A desconsidera a existência de mútuas crenças relevantes, e que, ao contrário, considera que há pouca ou nenhuma dessas crenças. Nesse caso, ou

seja, não havendo o reconhecimento do Ouvinte-A, mutuamente com o do Falante-A, acerca de, por exemplo, a profunda controvérsia do tema e a consequente dificuldade (ou impossibilidade) de se obter evidência conclusiva, o padrão esperado pela perspectiva do Ouvinte-A será um padrão de nível epistêmico elevado, tal como conhecimento, em discrepância com a perspectiva do Falante-A. Isso indica que uma ou ambas as partes têm crença falsa sobre o que é mutuamente acreditado no contexto, o que impediria o estabelecimento do padrão. É aqui que entra em cena o PRCMA, para dar uma resposta a objeções como essa.

Em condições como a descrita acima, onde há falha de calibragem em relação ao que se acredita ser mutuamente acreditado em um determinado contexto, como poderia o Falante-A obter garantia ou sustentação para sua asserção? Para responder a isso, dirá Goldberg, é preciso antes examinar o *status* epistêmico das crenças geradoras das expectativas do Falante-A e Ouvinte-A. O *status* epistêmico dessas crenças, por sua vez, dependerá da relevância dos grupos epistêmicos e de suas práticas, a saber, se são notórios e predominantes ao ponto de quaisquer dos membros não ter (ou pelo menos não dever ter) dúvida sobre quais são as crenças compartilhadas mutuamente.

Suponha, por exemplo, que as asserções do Falante-A são de um tipo que qualquer um que tenha uma formação básica em filosofia reconheceria que tais asserções são notoriamente de natureza filosófica. Suponha ainda que acrescido a isso, o contexto em que o Falante-A e Ouvinte-A estão, e no qual o Falante-A faz asserção, é o de um grupo de filósofos em uma convenção filosófica, abordando um tema de evidência não conclusiva. Assim sendo, é possível chegar à conclusão que as crenças que subscrevem a expectativa do Falante-A, em relação ao Ouvinte-A ter – ou, pelo menos, dever ter – o mesmo conjunto de crenças mútuas do grupo epistêmico, são razoáveis, dado o contexto. Já as crenças que levam à expectativa do Ouvinte-A de que há pouca ou nenhuma crença mútua exercendo pressão sobre o padrão principal, e que por isso o Falante-A deve atender a um padrão tão exigente quanto conhecimento, naquele contexto, não são razoáveis.

É importante notar que, seguindo o raciocínio de Goldberg (2015, p. 266), a crença do Falante-A de que todos no grupo acreditam de forma mútua⁴⁴ é falsa, pois

⁴⁴ Por exemplo: a crença de que todos acreditam na dificuldade de se chegar à evidência conclusiva sobre um determinado assunto discutido dentro do grupo e que por isso todos estão razoavelmente considerando um padrão menos exigente.

o Ouvinte-A faz parte do grupo e não compartilha das crenças mútuas. No entanto, essa mesma crença do Falante-A, apesar de falsa, é razoável, pois se o Ouvinte-A não compartilha das crenças mútuas (contextuais), uma vez fazendo parte do grupo, pelo menos deveria compartilhar. Quanto à crença do Ouvinte-A, em relação a haver pouca ou nenhuma crença mútua no contexto do grupo, e sua consequente manutenção do padrão em níveis mais exigentes, além de ser falsa é também irrazoável. Como consequência disso, teremos o que denomino aqui de a “máxima da razoabilidade” em contextos de grupos epistêmicos, qual seja, sempre que houver discordância sobre o que é mutuamente acreditado no contexto, deve-se optar pelo que é razoável crer que é mutuamente acreditado. Posto isso, fica claro que o que determinará o padrão, em contextos como esses, envolvendo grupos epistêmicos, será o PRCMA, isto é, o padrão do que é razoável acreditar que é mutuamente acreditado entre as partes internas a um grupo epistêmico. Dessa maneira, mesmo não envolvendo a posse de conhecimento, as asserções feitas nesses contextos serão apropriadas.

Há ainda outras objeções que servem como teste de resistência para o PRCMA, das quais a mais importante diz respeito a uma possível implicação indesejada produzida pelo PRCMA, que seria ter que assumir que se o PRCMA for verdadeiro haverá casos de asserções garantidas sem qualquer fundamento. Tal objeção toma como ponto de partida o que Goldberg chama de “grupos epistemicamente degenerados” (*epistemically degenerate groups*), como é o caso dos grupos de teorias da conspiração.

De acordo com o que pude entender, o PRCMA deve ser visto a partir de uma perspectiva interna aos grupos epistêmicos. Por conseguinte, o que é mutuamente acreditado no interior do grupo será o motor da determinação do padrão epistêmico da norma para as asserções feitas naquele grupo. Porém, um problema surge quando estamos tratando de um grupo epistemicamente degenerado, como os de teorias da conspiração. Nesse caso, todo ou a maior parte do conjunto de crenças mútuas que formam a prática assertórica dentro do grupo será de crenças falsas, ou seja, sem qualquer consistência ou robustez epistêmica mínima para a constituição de um padrão epistêmico que forneça garantia para o que é afirmado no contexto. Apesar disso, assumir a perspectiva do PRCMA significaria ter que encarar a indesejada implicação de que um membro de um determinado grupo degenerado pode ter suas asserções garantidas, ao menos internamente. Uma vez participando

do grupo, o membro partilhará (ou pelo menos deve partilhar) das crenças mútuas que estão na base de seu grupo. Se ele partilha, então, razoavelmente acredita (ou pelo menos deveria acreditar) no que é mutuamente acreditado entre seus pares. Se assim o faz, de acordo com o PRCMA, suas asserções têm garantia ou sustentação, pelo menos internamente. Sendo assim, isso parece colocar o defensor do PRCMA em uma posição de muita permissividade.

Para o PRCMA, a depender do contexto, quando for razoável acreditar que é mutuamente acreditado, as crenças mútuas, que são alvo da crença razoável, serão as responsáveis pela geração de padrões epistêmicos garantidores das asserções feitas no contexto do grupo. O problema, então, é que grupos degenerados têm suas próprias crenças mútuas que, da perspectiva interna dos membros, é razoável que se acredite nelas. Dessa maneira, o PRCMA tem que conceder que as asserções nesse contexto possam ser garantidas. Todavia, de um ponto de vista geral e externo aos tais grupos, é estranho dizer que há ou que pode haver asserções garantidas produzidas no interior de grupos epistemicamente muito pobres, como os de teorias da conspiração ou, por exemplo, de religiosos fanáticos (poderíamos acrescentar). Mesmo quando tais asserções são direcionadas apenas para os membros do grupo. Como o próprio Goldberg descreve,

[...] na medida em que as asserções se conformam ao padrão que suas crenças subscritas escolhem, suas asserções são (à luz do PRCMA) garantidas. Mas (sustenta a objeção), isso parece simplesmente errado; se eles fazem asserções considerando tal e tal conspiração, onde a evidência por trás dessas asserções é (pensamos nós) objetivamente fraca, certamente uma teoria da norma da asserção deveria dar o veredito que essas asserções não são garantidas. O PRCMA parece carecer dos recursos para entregar esse veredito (Goldberg, 2015, p. 268).

Essa objeção irá gerar um custo para o PRCMA, reconhece Goldberg, mas ele argumenta que diante dos benefícios o custo não será tão ruim quanto pode parecer, ou seja, ele defende que é uma implicação tolerável. Se, por um lado, defender o PRCMA implica ter que assumir que pode haver asserções garantidas dentro de um grupo epistemicamente degenerado, por outro lado, os defensores do PRCMA têm que, ao mesmo tempo, mostrar que possuem recursos para imprimir a crítica reconhecidamente necessária acerca da qualidade da prática assertórica de tais grupos. Segundo Goldberg, mesmo com as considerações acima, o PRCMA tem

os recursos para fazer as críticas necessárias aos grupos epistemicamente degenerados.

Mesmo tendo que assumir a implicação incômoda, defensores do PRCMA poderão, por exemplo, criticar o grupo de conspiradores por meio da crítica a seus padrões. De acordo com o PRCMA, quando direcionam suas asserções para Ouvintes-A que não pertencem ao seu grupo, caso em que as crenças mútuas serão mínimas (já que os de fora não partilham das mesmas crenças mútuas), os conspiradores não poderão usar seus próprios padrões para garantir suas asserções. Consequentemente, haverá uma pressão para que eles atendam a um padrão mais exigente do que o deles. Como os padrões dos conspiradores não dão conta de tal demanda, o PRCMA poderá adequadamente rejeitar a prática assertórica dos conspiradores, entregando o veredito de que suas asserções não são garantidas quando feitas para aqueles que não partilham de seus padrões. Dessa maneira, tais grupos não teriam relevância ou não iriam muito longe quando em contato com o mundo de não conspiradores em geral. De qualquer sorte, ameniza o defensor do PRCMA, reconhecer que, no interior do grupo, as asserções dos conspiradores poderão ser consideradas garantidas ou justificadas, somente entre eles, “não teria tais efeitos negativos na comunidade de fala em geral” (Goldberg, 2015, p. 270), no entanto, pode-se dizer, não deixa de soar um tanto estranho a concessão de tal reconhecimento.

Para Goldberg, mesmo tendo padrões epistemicamente muito pobres, a prática assertórica de grupos como o de conspiradores tem sua própria coerência interna, uma estabilidade e uma natureza sistemática. O defensor do PRCMA, por sua vez, apenas reconhece isso. Reconhece, portanto, que somente no interior de grupos epistemicamente muito pobres, como os de teorias da conspiração, as asserções feitas de um membro para outro podem ser consideradas garantidas ou justificadas. Essa, de acordo com Goldberg, é pelo menos uma explicação mais generosa ou tolerante do que, por exemplo, condenar toda a prática assertórica, independente da perspectiva interna, por conta da falsidade sistemática das crenças mútuas dos conspiradores, como faria um defensor da NCA, por exemplo. Sendo assim, vale notar que, como escreve Goldberg, “uma vez que é uma questão em aberto se existe um padrão governando qualquer asserção feita em qualquer tempo e lugar” (2015, p. 270), a interpretação dos defensores da NCA, acerca de grupos epistemicamente pobres, não seria a única, além de não ser caridosa ou tolerante.

Outra maneira que defensores do PRCMA têm para criticar a prática assertórica de grupos epistemicamente degenerados, segundo Goldberg, é por meio da separação entre a asserção em si mesma e seu conteúdo asserido, a proposição. O PRCMA tem a ver com a questão da garantia da asserção, mas não da proposição. O defensor do PRCMA poderá dizer que as crenças mútuas dos conspiradores fornecem padrões que podem garantir ou justificar suas asserções somente se considerarmos uma perspectiva interna ao grupo, nada diz sobre garantia da proposição em si mesma. Focando a atenção nas proposições das asserções dos conspiradores, “nós podemos criticar as bases para acreditar que essas proposições são verdadeiras” (Goldberg, 2015, p. 270). Fazendo isso, criticaremos seus padrões epistêmicos e conseqüentemente teremos como rejeitar sua prática assertórica apoiada nesses padrões. O defensor do PRCMA seria caridoso ao conceder que haja uma prática assertórica estável e coerente no interior do grupo degenerado, mas, em seguida, por meio da crítica ao padrão epistêmico, rejeitar essa prática. Isso é diferente de simplesmente “dizer que não existe qualquer prática assertórica corretamente descritível em termos daqueles padrões” (Goldberg, 2015, p. 271), como requer a objeção. Portanto, diante do benefício, diria Goldberg, o custo da referida concessão a grupos degenerados se torna inócuo, visto que o defensor do PRCMA pode realizar todas as críticas necessárias a tais grupos.

3.2.7 Ajuste nos padrões epistêmicos e suas conseqüências para a norma do conhecimento

Em face da razoabilidade de se falar em determinação do padrão epistêmico por meio de ajustes provocados pelo que é razoável acreditar ser mutuamente acreditado, é possível, então, tornar mais firme a posição contrária a uma norma assertórica de padrão rígido e exigente, como a NCA.

A partir das considerações a seguir, a saber, (1) que as interlocuções⁴⁵, como Grice bem explica, têm um caráter cooperativo e que os propósitos em uma interlocução, por assim dizer, são mutuamente admitidos ou aceitos, de antemão,

⁴⁵ Usarei o termo “interlocuções” para traduzir “talk exchanges” de Grice (1989, p. 26).

pelas partes envolvidas; (2) que tais propósitos ou direções previamente e mutuamente aceitos ajudam a determinar o padrão de evidência adequado para o que é afirmado ou asserido; (3) que (como Bach e Harnish defendem) a concepção de crenças contextuais mutuamente compartilhadas entre as partes desempenham um papel fundamental na transmissão e recepção corretas do conteúdo assertórico; (4) que o PRCMA de Goldberg (entendido aqui como uma evolução dos “propósitos ou direções” de Grice e das “crenças contextuais mútuas” de Bach e Harnish), juntamente com sua concepção de “grupos epistêmicos”, no mínimo, fortemente sustenta a ideia de que o “padrão de exigência” (como aqui é chamado) da norma da asserção não é insensível à mudança de contexto; e, por fim, (5), que a NEAMM (norma epistêmica da asserção mutuamente manifestada), também de Goldberg, evidencia que a norma da asserção se manifesta mutuamente entre as partes envolvidas numa prática assertórica e assim também mutuamente manifesta o tipo e a força epistêmica de seu conteúdo, sendo sempre um conteúdo robustamente epistêmico (entendido aqui como o mais robusto possível para cada contexto), podemos, então, no bojo dessas considerações, sustentar a existência de normas capazes de garantir a asserção apropriada sem a necessidade da posse de conhecimento, anulando assim, o *status* de primazia da NCA.

Defender o *status* de primazia da NCA não significa defender a existência única dessa norma, mas seu caráter fundamental ou imprescindível para qualquer asserção apropriada (em qualquer tempo e espaço) frente a outras normas. Por conseguinte, os advogados da NCA não negam a existência de todas as outras possíveis normas assertóricas, apenas pressupõem que tais normas seriam implicadas pela NCA. Por isso, quando falamos em conhecimento como única condição da asserção apropriada, deve-se entender a única condição que não pode faltar. De acordo como esse ponto de vista, normas que exigem força epistêmica inferior ao conhecimento seriam insuficientes para garantir uma asserção apropriada. Já as normas que exigem força epistêmica superior, seriam desnecessárias. Assim, a questão sobre qual seria a norma da asserção é, na verdade, a questão sobre qual é a norma fundamental da asserção.

Como temos visto, a NCA determina o seguinte: “deve-se: asserir *p* somente se souber *p*” (Williamson, 2000, p. 243). Dado que a asserção é um *ato* de fala, parece razoável dizer que, no fim das contas, o que uma norma da asserção deve regular é o *ato* de “asserir *p*”, o que podemos chamar apropriadamente de *prática*

assertórica ou, talvez ainda melhor, de agência assertórica. A norma da asserção seria, então, a norma de uma agência assertórica.

Se quisermos que essa agência seja apropriada, garantida ou legítima, adotando a visão dos adeptos do padrão de conhecimento, diremos que é preciso atender à NCA, única norma reguladora de toda e qualquer agência assertórica, realizada em qualquer tempo e espaço. Sendo patente, como parece, que todo grupo epistêmico deve ter uma prática assertórica com suporte ou garantia epistêmica, para tanto, na perspectiva da NCA, é necessário que essa prática tenha como resultado asserções que sejam veículos de proposições conhecidas, já que, nesse caso, só conhecimento pode desempenhar o papel de condição de garantia da agência assertórica.

Sob essa perspectiva da agência assertórica, acreditamos que um problema em assumir a posição da NCA, à primeira vista, é a desqualificação de muitas práticas assertóricas que normalmente consideramos como legítimas. Para entender como isso pode acontecer, suponhamos um caso em que membros de um grupo epistêmico de filósofos estão reunidos para decidir sobre o tema de um próximo encontro. Quanto às opções de temas propostos, todos os membros mutuamente reconhecem ou acreditam que tais temas são objetos de longos debates altamente controversos ou geradores de desacordos persistentes, facilmente verificados em toda literatura pertinente. Tais temas podem ser “a natureza do conhecimento”, “a natureza da justificação”; “o fim do regresso de razões”, dentre muitos outros.

Parece razoável pensar que toda e qualquer agência assertórica apropriada perdura no tempo (e deve perdurar) impulsionada por algum motivo ou razão (ou pelo que Grice chamaria de necessidades e interesses). Se tratando da agência assertórica de um grupo epistêmico, por sua própria natureza, o motivo ou razão de sua continuidade deve ser a perspectiva de que tal prática tenha ou possa ter garantia ou suporte epistêmico, ou ainda, que a realização dessa agência resulte em asserções que veicule ou entregue bens epistêmicos. Do contrário, parece claro que, se é mutuamente reconhecido ou acreditado e, conseqüentemente, esperado pelas partes que sua agência assertórica, em determinado contexto e sobre determinado tema, não tem garantia epistêmica e não pode ter, ou ainda, que é muito improvável que possa ter, então, não faria sentido dar-lhe continuidade, pois seria o estranho caso de esperar (alguma garantia epistêmica) sem ter esperança (de alguma garantia epistêmica).

Assumindo que, juntamente com Goldberg (2015), a norma da asserção se manifesta de forma mútua para todo e qualquer usuário competente de uma língua; que sua manifestação conseqüentemente e inevitavelmente gera expectativas que mutuamente se apresenta nas consciências das partes envolvidas numa prática assertórica; e que são essas expectativas que, em alguma medida e em alguns contextos, estabelecem o padrão epistêmico da norma em foco, um defensor do padrão do conhecimento terá que defender que todo e qualquer grupo epistêmico só terá motivo ou razão para continuar com sua agência assertórica se, de saída, houver mútuas expectativas de que a tal agência sempre resultará em asserções que veiculam proposições conhecidas. Em outros termos, nessa perspectiva, o que racionalizaria o iniciar e a continuidade de qualquer prática assertórica de um grupo epistêmico seriam as mútuas perspectivas de satisfação da NCA. Do contrário, vale enfatizar, não haverá sentido numa tal prática se as mútuas expectativas forem que ela não produzirá asserções preenchidas com proposições de evidência conclusiva, ou proposições conhecidas.

A condição básica da prática assertórica de grupos epistêmicos, pode-se dizer, é ter garantias epistêmicas. Em contextos de temas controversos ou com desacordos sistemáticos, como no caso do grupo de filósofos decidindo o tema do próximo encontro, as mútuas expectativas entre os pares do referido grupo serão que a prática assertórica sobre os temas controversos não poderá satisfazer um padrão exigente como conhecimento. Dessa maneira, se só conhecimento outorgasse autoridade epistêmica ao Falante-A, não haveria motivo ou razão para que o grupo em questão prossiga com a discussão para incluir na pauta da próxima reunião um ou mais dos temas controversos. De modo mais enfático, não há razão para a realização de toda e qualquer prática assertórica sobre os referidos temas.

Dito isso, tomando apenas o exemplo da filosofia, dentre muitas outras áreas, parece que podemos identificar um problema a partir da conclusão acima. O problema se torna aparente se concordarmos que as afirmações a seguir estão corretas: (i) há uma imensurável quantidade de temas filosóficos controversos ou dominados por desacordos sistemáticos; (ii) em face de desacordos sistemáticos as expectativas epistêmicas são reduzidas, não sendo razoável esperar e exigir da prática assertórica a satisfação de padrões elevados; (iii) há uma imensurável quantidade de práticas assertóricas filosóficas levadas a sério sobre os mais diversos temas controversos, acontecendo nesse momento ao redor do mundo; e

(iv), todos os envolvidos em práticas assertóricas sobre temas controversos, para que faça sentido realizá-las, têm sempre a pretensão de que elas sejam, de algum modo, racionais, apropriadas ou epistemicamente legítimas.

Se assumirmos a perspectiva do padrão do conhecimento, seremos obrigados a dizer que (i) e (ii) são incompatíveis com (iii) e (iv). Temas controversos (i), reduzem a expectativa epistêmica (ii), estabelecendo um padrão menos exigente. Se o início de uma prática assertórica apropriada estiver condicionado à satisfação do padrão de conhecimento, isso anularia (iii), ou seja, não haveria práticas assertóricas apropriadas sobre temas controversos. Além disso, também anularia (iv), pois seria irracional esperar que práticas assertóricas tenham legitimidade epistêmica sem atender ao padrão do conhecimento. Portanto, através das lentes do defensor do padrão do conhecimento, poderemos ver ou concluir que a imensurável quantidade de práticas assertóricas empreendidas na filosofia não tem motivo, sentido ou razão para acontecer, o que parece, no mínimo, trágico.

É claramente um fato que a filosofia é dominada por discussões de temas controversos. Não obstante, não parece razoável simplesmente decretar que não há motivo, sentido ou razão para levar adiante uma prática assertórica sobre tais temas, condenando assim a totalidade dessas discussões por não satisfazerem a condição de conhecimento como padrão de garantia epistêmica. Faz muito mais sentido dizer que o que explica e racionalmente motiva essas práticas é justamente a possibilidade de haver algum padrão epistêmico de força epistêmica inferior ao conhecimento, regulando essa enorme quantidade de práticas assertóricas.

Parece razoável que a força epistêmica do padrão normativo, em desacordos sistemáticos, deva ser ajustada para algo inferior a conhecimento. Em contrapartida, o que irá racionalizar a prática assertórica envolvida em desacordos sistemática será a exigência do máximo de robustez epistêmica possível para o contexto, levando em conta o bom posicionamento epistêmico do Falante-A como uma condição de garantia em contextos de esperança epistêmica reduzida. Como afirma Goldberg (2015, p. 271) “a norma da asserção pode muito bem refletir as expectativas permanentes que os Ouvintes-A têm de Falantes-A e que Falantes-A têm dos Ouvintes-A, quando existe mútua crença entre eles em uma troca de conversa”. Se a norma da asserção reflete as mútuas expectativas, logo, baixa expectativa irá exigir um padrão menos exigente e alta expectativa, um padrão mais exigente.

Tomando as considerações basilares listadas no início dessa seção como sustentando a hipótese da sensibilidade da norma da asserção ao contexto, e especificamente a consideração de que a norma da asserção mutuamente se manifesta como sendo de um tipo robustamente epistêmico (NEAMM), podemos dizer que ela, a norma, não varia em seu tipo, sendo sempre robustamente epistêmica, mas sim em seu nível de robustez epistêmica. Tal nível dependerá do conteúdo ou padrão determinado pelo contexto. Dessa maneira, a depender do contexto, a norma da asserção poderá adotar conteúdo ou padrões diferentes, tais como “certeza”, “conhecimento”, “crença justificada ou racional” ou “aquilo que seja razoável que se acredite”, por exemplo. Todos devidamente ajustados ao contexto se encaixarão no conceito de robustamente epistêmico. O grau de robustez epistêmica exigido será maior ou menor, claro, a depender do contexto.

De acordo com o ponto de vista aqui assumido, pode-se dizer que os membros de um grupo epistêmico são movidos por seus interesses e necessidades. Esses devem ser consonantes com a expectativa de que as asserções cumpram com a importante (senão a mais importante) função de transmitir informação. Essa expectativa de que a asserção cumpra com a referida função fará com que os membros venham sempre a exigir o máximo de robustez epistêmica *possível*, dentro dos limites impostos pelo contexto. Com exceção dos grupos epistemicamente degenerados, isso irá evitar que o padrão epistêmico seja reduzido a níveis irrelevantes.

Por fim, se tratando de grupos epistêmicos filosóficos, nos quais os membros estejam envolvidos numa prática assertórica dominada por pares de desacordos sistemáticos (muito comum em filosofia), sempre haverá, em geral, o reconhecimento mútuo (ou pelo menos deveria haver) que para temas altamente controversos é notoriamente muito difícil obter-se evidência conclusiva. Apesar disso, necessidades e interesses comuns a esses membros servem de motivação para continuarem em uma prática assertórica mesmo em condições de desacordos.

Para que faça sentido continuar com a prática assertórica, uma consequência natural será, então, a redução das expectativas epistêmicas no contexto em questão. Tal redução significaria, por exemplo, dadas as expectativas, não esperar e, portanto, não exigir (ou estabelecer como padrão de exigência) que as asserções feitas no contexto veiculem conhecimento, ajustando, assim, o padrão epistêmico da norma para algo menos exigente, de acordo com as referidas expectativas. Isso é o

que naturalmente ocorre em tais práticas ou agências assertóricas. Portanto, se for verdadeiro que não é razoável condenar todas elas por irracionalidade, não há como explicar a racionalidade delas se não for pressuposto um padrão normativo com força epistêmica inferior a conhecimento.

Uma vez estabelecida a razoabilidade de padrões epistemicamente menos exigentes para a norma da asserção, no próximo capítulo proponho que uma agência epistêmica responsável envolve a satisfação de padrões menos exigentes e é suficiente para uma asserção apropriada. Além disso, proponho que a ideia de “culpa epistêmica” é importante na identificação correta de casos de violação da norma epistêmica e, conseqüentemente, da norma da asserção.

4 RESPONSABILIDADE EPISTÊMICA E ASSERÇÃO APROPRIADA

Neste último capítulo pretendo argumentar em favor de uma concepção responsabilista para as normas epistêmicas da asserção. Penso que padrões normativos como aqueles propostos por Lackey e Goldberg ganham mais sentido sob a perspectiva de teorias da responsabilidade epistêmica e da culpa epistêmica. A motivação para tanto é o simples fato de que o ato de asserção, exercido na função de transmissão de informação, sempre envolve relacionamentos epistêmicos e, por isso, responsabilidade. Sendo que responsabilidade, nesse caso, é devida à transmissão ou troca de informação, então, se trata de uma responsabilidade de caráter epistêmico. Mais especificamente, defenderei que uma asserção apropriada é superveniente a uma agência epistêmica responsável e que a maneira mais apropriada de indicar a violação de uma norma epistêmica da asserção, sem legítima desculpa, é culpando epistemicamente esse agente.

Como veremos a seguir, ao observamos a metodologia de algumas das mais destacadas teorias sobre normas da asserção, será possível perceber, nelas mesmas, certo apelo implícito a uma abordagem responsabilista do ato de asserir.

Para entender como isso ocorre, lembremos que as referidas teorias têm como objetivo principal encontrar qual norma regula o ato de fala da asserção ou, dito de outro modo, qual norma regula a agência de uma pessoa enquanto Falante-A. De acordo com o que foi exposto até aqui, o trabalho para identificar as normas da asserção é comumente feito por meio da observação e avaliação das reações negativas do Ouvinte-A em resposta a certos atos do Falante-A, nas práticas cotidianas de conversação. Em geral, essas reações negativas são intuitivas e sistemáticas, o que indica que são legítimas. Assim sendo, podemos tomar tais reações como referencial para identificar o que deve ser evitado para que se possa executar uma agência assertórica apropriada. Uma vez identificado o fator motivador das reações negativas, no caso de um ato assertórico inapropriado, poderemos dizer o que faltou para que a agência assertórica fosse apropriada. Dessa maneira, teremos as condições para dizer o que uma norma da asserção deve exigir e, finalmente, definir qual é a norma da asserção.

Dito isso, é comum que as reações negativas aos atos assertóricos sejam, dentro das teorias da norma da asserção, identificadas por meio de termos como

ressentimento, *crítica* e outros semelhantes. A reação descrita por tais termos seria um *direito* que o Ouvinte-A adquire, enquanto resposta a uma asserção feita por um Falante-A sem *autoridade* para asserir. É possível perceber em Williamson (2000), por exemplo, que ele considera o direito de sentir *ressentimento* em reação a um determinado ato assertórico como um aspecto central para identificar a condição da asserção apropriada. Para ele, no caso das asserções de loteria, por exemplo, o que mostra que evidência probabilística, por mais forte que seja, não garante asserção apropriada, é o fato de que se eu afirmo para alguém “seu tíquete não ganhou”, meu interlocutor estará “no *direito* de sentir *ressentimento* devido às bases meramente probabilísticas para minha asserção” (Williamson, 2000, p. 248, *itálicos meus*). Nesse caso, Williamson quer defender que o que dá direito ao *ressentimento* é a falta de conhecimento nas asserções de loteria e que por isso o conhecimento seria a norma da asserção. Williamson (2000, p. 238) afirma ainda que asserções às vezes merecem elogios ou críticas e usa a noção de “crítica” ou “merecer crítica”⁴⁶ como uma condição daqueles que violam uma norma da asserção.

Ao se contrapor à NCA, Jennifer Lackey (2007) também faz uso das noções de *ressentimento* e *crítica* e, também, como sendo centrais para esclarecer o aspecto normativo da asserção. No entanto, o que ela propõe é que as noções de *ressentimento* e *crítica* são independentes da noção de conhecimento no ato de asserir. Dito de outro modo, nem sempre a falta de conhecimento em um ato assertórico implicará em *ressentimento* e motivação para *crítica*, como pensam os advogados da NCA.

É a partir da avaliação do sentimento de *ressentimento* e do direito de criticar, que podem ocorrer em qualquer falante competente de uma língua, que geralmente identificamos se houve ou não violação de uma norma da asserção. Tomando as noções de *ressentimento* e *crítica* como critérios para identificar a violação de uma norma assertórica. Lackey (2007, p. 618) elabora dois exemplos⁴⁷ de asserções de

⁴⁶ Williamson, 2000, p. 238, 240, 247,249.

⁴⁷ Primeiro exemplo: Hannah é minha amiga, está grávida de três meses, não receberá seu pagamento em pelo menos uma semana, mas está pensando em gastar seus últimos quatro dólares com um bilhete de loteria, em vez de comprar as vitaminas do pré-natal. Nesse caso, “é certamente permissível e de fato apropriado que eu afirme diretamente: ‘você não vai ganhar na loteria’” (Lackey, 2007, p.618).

Segundo exemplo: meu primo Sean está pensando em comprar um carro cujo valor ultrapassa suas condições financeiras, apoiando-se na ideia de que ele pode ter sido o ganhador do último sorteio da

loteria para argumentar que esses exemplos mostram que apesar das proposições de loteria (com base apenas em evidência probabilística) não envolverem conhecimento, nem sempre é impróprio asserir tais proposições. Em outros termos, nem sempre é impróprio asserir na ausência de conhecimento.

A evidência em favor de asserções apropriadas na ausência de conhecimento, como é possível depreender da argumentação de Lackey (2007, p. 618), é justamente a possibilidade de algumas asserções apoiadas apenas em evidência probabilística, asserções de loteria, não suscitarem ressentimento ou razão para críticas. Se o Ouvinte-A não se ressentiu ou não encontrou motivo para crítica, diante de asserções de loteria, isso indica que não houve violação da norma da asserção. Como tais asserções veiculam proposições não conhecidas, ao mesmo tempo em que não suscitam ressentimento e motivo para crítica, logo, a falta de ressentimento e motivo para crítica indica que conhecimento não seria a norma da asserção.

Diante do exposto, é importante que fique bem claro que, nesse momento, meu objetivo não é verificar a validade ou força dos argumentos a favor ou contra a NCA. Meu interesse está exclusivamente voltado para o método que as teorias sobre normas da asserção comumente adotam para descobrir as condições da asserção apropriada. Como já afirmado, ressalto que tal método consiste na análise das noções de ressentimento, crítica e outras semelhantes, tais como repreensão e desaprovação. Dentro do intercâmbio conversacional comum, tais noções representam o que eu chamo de “reações negativas”, muito habituais e sistemáticas, a certos atos assertóricos, indicando, então, que há algo de errado com eles.

Outro ponto, que tenho apresentado ao longo desse trabalho, mas que vale a pena lembrar, para que tenhamos sempre em mente, é que há um consenso razoável entre as abordagens das normas assertóricas de que as condições – consequentemente as normas – da asserção apropriada são epistêmicas. Goldberg (2015, p. 254), por exemplo, afirma que “[...] a vasta maioria das pessoas que trabalha com asserção parece considerá-la como tendo uma norma epistêmica de um tipo ou de outro”. Outros autores que fazem afirmações nessa mesma direção, são: Brown e Cappelen (2011, p.13), Rachel Mckinnon (2015, p. 3, 7, 52), Rhys Mckinnon (2012, p. 66), entre outros. Além do mais, a própria noção de asserção,

loteria que ele ainda não conferiu o resultado. Então, “é claramente apropriado para mim que eu faça a seguinte asserção direta: ‘você não ganhou na loteria’” (Lackey, 2007, p. 618).

em sua acepção mais relevante, já exprime o caráter epistêmico de sua norma. Asserir é veicular ou transmitir informação, e informar, em seu sentido mais comum, é transmitir “conhecimento”, então, em seu sentido mais relevante, asserção é epistemicamente condicionada. No entanto, como podemos perceber, quando Goldberg fala em “norma epistêmica de um tipo ou de outro”, o sentido de “epistêmico” aqui é amplo. Uma norma epistêmica pode ser uma norma da justificação, da crença razoável, da evidência, do conhecimento, e assim por diante.

Feitas essas observações, já que as teorias sobre as normas da asserção partem das mesmas reações negativas sistemáticas a certos atos assertóricos, mas divergem sobre quais normas epistêmicas essas reações requerem, então, talvez seja preciso uma melhor interpretação das referidas reações. O ponto de vista que pretendo defender é justamente uma reavaliação das tais reações negativas com o intuito de tentar esclarecer melhor o que de fato estamos exigindo quando reagimos a um ato assertórico que nos parece inapropriado.

De saída, parece razoável concluir que quando nos ressentimos por conta de uma asserção, pelo menos em um sentido relevante, nosso ressentimento se direciona a alguém e não meramente ao ato assertórico. Lackey, ao citar passagens de várias defesas da NCA, afirma que essas passagens sugerem que:

existe uma íntima conexão entre nossa avaliação dos autores das asserções e nossa avaliação de suas asserções. Em particular, os *autores de asserções* violam uma norma da asserção e, portanto, ficam *sujeitos à crítica* quando suas *asserções* são *impróprias* (Lakey, 2007, p. 595, itálicos da autora) ⁴⁸.

Sendo assim, ao avaliarmos uma asserção como imprópria estamos, na verdade, fazendo uma avaliação negativa do Falante-A. Por isso, como se pode ver, é ao Falante-A que dirigimos nosso sentimento de ressentimento, nossa crítica, desaprovação ou nossa atribuição de *culpa* por uma asserção imprópria.

Quando respondemos a uma asserção, o que, especificamente, torna adequado o ressentimento, a crítica, a reprovação ou atribuição de culpa, endereçados ao Falante-A? O que nos dá o direito a responder dessa maneira? O

⁴⁸ De modo paralelo, Cassam (2019, p.17), em sua abordagem dos vícios epistêmicos, diz que “quando um vício V é descrito como culpável, não é V que é culpável, mas a pessoa a quem o vício V pertence”. Isto é, o alvo da culpa é o agente epistêmico que, conseqüentemente, é também o agente assertórico.

que especificamente ocorre ou pode ocorrer de errado em um ato assertórico que nos coloca em legítima posição para responder negativamente a um Falante-A?

Para responder a essas questões, sabendo que a resposta de algum modo deve nos revelar uma norma epistêmica importante para a asserção apropriada, proponho, então, uma reavaliação das respostas negativas frente às asserções impróprias, expressas em termos de ressentimento, crítica etc. Para tanto, inicialmente me apoiarei, em alguma medida, nos argumentos de Kauppinen (2018), de acordo com o qual, uma estratégia para identificar normas especificamente epistêmicas é encontrar maneiras distintivamente ou exclusivamente epistêmicas de responsabilizar alguém, por isso fiz aquelas observações, nas páginas anteriores, para manter em mente o carácter epistêmico da responsabilidade por uma asserção. Escreve Kauppinen (2018, p. 2): “[s]e pudermos identificar maneiras distintivamente epistêmicas de responsabilizar alguém, poderemos identificar normas especificamente epistêmicas”. A articulação dessa estratégia – muito eficiente a meu ver – manifesta, como quero afirmar, a importância da noção de responsabilidade epistêmica para as discussões sobre as normas epistêmicas que, conseqüentemente, serão as normas da asserção. Como escreve ainda Kauppinen,

[s]e existem normas genuinamente *epistêmicas* e não apenas normas morais ou sociais, que governam a prática de asserir, acreditar ou agir com base em razões, então, haverá também, presumivelmente, responsabilidade epistêmica distinta (Kauppinen, 2018, p. 5, *itálicos do autor*).

Isto é, existe uma relação intrínseca entre as noções de responsabilidade e normatividade, num sentido geral. Não há responsabilidade sem normatividade e vice-versa. Existem distintos tipos de responsabilidade (por exemplo: responsabilidade social, criminal, ambiental, moral etc.), o que implica, respectivamente, a existência de diferentes tipos de normas (norma social, criminal, ambiental, moral etc.). O mesmo, então, deve valer para responsabilidade e normatividade epistêmicas. Se ficar claro que podemos responsabilizar alguém epistemicamente, então, há um tipo especificamente epistêmico de norma.

4.1 Normas epistêmicas e normas morais

Alguns filósofos têm defendido uma visão reducionista acerca das normas epistêmicas. Sob essa perspectiva, acredita-se que as normas epistêmicas são, na verdade, normas morais ou um subgrupo das normas morais ou prudenciais. Para Clifford (1877), em *The ethics of belief*, reeditado por Burger (2001), um armador que convenientemente, mas contra as evidências disponíveis, forma a crença de que seu frágil navio está pronto para navegar e age sob tal crença, não é apenas epistemicamente criticável, mas moralmente condenável por formar a referida crença. Zagzebski (1996, introdução e p. 258) afirma: “se eu estou certa, epistemologia normativa é um ramo da ética”. Dougherty (2012, p. 534), ao mencionar a relação entre as disciplinas de epistemologia e ética, ratifica a posição de Zagzebski, argumentando em favor de uma “unificação via redução de certo tipo”.

Assim sendo, parece claro que a tentativa de redução é ampla, ou seja, de toda a epistemologia normativa, e não apenas de um aspecto ou outro. Além disso, afirmações como “os *deveres* epistêmicos têm o mesmo significado, ou um significado relativamente similar ao do *dever* moral” (Engel, 2012, p. 206, itálicos do autor) e “[t]alvez a culpa por falhas epistêmicas seja o mesmo tipo de coisa que é a culpa moral, embora o que esteja em questão seja um tipo distinto de falha” (Boult, 2021, p. 2), são outras maneiras de descrever posições reducionistas.

No entanto, é no mínimo uma tarefa muito difícil reduzir, por exemplo, todas as falhas epistêmicas a falhas morais. Como Cassam (2019, p. 18) argumenta,

[...] há um mundo de diferença entre falhas morais genuínas como crueldade e falhas intelectuais banais (*mundane*), tais como ingenuidade e pensamento tendencioso. Seria excessivamente moralista considerar todas essas falhas como morais.

Além disso, como veremos a seguir, é possível, inclusive, perceber que as normas epistêmicas conflitam ou se distanciam das normas morais, evidenciando, assim, que não são redutíveis.

Em primeiro lugar, como explica Kauppinen (2018, p. 5), normas epistêmicas e normas morais conflitam, por exemplo, quando as evidências apontam para p enquanto seria bom ou benéfico para nós ou para os outros acreditar em $\sim p$. Em segundo, violações de normas epistêmicas podem não resultar em violações de normas morais. Pode acontecer de violarmos uma norma epistêmica sem que haja um dano como consequência. Assim, podemos sofrer uma sanção epistêmica sem

que estejamos sujeitos a qualquer culpa moral. Em terceiro, normas epistêmicas e morais têm bases justificacionais diferentes. Noções como felicidade e bem-estar, por exemplo, não desempenham papel de justificação para as normas epistêmicas, mas sim para as normas morais.

Por conseguinte, se as normas epistêmicas de fato têm existência própria, então, possuem características específicas que precisam ser identificadas. Kauppinen (2018), a meu ver, propõe um ponto importante para um diagnóstico consistente de como podemos corretamente caracterizar a especificidade de normas epistêmicas. De acordo com ele, cada tipo de norma está intimamente relacionado a um modo específico de responsabilização. Por isso, “para identificar o tipo de norma em questão, em um caso particular, devemos olhar para o modo de responsabilização internamente relacionado à norma” (Kauppinen, 2018, p. 4). É claramente plausível que violações de diferentes tipos de normas resultem em diferentes tipos de consequências. As diferentes consequências são as diferentes maneiras de responsabilizar.

4.2 O modo especificamente epistêmico de responsabilizar

O modo de responsabilizar devido à violação de normas sociais, por exemplo, é por meio de sanções negativas como rejeição, ridicularização, dissociação. De normas legais: aprisionamento, multa, retirada de privilégios. De normas morais: culpabilização, ressentimento, indignação, desaprovação. Já no caso das normas epistêmicas, o modo específico de responsabilizar é diminuindo a confiança epistêmica. Sendo assim, uma maneira de identificar normas estritamente epistêmicas é por meio desse tipo específico de consequência responsabilizadora em resposta à violação de uma norma, ou seja, por meio da diminuição da confiança epistêmica. Quando entendemos que *S* violou uma norma e, como consequência, reagimos diminuindo nossa confiança *epistêmica* em *S*, isso significa que *S* violou uma norma epistêmica.

Parafraseando Kauppinen (2018, p. 6), confiança epistêmica significa ter disposição para dar crédito a uma proposição *p* somente, ou em alguma medida, porque entendemos que *S* acredita que *p* ou porque *S* sinceramente afirma que *p*.

Confiar epistemicamente também significa ter disposição para tratar S como um par em uma investigação em comum. Sendo assim, reduzir a confiança epistêmica ou subtrair pontos de credibilidade é a maneira mais básica de responsabilizar alguém epistemicamente.

Por conseguinte, o ponto importante a ser notado, a partir dessa abordagem de Kauppinen, é que os envolvidos nos mais conhecidos debates sobre as normas epistêmicas da asserção se baseiam no modo errado de responsabilizar, durante suas tentativas de identificar a norma epistêmica do ato de asserir. Quando reagimos a uma asserção por meio de ressentimento, sentimento de indignação, acusação de falta de autoridade, acusação de trapaça, dentre outros, isso não indica que a norma da asserção violada seja uma norma epistêmica. Reagir dessa maneira corresponde ao modo de responsabilização moral, o que indica que o Falante-A violou uma norma moral e não epistêmica.

Tanto Lackey (2007) quanto Williamson (2000), por exemplo, se baseiam no modo errado de responsabilizar para encontrar a norma epistêmica da asserção. Lackey (2011, p. 254), por exemplo, em sua tentativa de falsear a NCA, se apoia na ideia de que há contextos em que o Ouvinte-A razoavelmente tem o direito de se ressentir, ou mesmo de se sentir indignado ou enfurecido, mesmo diante de uma asserção baseada em conhecimento. Esse tipo de reação do Ouvinte-A, de acordo com ela, seria evidência contra a tese da suficiência do conhecimento para uma asserção epistemicamente apropriada.

Para articular seu argumento, Lackey elabora alguns casos. Em um deles,

Matilda é uma oncologista em um hospital universitário e há quinze anos tem diagnosticado e tratado vários tipos de câncer. Um de seus pacientes, Derek, foi recentemente encaminhado ao seu escritório porque estava sentido dores abdominais intensas há algumas semanas. Matilda requisitou um ultrassom e uma ressonância magnética, mas os resultados dos exames chegaram no dia de sua folga, conseqüentemente, todos os dados relevantes foram revisados por Nancy, uma competente estudante de medicina em treinamento em oncologia no seu hospital. Podendo conversar apenas por pouco tempo antes da consulta de Derek hoje, Nancy comunicou a Matilda simplesmente que seu diagnóstico é câncer no pâncreas, sem oferecer pormenores dos resultados dos exames ou as razões que basearam sua conclusão. Pouco depois, Matilda se encontrou com Derek, quando verdadeiramente afirma para ele, com base apenas no testemunho confiável de Nancy: “sinto muito dizer isso, mas você tem câncer no pâncreas” (Lackey, 2011, p. 252).

Como é possível perceber, o fato de Matilda não ter revisado os resultados dos exames de Derek, e de não ter tido acesso a qualquer outra informação sobre o diagnóstico de Derek, além da palavra de Nancy, não nos impede de atribuir-lhe conhecimento. É verdade que Derek tem câncer no pâncreas, Matilda acredita nisso, tem boas razões para confiar no testemunho de Nancy e Nancy é de fato uma fonte confiável, logo, Matilda sabe que Derek tem câncer no pâncreas. Consequentemente, a asserção de Matilda está baseada em conhecimento. Esse tipo de conhecimento que atribuímos a Matilda, sem qualquer informação independente do testemunho de Nancy, é, segundo Lackey (2011, p. 254), de segunda mão e isolado (*isolated second-hand knowledge*).

A partir desse tipo de conhecimento de segunda mão isolado, Lackey (2011, p. 255) levanta um problema para a NCA. Apesar da natureza isolada e de segunda mão do conhecimento de Matilda não ser um obstáculo epistêmico, em cenários como o do caso em questão, ela não está em posição epistêmica adequada para sua asserção direta sobre o diagnóstico de Derek. Por ser especialista e médica de Derek certos deveres epistêmicos são impostos a Matilda. Responder possíveis perguntas de Derek sobre o que exatamente os exames revelam e qual o tamanho do tumor, por exemplo, são alguns desses deveres.

Derek, por sua vez, razoavelmente tem o direito de esperar que Matilda seja capaz de justificar sua asserção com alguma informação para além do testemunho de Nancy. Caso contrário, segundo Lackey (2011, p. 255), Derek terá “o direito de se ressentir com Matilda”, de “sentir-se trapaceado epistemicamente” por ela, ou, ainda, de sentir-se “indignado”, acrescenta Lackey (2011, p. 265). Sendo assim, ressentir-se, sentir-se enganado e até mesmo indignado são reações consideradas por Lackey como indicativas ou evidência de que uma norma epistêmica da asserção foi violada. Por conseguinte, já que houve violação da norma da asserção, ao mesmo tempo em que Matilda sabia do diagnóstico de Derek, logo, seguindo o raciocínio de Lackey, conhecimento não é a norma da asserção.

Em direção contrária à de Lackey, Williamson, como já mencionado no início desse capítulo, toma as mesmas reações descritas acima como evidência em favor da NCA. Lembremos que, por exemplo, quando faço uma asserção de loteria baseada somente em evidência probabilística, por mais alta que seja a probabilidade de minha asserção ser verdadeira, segundo Williamson,

[v]ocê ainda estará no direito de sentir algum ressentimento quando descobrir as bases meramente probabilísticas de minha asserção. Eu estaria me apresentando a você como tendo um tipo de autoridade que na verdade não tenho, para fazer a asserção direta (Williamson, 2000, p. 246).

O fato do Ouvinte-A se *ressentir*, no caso das asserções de loteria, para Williamson, é evidência de que conhecimento é a norma da asserção. O ressentimento, nesse caso, indica que o Falante-A só teria *autoridade* epistêmica para asserir diretamente se ele tivesse acesso à informação privilegiada sobre o resultado do sorteio, ou seja, se soubesse do resultado.

Desse modo, como é possível perceber, embora defendam posições contrárias, tanto Lackey quanto Williamson se utilizam do modo de responsabilização *moral* como evidência para uma norma *epistêmica* da asserção. Reações às asserções expressas em termos de ressentimento, acusação de trapaça ou indignação, por exemplo, são formas especificamente morais de responsabilizar. Por isso, acolho a ideia de Kauppinen de que cada modo de responsabilizar resulta em um tipo específico de norma, o que leva a crer que é errado pensar em responsabilização moral como consequência da violação de uma norma epistêmica. Concordo ainda com Kauppinen quando afirma que o tipo de reação que verdadeiramente indica que uma norma epistêmica foi violada é a redução da confiança epistêmica.

4.2.1 Desafios à noção de responsabilidade epistêmica

A responsabilidade especificamente epistêmica, de acordo do Kauppinen (2018, p. 2), além de não envolver ressentimento, exclusão ou punição, também não envolve a noção de culpa. Para ilustrar o ponto, considere uma situação em que Bernardo, em pleno mês de setembro de 2023, está em um bar bebendo com os amigos. Ao conversar sobre a tensão entre China e Taiwan, Bernardo, que gosta de opinar sobre vários assuntos, faz a seguinte afirmação: “em menos de um mês a China invadirá Taiwan”, dando a entender que possui alguma informação privilegiada sobre o assunto. Quando desafiado a apresentar evidências que sustentem sua asserção, Bernardo não apresenta qualquer informação além das

que todos já têm, tais como o declarado interesse do governo chinês em reanexar a ilha de Taiwan, mesmo que à força; a superioridade do exército chinês em relação ao taiwanês etc.

Em uma situação como essa, Kauppinen defende que se as declarações não são moralmente erradas, então, quem as fez não pode ser culpado. No caso de Bernardo, se nada há de errado com “a qualidade de sua vontade ou consideração pelos outros” (Kauppinen, 2018, p. 6), não faz sentido culpá-lo. Porém, a maneira com que Bernardo processa informações e evidências, pelo menos no caso da invasão chinesa, é epistemicamente errada ou defeituosa, levando assim a formar crenças e fazer asserções problemáticas. Desse modo, o que poderíamos negativamente impor a Bernardo seria apenas mudar nossa atitude de confiança em relação a ele, reduzindo nossa confiança epistêmica nele e, se possível, fazer com que saiba disso, para que no futuro faça diferente, mas sem atribuir-lhe culpa. Com isso, Kauppinen quer deixar claro que “culpa” está associada apenas ao sentido das normas sociais, morais ou legais, mas não ao das normas epistêmicas.

Com a exclusão da atribuição de culpa (além das outras reações negativas já citadas) da responsabilização epistêmica, Kauppinen, além de individuar a responsabilidade especificamente epistêmica, pretende contornar o mais relevante obstáculo imposto à noção de uma responsabilização epistêmica. Tal obstáculo surge a partir das defesas da tese do involuntarismo doxástico, em oposição ao voluntarismo doxástico. Como veremos mais à frente, William Alston, talvez o mais famoso dos involuntaristas, nega ser possível culpar e, conseqüentemente, responsabilizar uma pessoa por suas atitudes proposicionais, tais como crer ou aceitar uma proposição, não crer ou recusá-la ou, ainda, simplesmente omitir-se. As referidas atitudes proposicionais são mais conhecidas como “atitudes doxásticas”, que consistem em crer, não crer e suspender o juízo, por isso voluntarismo ou involuntarismo “doxástico”⁴⁹.

Como vimos, simplificando o que quase toda a tradição epistemológica proclama, conhecimento corresponde a certo tipo especial de crença. Como o tipo de conhecimento em questão é o conhecimento proposicional, em geral, podemos dizer que conhecimento é uma crença verdadeira e justificada direcionada a uma proposição. Mas, considerando os conhecidos contraexemplos de Gettier a essa

⁴⁹ Do grego “doxa”, crença ou opinião.

definição, podemos dizer que, por exemplo, conhecimento corresponde a uma crença (direcionada a uma proposição), que é verdadeira, justificada e com mais alguma característica que talvez ainda não tenha sido identificada. Com isso, quero salientar que, epistemicamente falando, a obtenção de conhecimento depende, tradicionalmente, da formação correta de nossas crenças.

Assim sendo, podemos entender mais claramente por que a discussão entre voluntaristas e involuntaristas está centrada na relação do sujeito epistêmico com suas crenças. A princípio, é exclusivamente de acordo com o modo que se dá a relação do sujeito epistêmico com suas atitudes doxásticas que se discute se é possível ou não responsabilizar epistemicamente alguém pela qualidade de suas crenças. Se a relação se dá de modo voluntário (se *S* pode, por força de sua vontade, tomar uma atitude doxástica em vez de outra), então, podemos responsabilizar e culpar *S* pela qualidade de suas crenças, caso contrário, seguindo o caminho de Alston, não faz sentido falar em responsabilidade epistêmica.

Alston apoia seu ponto de vista em um princípio razoavelmente conhecido e muito utilizado por Kant (2003, p. 224), a saber, “dever implica poder”. Segundo ele, “de acordo com o princípio consagrado pelo tempo “dever implica poder”, uma pessoa só pode ser obrigada a fazer *A* somente se tiver uma escolha efetiva sobre fazer *A*” (Alston, 2005, p. 60). Com isso ele quer dizer que só temos como atribuir culpa ou responsabilizar *S* por suas atitudes doxásticas se *S* tiver controle voluntário efetivo sobre elas. *S* terá controle voluntário efetivo sobre suas atitudes doxásticas se puder voluntariamente decidir crer em *p* ou em qualquer outra das alternativas incompatíveis com *p*, como não crer que *p* ou suspender o juízo. Assim sendo, tendo em vista o princípio “dever implica poder”, como condição fundamental para o voluntarismo doxástico, Alston argumenta que não podemos ser culpados por nossas crenças, pois não temos controle voluntário sobre nossas atitudes doxásticas. Segundo ele, “volições, decisões ou escolhas não se relacionam com inaugurações de atitudes proposicionais, assim como não se relacionam com a secreção de suco gástrico ou o metabolismo” (Alston, 2005. p. 63). Quando olho pela janela e vejo chuva caindo e água pingando das folhas das árvores “[e]u formo a crença de que a chuva está caindo, quer eu queira quer não. Não há qualquer maneira que eu possa inibir essa crença ou adquirir uma crença contrária” (Alston, 2005. p. 68). Isso ocorre, segundo Alston, com a esmagadora maioria de nossas crenças.

Muitos defensores do voluntarismo doxástico evitam comprometer-se com a defesa do “controle voluntário direto” da crença, o que Alston prefere chamar de “controle voluntário básico”. Os voluntaristas, porém, insistem que as crenças estão sob “controle voluntário indireto”, termo usado, de acordo com Alston (2005, p. 67), para designar qualquer tipo de “controle voluntário não básico”. Porém, como afirma o destacado involuntarista, podemos excluir a maioria de nossas crenças do rol do controle voluntário não básico ou indireto. Segundo ele,

[q]uando é perfeitamente claro que certa proposição é verdadeira ou falsa, assim como acontece com as típicas crenças perceptivas, introspectivas, de memória e inferenciais simples, é absurdo pensar que alguém tenha tal controle sobre se aceita, rejeita ou suspende (*withholds*) a proposição (Alston, 2005, p. 68).

Alston admite a possibilidade de algum controle voluntário não básico sobre nossas atitudes doxásticas. Tal controle, segundo ele, é um controle voluntário não básico do tipo de longo alcance⁵⁰. Esse tipo de controle envolve “casos em que não é imediatamente óbvio se uma dada proposição é verdadeira ou falsa” (Alston, 2005, p. 69). É nesse tipo de controle que muitos voluntaristas pensam quando usam o termo “controle voluntário indireto”.

Podemos descrever o controle voluntário de longo alcance como uma espécie de projeto de longo prazo, no qual uma pessoa se envolve com o intuito de fazer com que ela mesma acredite em uma determinada proposição. Para atingir tal objetivo, pode-se, por exemplo, expor-se às evidências de modo seletivo; dar, deliberadamente, mais atenção a pontos de vista que sustentam a crença na proposição; privilegiar a companhia de quem acredita e evitar quem não acredita na proposição etc.

Usando as estratégias acima, reconhece Alston, às vezes as pessoas induzem a si mesmas, por exemplo, a “crer em Deus, no materialismo, no comunismo, na proposição de que elas são amadas por X e assim por diante” (Alston, 2005, p. 72). Entretanto, como só algumas vezes obtemos êxito com o

⁵⁰ Alston (2005, p. 67) diz que os voluntaristas, quando falam em “controle voluntário indireto” não distinguem os diferentes tipos de controle que há dentro dessa categoria. Substituir “indireto” por “não básico” permite que ele faça a referida distinção. Assim sendo, temos o controle voluntário não básico direto (Alston, p. 68); controle voluntário não básico de longo alcance (Alston, p. 69) e o controle voluntário não básico por influência voluntária indireta (Alston, 2005, p. 75). Por motivos de economia, focarei somente no tipo que mais nos interessa, o controle de longo alcance, no qual Alston vê a possibilidade de algum controle voluntário.

controle voluntário de longo alcance, então, não podemos adequadamente responsabilizar e culpar alguém que não obteve sucesso com esse tipo de controle ao tentar direcionar a formação de suas atitudes doxásticas. “[T]emos, no máximo, algum controle irregular e não confiável do tipo de longo alcance”, diz Alston (2005, p. 74). Isso fica mais claro se percebermos que a crença é algo com que simplesmente nos deparamos. Algo que surge espontaneamente na consciência quando uma questão é levantada (Alston, 2005, p. 66). Além disso, a maioria de nossas crenças é o resultado de tendências doxásticas que estão demasiadamente enraizadas, o que impede a modificação por esforço deliberado (Alston, 2005, p. 73). Nessa perspectiva, portanto, não seria apropriado falar em responsabilidade e culpa epistêmicas.

Como pudemos ver, o ponto fulcral do argumento de Alston é afirmar que é necessário que tenhamos o poder de escolher, segundo nossa vontade, uma determinada atitude doxástica em vez de outra, para que faça sentido falar em norma epistêmica, responsabilidade epistêmica, culpa epistêmica, dever epistêmico etc. Tal necessidade é imposta pelo princípio “dever implica poder”, que parece se aplicar a qualquer tipo de norma. Sendo que *S*, por exemplo, *não pode*, de modo efetivo, escolher crer ou não crer que *p*, de forma volitiva (salvo casos raros, não efetivos, por controle de longo alcance), então, *S não tem deveres* epistêmicos. Se *S* não tem deveres epistêmicos, não podemos responsabilizar nem culpar *S* por suas falhas epistêmicas.

Há, pelo menos, duas maneiras de responder a pontos de vista como o de Alston. A primeira é negar que carecemos do tipo de controle voluntário efetivo sobre nossas crenças, ou seja, negar frontalmente o involuntarismo. A segunda é negar que precisamos ter controle voluntário sobre nossas crenças para sermos responsabilizados epistemicamente. Isto é, negar que o princípio “dever implica poder” possa ser aplicado ao contexto da normatividade epistêmica. Kauppinen (2018) está engajado com o segundo tipo de resposta. Seguindo seu raciocínio, falta de controle voluntário eficiente é uma desculpa moral, mas não uma *desculpa* epistêmica (Kauppinen, 2018, p. 9). Como a forma de responsabilização epistêmica se dá por meio da redução da confiança epistêmica, não é injusto reduzir a confiança epistêmica em alguém porque suas atitudes doxásticas não dependem de sua vontade. A razão para isso é que responsabilizar alguém epistemicamente não quer dizer que há algo errado com sua vontade.

Se *S* cresceu em uma comunidade isolada e bizarra e, por conta disso, adquiriu, independentemente de sua vontade, hábitos muito ruins de formação de crenças, então, *S* não é *culpado* pela aquisição desses hábitos. Porém, do ponto de vista epistêmico, as crenças previsivelmente falsas e as inferências malfeitas de *S* contam contra ele epistemicamente (Kauppinen, 2018, p. 9). É apropriado reduzir, a um nível muito baixo, a confiança epistêmica em *S*, mesmo que ele não seja culpado por suas falhas epistêmicas. “Estritamente falando, não culpamos os sujeitos epistemicamente pobres, apenas, mais ou menos automaticamente, deduzimos pontos de credibilidade deles, em nossa pontuação interna [...]”, escreve Kauppinen (2018, p. 2). Para ele, esse é o tipo de responsabilização especificamente epistêmica. Uma responsabilidade que estaria descolada da noção de culpa porque independeria da noção de controle voluntário.

Dito isso, apesar de abraçar a ideia da redução da confiança epistêmica como sendo o tipo de responsabilização estritamente epistêmica, penso ser possível discordar da completa separação entre responsabilidade epistêmica (redução da confiança epistêmica) e a noção de culpa. Dada uma concepção geral de norma, parece contraintuitivo pensar que a pessoa que viola uma norma, e se torna apropriadamente um alvo de responsabilização, nunca seja alvo de culpa. E uma vez assumindo a responsabilização sem culpa, parece estranho afirmar, em seguida, que é apropriado responsabilizar (reduzindo confiança epistêmica) desde que não haja uma *desculpa* ou isenção. Como veremos a seguir, é exatamente isso que Kauppinen (2018) faz.

Uma norma só será especificamente epistêmica, de acordo com a definição de Kauppinen, quando ela for um padrão cuja violação torna apropriado responsabilizar, por meio da redução da confiança epistêmica, quem a violou. No entanto, o responsável pela violação da norma só será apropriadamente responsabilizado “na medida em que lhe falta uma *desculpa* ou isenção epistêmica” (Kauppinen, 2018, p. 10, 11, 15). Como se pode ver, para Kauppinen, a falta de uma desculpa epistêmica é uma condição para a responsabilização epistêmica apropriada. Isso vai de encontro, segundo vejo, à sua própria ideia de uma responsabilização epistêmica totalmente independente de uma noção de culpa, pois, intuitivamente, “falta de desculpa” implica a “presente de culpa”. Responsabilizar *S* porque violou uma norma sem ter uma desculpa parece intuitivamente o mesmo que responsabilizar *S* porque violou uma norma culposamente.

Assim como Kauppinen, penso que há um modo exclusivamente epistêmico de responsabilizar. Também assim como ele, penso que o que dá sustentação à existência de uma responsabilidade distintamente epistêmica é um tipo especificamente epistêmico de reagir à violação de uma norma, a saber, a redução da confiança epistêmica. Porém, tomando uma direção diferente, não acredito que esse modo epistêmico de responsabilizar seja completamente independente de uma noção de culpa. Já que “falta de desculpa” é sinônimo de “culpa”, por consequência, “falta de desculpa epistêmica” é o mesmo que “culpa epistêmica”.

Para Kauppinen, culpar é uma reação que caracteriza, por exemplo, uma responsabilidade especificamente moral, por isso uma responsabilidade distintamente epistêmica não poderia envolver uma noção de culpa. No entanto, não é claro que responsabilizamos alguém sem que nunca o culpemos. O próprio uso que Kauppinen faz do termo “falta de desculpa epistêmica” apela para uma espécie de culpa como condição da responsabilização epistêmica adequada. Ao mesmo tempo, a hipótese de uma responsabilidade epistêmica, sustentada pela redução da confiança epistêmica, é claramente plausível. Desse modo, parece razoável pensar que é um erro afirmar que a noção de culpa é exclusiva da responsabilidade moral. Tudo indica que, assim como os diferentes tipos de responsabilidade – legal, social, moral e epistêmica –, também há diferentes tipos de culpa (legal, social, moral, epistêmica...). Por isso, por que não pensar na redução da confiança epistêmica como sendo, em alguma medida, uma maneira de atribuir culpa epistêmica?

Outro motivo para dissociar a noção de culpa da responsabilidade epistêmica, além de distinguir essa última de outros tipos de responsabilidade, seria a necessidade de dar uma resposta ao involuntarismo. Para ser culpado epistemicamente S teria que ter controle sobre suas atitudes proposicionais, pois controle voluntário, como no caso das violações de normas morais, é pressuposto para alguém ser apropriadamente um alvo de culpa. Como Kauppinen acredita que responsabilidade epistêmica não depende do controle sobre o que acreditamos ou deixamos de acreditar, logo, no contexto epistêmico, dever *não* implica poder e o agente epistêmico não pode ser alvo de culpa. Todavia, ao colocar “falta de desculpa” como condição da responsabilização apropriada, como um tiro que sai pela culatra, Kauppinen, a meu ver, reabilita a noção de culpa no contexto epistêmico.

Por um lado, se a responsabilidade epistêmica é compatível com uma noção de culpa (epistêmica), então, estamos sujeitos a uma versão epistêmica do princípio “dever implica poder”, a saber, “dever epistêmico implica poder epistêmico”. Por outro lado, se a escolha volitiva entre uma ou outra atitude doxástica está fora de nosso poder (epistêmico), como parece ser o caso, então, não podemos epistemicamente satisfazer o referido princípio, logo, não temos culpa (epistêmica). Assim, pareceria que a saída seria voltar à ideia de Kauppinen de que “dever (ou responsabilidade) epistêmico *não* implica poder epistêmico”. Porém, sem ignorar a razoabilidade da culpa epistêmica como sendo uma reação característica da responsabilidade epistêmica, defendo que é possível pensar em uma explicação alternativa da responsabilidade epistêmica. Tal explicação, conseqüentemente, terá que acomodar, de alguma forma, o voluntarismo doxástico. Isso será possível a partir do que proponho ser uma nova e mais apropriada compreensão do voluntarismo doxástico.

4.2.2 Voluntarismo doxástico sem escolha de um estado doxástico.

Como vimos até aqui, é comum entender o voluntarismo doxástico como algo aplicado na escolha consciente de um estado doxástico em detrimento de outro. Sendo assim, se S tem controle sobre seus estados doxásticos em relação a p , então, deveria poder decidir acreditar voluntariamente, por exemplo, que está chovendo quando olha pela janela e vê que está ensolarado e não cai água. Ou, ao contrário, não acreditar que chove enquanto olha pela janela e vê o céu repleto de nuvens plúmbeas e água caindo lá fora. Estritamente falando, o voluntarismo doxástico é compreendido apenas como a capacidade de exercer apropriadamente a vontade para escolher um determinado estado doxástico, seja crer, não crer ou suspender o juízo. Como isso é impossível ou muito difícil, então, não existe voluntarismo doxástico ou, se existe, não é efetivo.

A dificuldade de se pensar o voluntarismo doxástico nesses termos, penso eu, pode ser ainda explicitada pelas direções contrárias de conformação entre as perspectivas epistêmica e volitiva. Do ponto de vista epistêmico (no mesmo sentido apresentado nas seções 1.1 e 2.1 dos capítulos 1 e 2, respectivamente), a direção

de conformação é crença-mundo, conhecimento-mundo, mente-mundo, proposição-mundo, asserção-mundo etc. Do ponto de vista da vontade, a direção de conformação é oposta, mundo-vontade. O objetivo epistêmico é adequadamente moldar crença, conhecimento etc. ao estado de coisas no mundo. O da vontade é moldar ou conformar o mundo a certas crenças, proposições ou asserções. Sendo assim, os objetivos do campo epistêmico/doxástico e do campo voluntarista estão em direções opostas, o que nos leva a inferir que a escolha volitiva de estados doxásticos é simplesmente um erro. Talvez um bom exemplo da contraposição entre os dois campos seja os casos de dogmatismo. Quando uma pessoa mantém firme e dogmaticamente uma crença falsa, por exemplo, o que ela pretende é que um determinado estado de coisas no mundo se encaixe em sua crença. Isso é simplesmente incompatível com uma perspectiva epistêmica.

No caso das proposições claramente verdadeiras ou falsas, mencionadas por Alston (2005, p. 69), quando olho pela janela em um dia ensolarado, não só é impossível ou muito difícil exercer minha vontade para crer que está chovendo. Como o exemplo de dogmatismo mostra, é epistemicamente errado crer dessa maneira. Porém, é preciso observar que apesar da falta de controle sobre os estados doxásticos, ou da grande dificuldade de exercê-lo, as pessoas, intuitivamente, culpam e responsabilizam umas às outras por suas crenças constantemente. Isso dá a entender que talvez não seja preciso ter controle voluntário sobre um ou outro estado doxástico para que haja responsabilidade epistêmica. É esse ponto de vista que assumirei, sempre que a atitude doxástica envolver proposição *não* obviamente verdadeira ou falsa. Nesse caso, como tentarei explicar mais à frente, penso que podemos questionar se é preciso haver escolha volitiva sobre uma específica atitude doxástica para que haja voluntarismo doxástico e, conseqüentemente, responsabilidade epistêmica.

Um segundo ponto que pode ser questionado diz respeito a não efetividade do voluntarismo epistêmico envolvendo proposições não obviamente verdadeiras ou falsas. Como já visto, Alston (2005, p. 69) admite que temos algum tipo de controle doxástico voluntário. Todavia, tal controle é não básico, ou não direto, e do tipo de longo alcance, como quando nos envolvemos em um projeto de longo prazo para adquirirmos um determinado tipo de crença. Segundo Alston (2005, p. 72), somente algumas poucas vezes obtemos êxito com o controle voluntário de longo alcance, por isso, tal controle não seria efetivo. Assim sendo, nessa perspectiva, não

podemos responsabilizar uma pessoa que empreendeu esforços e fracassou na tentativa de um controle de longo alcance sobre suas atitudes doxásticas.

O controle de longo alcance é direcionado para as proposições não obviamente verdadeiras ou falsas. Nesse sentido, o empreendimento de uma pesquisa é um bom exemplo de tentativa de exercer o controle voluntário de longo alcance. Em geral, toda pesquisa envolve proposições que não são obviamente verdadeiras ou falsas. No entanto, Alston atribui um papel muito menor a esse tipo de proposição, pois elas, em comparação com as proposições claramente verdadeiras ou falsas, são a minoria, e o êxito é exíguo quando se trata de controle de longo alcance sobre as atitudes doxásticas voltadas para essas proposições.

A grande maioria de nossas atitudes doxásticas é direcionada a proposições obviamente verdadeiras ou falsas, tais como “as típicas crenças perceptivas, introspectivas, de memória e inferenciais simples”, afirma Alston (2005, p. 68). Como não temos qualquer controle voluntário sobre tais atitudes doxásticas, logo, a esmagadora maioria de nossas atitudes doxásticas estaria isenta de uma responsabilização epistêmica. Isso, à primeira vista, em muito dificultaria a articulação de uma norma epistêmica. Restam, então, as atitudes doxásticas voltadas para proposições que não são obviamente verdadeiras ou falsas. Essas, na perspectiva de Alston, significam uma parcela diminuta das atitudes doxásticas e não estão sob efetivo controle voluntário, dificultando ainda mais a ideia de uma norma epistêmica.

Em contrapartida à perspectiva de Alston, defendo que uma noção importante do voluntarismo doxástico pode ser salvaguardada. Um voluntarismo exercido sobre a qualidade epistêmica⁵¹ das atitudes doxásticas (tomadas em conjunto ou não individualmente) voltadas para proposições não claramente verdadeiras ou falsas. Um voluntarismo doxástico apoiado em um efetivo controle voluntário de longo alcance (ou indireto) sobre a qualidade epistêmica de nossas atitudes doxásticas. Para sustentar esse ponto de vista, afirmo que além de não podermos, não é preciso exercer nossa vontade na escolha de um ou outro estado doxástico. Se fosse possível exercer tal vontade, não deveríamos, pois, casos de crenças

⁵¹ Com “qualidade epistêmica” de um estado doxástico refiro-me simplesmente ao trabalho justificacional, realizado pelo agente epistêmico, que faz com que seus estados doxásticos sejam epistemicamente apropriados. Quando se trata de proposições não claramente verdadeiras ou falsas, a justificação dos estados doxásticos sobre essas proposições depende do interesse, vontade e esforço do agente epistêmico.

epistemicamente inapropriadas, como as dogmáticas, são bons exemplos de crenças sob o jugo da vontade.

Segundo meu ponto de vista, quando empreendemos esforços para qualificar epistemicamente nossas atitudes doxásticas, direcionadas às proposições não obviamente verdadeiras ou falsas, não importa a atitude doxástica específica que resultará desses esforços (se crença, descrença ou suspensão de juízo). O que importa é que o estado doxástico resultante desses esforços, o qual independe de nossa vontade, seja epistemicamente apropriado. Como veremos a seguir, temos efetivo controle sobre a qualidade epistêmica de nossas atitudes doxásticas voltadas para proposições não obviamente verdadeiras ou falsas. E a existência de tal controle é compatível com a não escolha volitiva de um ou outro estado doxástico específico.

As hipóteses utilizadas para nortear uma pesquisa⁵² representam muito bem o papel de proposição não obviamente verdadeira ou falsa. Em geral, a hipótese de trabalho de uma pesquisa é uma proposição *não* obviamente verdadeira ou falsa, uma vez que não parece fazer sentido que uma proposição que seja claramente verdadeira ou falsa sirva de hipótese de pesquisa. Em geral, buscamos investigar o que não está claro. Por sua vez, o papel dos agentes envolvidos em uma pesquisa é fundamental para o resultado da pesquisa e, conseqüentemente, para a qualidade epistêmica dos estados doxásticos resultantes da investigação, qualquer que seja o estado doxástico.

Sendo uma pesquisa um empreendimento epistêmico, os agentes envolvidos são, então, agentes epistêmicos. Esses agentes (epistêmicos) são livres para escolher diversas estratégias ao realizar uma pesquisa. A depender da vontade e caráter do agente epistêmico, ele pode cometer mais ou menos falhas epistêmicas. Agir com descuido, com negligência ou dando vazão a vícios epistêmicos, por exemplo, faz com que aumente as chances de falhas epistêmicas durante o percurso investigativo. Isso irá impactar negativamente no resultado da pesquisa e na qualidade epistêmica de qualquer que seja o estado doxástico resultante. Sendo assim, podemos afirmar que, em se tratando de proposições não claramente verdadeiras ou falsas, os agentes epistêmicos têm efetivo controle sobre a qualidade

⁵² O termo “pesquisa” tem aqui um sentido razoavelmente amplo, significando qualquer pesquisa teórica científico-filosófica ou algo que o valha. Desde que movida, obviamente, por fins epistêmicos.

epistêmica de suas atitudes doxásticas. Para tanto, não há qualquer necessidade de controle voluntário sobre um tipo específico de estado doxástico.

Por conseguinte, tais agentes têm deveres epistêmicos e devem ser responsabilizados epistemicamente por suas agências epistêmicas. Devem ser responsabilizados, conseqüentemente, pela qualidade epistêmica de qualquer estado doxástico resultante do processo investigativo, que, claramente, sempre envolve proposições não claramente verdadeiras ou falsas. Quando um pesquisador é adequadamente premiado pelo resultado positivo de sua pesquisa, isso indica que a qualidade epistêmica do resultado dependeu de sua agência epistêmica na realização da pesquisa.

A responsabilidade epistêmica é exatamente a mesma se o resultado de um processo investigativo for inesperado. Independentemente do que espera o pesquisador, dele é sempre esperado uma agência epistemicamente apropriada de modo a garantir a qualidade epistêmica de qualquer que seja o resultado do processo investigativo. A atitude doxástica que terá que tomar dependerá do resultado obtido, por isso o estado doxástico específico não é uma escolha do agente epistêmico. Se a hipótese de pesquisa, por exemplo, for confirmada, ao final do processo investigativo, então, deve-se crer na hipótese, senão, deve-se não crer, se as evidências não permitem conclusão, deve-se suspender o juízo. No entanto, a qualidade epistêmica de qualquer um desses estados doxásticos depende da vontade e esforço do agente epistêmico. Caso contrário, não poderá se quer *saber* se o resultado não foi o esperado. Do ponto de vista epistêmico, o que importa é que a atitude doxástica seja epistemicamente apropriada, qualquer que seja ela. Nesse caso, se tratando de proposição não claramente verdadeira ou falsa, a agência epistêmica é determinante.

Tem havido ultimamente um movimento crescente em favor da publicação ou divulgação de pesquisas científicas que tiveram resultado negativo, inesperado ou nulo (ver: “Apoio à publicação de resultados inesperados” e “A relevância dos resultados nulos” (www.revistapesquisa.fapesp.org); Echevaría, *et al*, 2021; Fanelli, 2012; Sayão, Luis Fernando *et al*, 2022; Nimpf, Simon; Keays, David, A. 2020). O objetivo é aumentar a transparência e, conseqüentemente, a confiança na integridade do trabalho científico. Há uma preocupação global com a publicação de dados enviesados, muito impulsionada pela enorme pressão para obtenção de resultados positivos. Tais resultados têm maior chance de serem publicados em

revistas importantes. Por outro lado, a publicação de pesquisas com resultados negativos, inesperados ou nulos, evita que outros façam a mesma pesquisa e a publique com dados enviesados para simular resultados positivos. Isso contribui para a clareza e integridade do trabalho científico, sendo um resultado da condução epistemicamente responsável do processo investigativo.

Moralmente ou legalmente, ninguém é obrigado a publicar os resultados negativos ou inesperados de sua pesquisa, mas ter justificção para esses resultados e estar pronto para apresentar essa justificção, penso eu, é uma obrigação epistêmica, assim parece ser epistemicamente imperativo publicá-los. É em nome da clareza e integridade da ciência que tem havido uma crescente cobrança para que sejam publicadas pesquisas com qualquer tipo de resultado além do resultado positivo. Isso, penso eu, indica que, do ponto de vista do interesse ou da vontade do pesquisador, o resultado importa, porém, epistemicamente, o que importa é a qualidade epistêmica de qualquer tipo de resultado. É importante, do ponto de vista epistêmico, que os resultados negativos ou inconclusivos sejam tão bem justificados quanto um resultado positivo. Não poder controlar os tipos de resultado não nos exime da responsabilidade pela qualidade epistêmica deles.

Se, por negligência ou deliberadamente, o pesquisador compromete a sua agência epistêmica, logo, compromete a qualidade epistêmica das atitudes doxásticas. Desse ponto de vista, a responsabilização epistêmica não leva em conta apenas a redução automática da confiança epistêmica, como defende Kauppinen (2018). Responsabilizar alguém epistemicamente, nessa perspectiva, é também culpá-lo por sua falha epistêmica. A “culpa”, nesse caso, não é uma culpa moral, mas uma “culpa epistêmica”, nos moldes de algumas teorias recentes que defendem a existência de uma culpa especificamente epistêmica, como veremos mais à frente.

Quando afirmo “creio que p ”, e p é o caso, sendo p uma proposição não obviamente verdadeira ou falsa, eu tenho a obrigação epistêmica, caso desafiado, de apresentar as razões em favor da crença em p , para que meu estado doxástico de crer seja epistemicamente apropriado. Do mesmo modo, quando afirmo “creio que p ”, mas após empreender uma investigação sobre a verdade de p (que não é obviamente verdadeira ou falsa) constato, independentemente de minha vontade, que $\sim p$ é o caso, eu continuo com a mesma obrigação epistêmica de antes, só que, agora, de apresentar as razões para crer que $\sim p$, se quiser que minha não-crença em p seja epistemicamente apropriada.

Todavia, e quanto ao caso da ausência de crença, a suspensão de juízo? Se eu afirmo que não creio que p nem que $\sim p$, ao mesmo tempo, é natural que meu interlocutor me pergunte “por qual razão?”. Isso denuncia minha obrigação epistêmica de apresentar razões, assim como nos casos anteriores, para a atitude doxástica de suspensão de juízo. A atitude de não assumir uma crença nem uma descrença ao mesmo tempo. Devo apresentar as ditas razões caso eu queira que essa atitude seja epistemicamente apropriada. É, por exemplo, minha obrigação epistêmica, nesse caso, explicitar a existência de um conflito equilibrado entre evidências opostas, impossibilitando qualquer conclusão epistemicamente adequada acerca de uma determinada proposição. Isso indicaria que a ausência de crença em p e $\sim p$ ao mesmo tempo, nesse contexto, é epistemicamente apropriada e que sou epistemicamente responsável por ter chegado a esse estado doxástico de suspensão de juízo e por sua qualidade epistêmica.

Fui eu que decidi assumir a tarefa de empreender a pesquisa; que escolhi a estratégia A, ao invés de B ou C; que decidi gastar mais ou menos tempo na busca por evidência; que decidi revisar mais ou menos o conjunto de evidência das crenças assumidas etc. Serei eu, portanto, avaliado e julgado por meus pares em vista do resultado obtido, seja ele qual for. Caso fique claro que cometi falha epistêmica que poderia ser evitada, me atribuirão culpa por meio da redução da confiança epistêmica, que, a meu ver, significa responsabilizar e culpar epistemicamente.

Por fim, um terceiro ponto que pode ser questionado é a comparação que Alston (2005, p. 68) faz entre proposições obviamente e não obviamente verdadeiras ou falsas, para afirmar que as últimas são muito poucas. De fato, proposições que, normalmente, levam-nos a decidir rapidamente sobre sua verdade ou falsidade são muitas. Proposições como “está chovendo”, “está nevando”, “está ensolarado”, “há uma árvore no jardim”, e daí por diante, são muito mais numerosas do que as proposições do tipo “tudo é relativo” e “gravidade é a distorção que um corpo causa no tecido do espaço-tempo”, as quais são não claramente verdadeiras ou falsas.

Porém, de um ponto de vista histórico, não é correto afirmar que essas proposições são poucas. Sendo que processos investigativos se dão em torno de proposições não claramente verdadeiras ou falsas, esse tipo de proposição está presente simplesmente em todo o processo investigativo da história do pensamento humano. Está presente em toda e qualquer teoria científico-filosófica (ou algo que o

valha) produzida ao longo de toda a história humana, já que todo processo investigativo se dá em torno do que não é claramente verdadeiro ou falso. Desse ponto de vista, essas proposições não são poucas nem sem importância. São as atitudes doxásticas em relação às proposições não claramente verdadeiras ou falsas que deve interessar a uma discussão sobre normatividade e responsabilidade epistêmicas. Até quando se discute uma atitude doxástica sobre uma proposição corriqueira, que normalmente se considera claramente verdadeira ou falsa, em geral a discussão só ocorre porque surgem dúvidas sobre a clareza de sua verdade ou falsidade. A filosofia é um exemplo notório dessas discussões.

Posto isso, proponho que o voluntarismo doxástico pode e deve ser exercido para determinar a qualidade epistêmica de qualquer atitude doxástica, e que é isso que importa do ponto de vista epistêmico. Esse tipo de voluntarismo é perfeitamente compatível com a falta de escolha volitiva entre uma ou outra atitude doxástica, tal como crer ou descrer, por exemplo. Isso torna o involuntarismo doxástico inócuo frente a minha perspectiva de voluntarismo doxástico. Pensado dessa maneira, o voluntarismo doxástico diz respeito, principalmente – se não exclusivamente –, às atitudes doxásticas direcionadas a proposições não claramente verdadeiras ou falsas, que são o principal objeto – se não o único – de qualquer investigação epistêmica. Se, de fato, agimos epistemicamente de modo voluntário e essa agência nos leva, a depender de nossas escolhas, a estados doxásticos epistemicamente apropriados, então, o voluntarismo epistêmico nesses termos é efetivo e por isso atende ao princípio “dever implica poder”. Se atende a esse princípio, logo, agentes epistêmicos têm deveres epistêmicos e responsabilidade epistêmica.

Considerando ainda o caso de um empreendimento epistêmico como a realização de uma pesquisa, se um agente epistêmico, conscientemente, decide não agir de um modo epistemicamente apropriado, vindo, por isso, a falhar epistemicamente durante o processo investigativo, parece razoável dizer que ele é responsável e, além disso, *culpado* por suas falhas epistêmicas. Parece razoável dizer que ele tem “culpa epistêmica”. Partindo dessa perspectiva, a redução da confiança epistêmica não só caracteriza uma responsabilidade especificamente epistêmica, mas uma culpa especificamente epistêmica. Ao notar que um agente epistêmico poderia, mas não evitou uma determinada falha epistêmica, reagimos reduzindo nossa confiança epistêmica em relação ao agente. No entanto, defendo que o processo de redução não se dá simplesmente de maneira automática,

desengajada ou sem atribuição de culpa, como propõe Kauppinen (2018). A redução da confiança epistêmica é uma forma de atribuir culpa, uma culpa especificamente epistêmica, pois estamos falando de falhas epistêmicas que poderiam ser evitadas.

A existência de um voluntarismo doxástico, nos termos aqui descritos, é reforçada justamente pela concepção de culpa epistêmica. Além disso, culpa epistêmica, entendida como redução da confiança epistêmica, servirá como um indicativo da violação de uma norma especificamente epistêmica, conseqüentemente, da norma epistêmica da asserção. Se alguém viola, por exemplo, a norma da asserção do que é razoável para crer, sem legítima desculpa, uma reação natural será reduzir a confiança epistêmica em relação a essa pessoa. Porém, não é a mera redução da confiança epistêmica, mas a redução da confiança epistêmica acompanhada de culpabilização. Se um agente epistêmico crê em desacordo com a norma do que é razoável para crer e da mesma forma faz asserções, sem legítimas desculpas, então ele é responsável e culpado epistemicamente por isso.

A ideia de culpa epistêmica que tenho em mente é a mesma, ou muito próxima, da que vem sendo discutida muito recentemente entre diversos pontos de vista. Por isso, a seguir, muito resumidamente, veremos três breves exemplos de teorias que, cada uma à sua maneira, apresenta os elementos centrais que participam da configuração da ideia de culpa epistêmica.

4.2.3 Redução da confiança e culpa epistêmicas

Jessica Brown (2019, 2020) está entre os autores responsáveis por recentes defesas da existência e importância de uma forma de culpar especificamente epistêmica. Ela observa que às vezes atribuímos culpa a alguém que viola padrões ou normas epistêmicas. Culpamos, por exemplo, quem insiste em manter dogmaticamente uma crença mesmo em face de evidência contrária. Dessa maneira, esse exemplo nos permite levantar a possibilidade de sermos culpados por nossas falhas epistêmicas. Além disso, de acordo com Brown (2019, p. 3596), há casos em que uma pessoa parece ser culpada por uma crença ao mesmo tempo em que não apresenta qualquer desabono moral ou profissional. Disso, infere-se que há

um tipo específico de culpa envolvendo nossa relação com as crenças. Ao que tudo indica, segundo recentes pontos de vista, esse tipo de culpa é especificamente epistêmico.

Brown (2020) elabora uma noção de culpa epistêmica tomando como modelo a teoria sobre culpa moral de George Sher (2006, 2009). Nessa perspectiva, o foco da culpa é uma ação moralmente má ou um caráter moralmente mau. Para Sher (2006, p. 14-15), culpa moral “é equivalente a um conjunto característico de disposições afetivas e comportamentais que são organizadas em torno de um igualmente característico tipo de par desejo-crença”. As referidas disposições correspondem à “disposição para ter certos tipos de respostas emocionais negativas e para se comportar de algumas maneiras” (Brown, 2020, p. 395). De acordo com Sher (2006, p. 98), exemplos dessas disposições afetivas e comportamentais são: raiva, comportamento hostil, censura (do ponto de vista de quem atribui a culpa) e pedido de desculpas (do ponto de vista do culpado). Por si mesmas, essas disposições são diferentes entre si, porém, o que as unifica é que elas são a consequência ou o resultado de um certo par de desejo-crença.

De modo resumido, para ficar mais claro, penso que podemos entender da maneira a seguir. Em geral, qualquer pessoa com senso de moralidade, dentro dos padrões considerados normais, carrega consigo, de antemão, o desejo de que ações moralmente más não ocorram. Assim, se S^1 constata que S^2 praticou uma ação moralmente má (sem desculpa ou justificativa), então, obviamente, S^1 formará a crença de que S^2 agiu de forma moralmente má, ao mesmo tempo que possuía o desejo – agora frustrado – de que a ação moralmente má não ocorresse.

Segundo Sher (2006, p. 104-5), várias disposições que caracterizam a culpa podem ser explicadas como correspondendo às conhecidas reações a um desejo frustrado. São elas, sentir-se mal pelo desejo frustrado, tornar pública a insatisfação com o desejo frustrado e substituir a meta do desejo frustrado por outra relacionada, possível de ser alcançada. Sentir-se mal por um desejo frustrado é uma emoção negativa típica do ato de culpar, segundo Sher. Censurar e pedir desculpas são típicas expressões públicas de culpa, devido a um desejo frustrado. Além de meras expressões públicas, censura e pedido de desculpas são a busca de uma meta alternativa mais alcançável do que a meta do desejo frustrado de que S^2 não tivesse agido mal, já que não é possível voltar no tempo e impedir a ocorrência da referida ação. Esses são, portanto, os pontos importantes que configuram o modelo de culpa

moral na visão de Sher. Brown, por sua vez, irá estender esse modelo para uma concepção de culpa especificamente epistêmica.

Assim como no modelo de culpa de Sher, culpa epistêmica, segundo Brown (2020), corresponde a específicas disposições de sentir e se comportar. Tais disposições são o resultado, enquanto reações, de um específico par de crença-desejo⁵³. O que difere do modelo de Sher é que crenças não são ações nem precisam ser más, logo, o conteúdo do par crença-desejo, envolvido na culpa epistêmica, é diferente. Quando se trata de culpa epistêmica, segundo Brown (2020, p. 399), o par relevante de crença-desejo diz respeito a “acreditar mal” (*believing badly*). A ideia de “acreditar mal”, presumo eu, pode ser entendida no sentido de “formar uma crença de uma maneira epistemicamente errada”. A formação errada de uma crença, sem uma legítima desculpa, do ponto de vista epistêmico, corresponde à violação de uma norma epistêmica, tal como a norma de conformar as crenças à evidência. Além disso, pode-se violar uma norma epistêmica sem violar uma norma moral (Brown, 2020, p. 399). Uma crença dogmática, por exemplo, viola a norma epistêmica de que deve haver conformação entre crença e evidência sem violar qualquer norma moral, caso seja inofensiva ou não cause danos a quem quer que seja. Se uma norma foi violada apenas no sentido epistêmico, então, a culpa pela violação é especificamente epistêmica.

Na visão de Brown, no caso da culpa epistêmica, em paralelo ao modelo de culpa moral de Sher, o par crença-desejo pode ser explicado da seguinte maneira. A “crença” é que o agente epistêmico acreditou mal (no sentido que, penso eu, formou uma crença de maneira epistemicamente errada e sem desculpa). O “desejo”, por sua vez, é que o mesmo agente epistêmico não tivesse acreditado mal ou de forma epistemicamente errada. O desejo frustrado leva a reações em forma de sentimentos negativos e certos comportamentos relativos a tais sentimentos, o que significa atribuir culpa epistêmica, ao agente epistêmico em questão, por acreditar mal. Uma vez que não dá para atingir a meta inicial, a meta do desejo de que o agente epistêmico não acreditasse mal, pois já ocorreu, então, a tal meta inicial é substituída pela meta alcançável de que o agente “aprecie a razão epistêmica relevante que ele previamente ignorou ou desprezou” (Brown, 2020, p. 400). No

⁵³ Brown, sem qualquer explicação dos motivos, faz a inversão da ordem dos termos do par “desejo-crença” (utilizado por Sher), passando a utilizar “crença-desejo”. Sendo que não parece haver alteração de sentido, sempre que estiver fazendo referência ao ponto de vista de Brown, usarei a mesma notação dela, ou seja, “crença-desejo”.

entanto, as disposições características da culpa epistêmica não são idênticas às disposições da culpa moral. As consequências de uma ação moralmente má, em geral, envolvem fazer mal a alguém, por isso, as disposições reativas envolvem ressentimento ou punição. Já no caso da culpa epistêmica as consequências são bem mais brandas.

Para exemplificar, vejamos o caso de Maud, a clarividente, apresentado por Bonjour (1980). Maud tem um confiável poder de clarividência e com base nele forma a crença de que o presidente está em Nova Iorque. Em contrapartida, Maud também tem excelente evidência de que o presidente não está em Nova Iorque e de que clarividência é impossível. Mesmo assim, dogmaticamente, ela continua a manter a crença de que o presidente está em Nova Iorque. Nesse caso, Segundo Brown,

[...] não está claro que ela tenha feito mal a alguém. Consequentemente, quando a culpamos, podemos ficar zangados e repreendê-la, mas não ficaríamos ressentidos com ela e não faz qualquer sentido exigir uma compensação ou que ela peça desculpas a alguém injustiçado (Brown, 2020, p. 402).

É basicamente dessa maneira que Brown elabora sua noção de culpa epistêmica. No entanto, apesar de seu esforço, para mostrar a especificidade das reações que caracterizam a culpa epistêmica, defendendo, por fim, que a inclusão da ideia de redução da confiança epistêmica em sua explicação tornaria as coisas mais claras. Culpamos Maud, de uma maneira especificamente epistêmica, por meio da redução de nossa confiança epistêmica em relação ao seu jeito dogmático de formar e manter sua crença. Além disso, fazemos com que ela saiba que reduzimos nossa confiança epistêmica nela para que no futuro possa corrigir sua maneira de formar e manter crenças, e assim por diante.

Um segundo exemplo de teoria da culpa epistêmica é o de Adam Piovarchy (2020). Assim como Brown, Piovarchy utiliza uma teoria da culpa *moral* como modelo para propor uma teoria da culpa *epistêmica*. Ele considera o modelo de responsabilidade moral baseado no cultivo de agências (*agency-cultivation*), de Manuel Vargas (2013), como capaz de ajudar a desenvolver uma teoria plausível da culpa epistêmica.

Segundo a perspectiva de Vargas (2013, p. 140), o que justifica as práticas de culpar e elogiar é a capacidade que essas práticas têm de cultivar um tipo valioso de

agência. Essa agência é do tipo que responde a razões e considerações morais. Ela é cultivada, de modo eficaz, pelas reações de culpa que desencorajam certos tipos de comportamento e hábitos e pelas reações de elogio que os encorajam. Essas reações começam como motivadores externos, fazendo com que o alvo da culpa cultive um tipo de agência responsiva a razões morais. Com o tempo, as reações de culpa ou elogio são internalizadas e passam, então, a ser motivadores internos. Uma vez que o agente passa a experienciar internamente as reações motivadoras, ele “se torna mais apto para se autogovernar pelas normas, reconhecendo as razões relevantes para as normas e reforçando essas normas quando em interação com outros” (Piovarchy, 2020, p. 800). Como já se pode presumir, as normas, nesse caso, são normas morais.

Em paralelo à culpa moral, seguindo o raciocínio de Piovarchy (2020, p. 801-2), a culpa epistêmica, como um motivador externo, a princípio, nos torna mais competentes no reconhecimento das razões a favor das normas epistêmicas. Com o tempo, internalizamos as reações de culpa epistêmica e, conseqüentemente, as normas epistêmicas. O desejo de não ser epistemicamente culpado e de não merecer culpa epistêmica, nos motiva a checar nossas fontes e refletir sobre nosso raciocínio de modo a evitar erros.

A teoria do cultivo de agência (*agency-cultivation*), segundo Piovarchy, responde adequadamente a três questões fundamentais sobre culpa epistêmica. A primeira é sobre o que vem a ser culpa epistêmica. A resposta é que culpa epistêmica consiste em um julgamento cognitivo de que alguém é merecedor de culpa epistêmica, ou seja, que esse alguém “[...] é um alvo apropriado de certa classe de reações interpessoais por violar padrões epistêmicos [...]” (Piovarchy, p. 802). A segunda é sobre quais são as condições para que alguém seja um alvo apropriado de culpa epistêmica. A resposta é que a culpa epistêmica é assegurada quando o agente tem a capacidade de reconhecer normas epistêmicas e de acreditar de acordo com elas, se não exercita essa capacidade e comete falhas epistêmicas, então, se torna um alvo apropriado de culpa epistêmica. A terceira, por fim, é sobre o que justifica a culpa epistêmica. A resposta é que a justificação se deve ao fato que quando culpamos um agente que não obedeceu às normas epistêmicas estamos, então, “o ajudando a internalizar aquelas normas” (Piovarchy, 2020, p. 802). Isso incentiva a promoção ou o cultivo de um tipo distinto e valioso de agência, a nossa habilidade de responder a razões quando formamos crenças.

Piovarchy (2020, p. 802-803), afirma que culpa moral e epistêmica compartilham um importante fundamento. Ambas têm como condição de possibilidade a necessidade de que o alvo da culpa possua certas capacidades. A capacidade de responder a razões, reconhecer normas e internalizá-las para, assim, cultivar uma agência que seja sensível a razões. Somente o agente que possui tais capacidades, e viola uma norma, pode ser apropriadamente um alvo de culpa. No entanto, apesar de partilhar uma base comum, elas não são idênticas. As disposições em resposta a violação das normas são diferentes, pois, as duas buscam cultivar uma agência que responde a um tipo muito diferente de razões. De um modo geral, podemos afirmar que a culpabilização epistêmica é muito mais branda do que as práticas de culpa moral.

Culpa moral está relacionada com reações a transgressões que resultam em desrespeito a dignidade e em danos ou prejuízos que afetam alguém de modo que o transforme em uma vítima. Está também relacionada, por exemplo, a deveres de correção, exigência de compensação e arrependimento, por parte do transgressor. Em geral, respostas em forma de culpa moral carregam certa hostilidade. Em contrapartida, afirma Piovarchy (2020, p. 803), “[...]violações de normas epistêmicas, enquanto normas epistêmicas, não prejudicam ou desrespeitam agentes, não originam vítimas ou deveres corretivos[...]”. Alguns exemplos de disposições mais apropriadas à culpa epistêmica são: crítica, decepção, raiva não retributiva etc. Isso mostra que não há só um tipo de culpa (a moral, por exemplo). Por isso, culpa epistêmica se sobrepõe à culpa moral, mas não é redutível a ela, mantendo-se, assim, a ideia de um modo de culpa especificamente epistêmico.

Como foi possível perceber até aqui, recentes teorias que tratam, de forma detalhada, da natureza da culpa epistêmica, são baseadas em trabalhos acerca da natureza da culpa moral. Segundo Boulton (2021b, p. 1), “[e]nquanto filósofos da moral desenvolveram ampla variedade de teorias, sobre a natureza da culpa moral, a natureza de nossa prática de responder um ao outro por falhas epistêmicas, só recentemente viu uma exploração detalhada”. Como vimos, a estratégia usada para desenvolver as recentes teorias da culpa epistêmica tem sido estender abordagens da culpa moral ao domínio epistêmico. Um terceiro exemplo de teoria da culpa epistêmica que segue essa mesma estratégia é a de Cameron Boulton. Baseando-se no trabalho de T. M. Scanlon (2008; 2013), Boulton descreve sua teoria da culpa epistêmica como “a mais desenvolvida na literatura, a teoria baseada no

relacionamento” (Boult, 2024, p. 387). Concordo com Boult e tomo sua teoria como o melhor exemplo de explicação da ideia de culpa epistêmica.

Muito resumidamente, Para Scanlon (2008, 2013) *culpa* tem alguma coisa a ver com certos tipos de modificação de nossas relações ou relacionamentos. Relacionamentos, por sua vez, numa definição técnica de Scanlon, são compostos por certos tipos de intenções, expectativas e atitudes. Culpa moral, nesse caso, seria, então, uma modificação, em forma de ajustes, nas intenções, expectativas e atitudes. Se A, por exemplo, julga que B violou um padrão moral, então, A ajusta para baixo suas intenções e expectativas a respeito de seu relacionamento moral com B. Essa diminuição das intenções e expectativas, por causa da má agência moral de uma das partes, sem legítima desculpa, é o que constitui a culpa moral. Essa é a ideia básica da teoria moral de Scanlon (2008), que Boult (2021a; 2021b; 2024) irá estender ao domínio epistêmico, com muitos de seus desdobramentos.

De acordo com a teoria baseada no relacionamento (*relationship-based account*) de Boult (2024, p. 391), “culpa epistêmica é um tipo específico de modificação no relacionamento epistêmico existente entre dois ou mais agentes epistêmicos. Quando um agente epistêmico viola um padrão epistêmico normativo, ou comete uma falha epistêmica, sem legítima desculpa, ocorre um prejuízo (*impairment*) no relacionamento epistêmico existente entre esse agente e um ou mais de seus pares de sua comunidade epistêmica. Diante disso, então, é feita uma modificação na relação epistêmica, por parte de quem julga a falha epistêmica. Essa modificação é feita de maneira a corresponder ao julgamento de que o agente é epistemicamente culpado. O que quer dizer que o prejuízo em questão tem um responsável, alguém que contribuiu para tanto e que, por isso, é epistemicamente culpado.

Culpa epistêmica se distingue da mera *avaliação* epistêmica negativa. Parafrazeando Boult (2021b, p. 2; 2024, p. 389), uma coisa é acreditar ou mesmo expressar que alguém cometeu uma falha epistêmica. Outra coisa é ser afetado, levado a engajar-se ou até mesmo sentir-se incomodado com o fenômeno da falha epistêmica. A mera avaliação epistêmica negativa pode ser feita de maneira totalmente desengajada, fria, isenta. Pode, inclusive, ser feita com algum prazer diante da falha epistêmica (caso em que alguém julga a falha epistêmica de seu inimigo). Já a culpa epistêmica, essa consiste numa *resposta* negativa, com algum envolvimento ou engajamento do agente com o fenômeno da falha epistêmica, ao

responder ao autor da falha. Nesse caso, o relacionamento epistêmico entre as partes envolvidas (atribuidor da culpa e culpado) é prejudicado em alguma medida e, por isso, é modificado.

“Relacionamento epistêmico” corresponde a certas intenções, expectativas e atitudes que são recíprocas a dois ou mais agentes em uma comunidade epistêmica. Essas intenções, expectativas e atitudes são orientadas para o cultivo ou utilização das agências epistêmicas. Boulton sugere que o padrão normativo de um relacionamento epistêmico é um conjunto idealizado de intenções e expectativas acerca de um bom ou melhor tipo de relacionamento epistêmico no qual dois ou mais agentes epistêmicos podem esperar estar. Assim, quando alguém julga outra pessoa por que ela “fez algo (formou uma crença, se engajou numa investigação, fez uma asserção etc.) que prejudicou o relacionamento epistêmico entre eles” (Boulton, 2024, p. 391) isso significa que a pessoa foi julgada em razão de não respeitar o padrão normativo do relacionamento epistêmico existente entre os dois.

Nesse caso, o agente que fez o julgamento responde modificando suas intenções e atitudes na mesma medida do julgamento epistêmico que ele fez. Esse é o tipo de resposta de culpa epistêmica que resulta na modificação do relacionamento epistêmico, já que esse é constituído por intenções, expectativas e atitudes. Essa modificação, segundo Boulton (2021b, p. 6; 2024, p. 392), paradigmaticamente “consiste em ajustar as intenções para epistemicamente confiar na palavra do agente sobre assuntos de um determinado domínio”. Ou seja, o relacionamento epistêmico é alterado por meio de ajustes nos níveis de confiança epistêmica que temos no outro. Escreve Boulton (2021b, p. 6):

[...] se A revela a B que A tem uma forte tendência a pensar dogmaticamente sobre o impacto humano na mudança climática, B pode modificar sua intenção de confiar epistemicamente na palavra de A sobre assuntos envolvendo o impacto humano na mudança climática. Sob certas condições, é precisamente nisso que consiste a culpa epistêmica.

A redução da confiança epistêmica, como tenho defendido, é, então, um elemento-chave para caracterizar a culpa epistêmica. Contudo, não é simplesmente a redução da confiança epistêmica, em todos os casos de violação de padrões epistêmicos, que constitui adequadamente uma resposta de culpa epistêmica. Sobre isso, a teoria de Boulton desempenha papel fundamental, pois, faz a correta distinção

dos casos de redução da confiança epistêmica que, de fato, caracterizam a culpa epistêmica.

Pessoas com capacidade cognitiva reduzida, em razão de deficiência, e crianças pequenas, por exemplo, comumente violam padrões epistêmicos. É justo, então, que mantenhamos reduzido o nível de confiança epistêmica em relação a essas pessoas. Todavia, não parece justo que as culpemos por suas falhas epistêmicas, pois, são “[...] isentas de nossas práticas de culpabilização” (Boult, 2024, p. 392). Sendo assim, não podemos afirmar simplesmente que culpa epistêmica é redução da confiança epistêmica, já que há, claramente, contextos em que é legítimo reduzir a confiança epistêmica em agentes que, ao mesmo tempo, são irrepreensíveis ou não culpáveis.

Boult (2021b, p. 6; 2024, p. 393) explica que em condições normais, agentes, em uma comunidade epistêmica e com um bom relacionamento epistêmico, têm certas expectativas epistêmicas legítimas e recíprocas sobre o andamento de suas vidas intelectuais. Bons relacionamentos epistêmicos não envolvem agentes esperando uns dos outros que evitem falhas epistêmicas mesmo quando se tem legítimas desculpas. As expectativas epistêmicas, de que os agentes epistêmicos sejam capazes de evitar falhas epistêmicas, serão legítimas desde que não haja legítimas desculpas. Não atender a legítimas expectativas epistêmicas é uma forma de conduta epistemicamente culpável. Nesse caso, reduzimos a confiança epistêmica como forma de culpar epistemicamente.

Por fim, para melhor esclarecer alguns dos pontos importantes da teoria de Boult, penso ser importante descrever mais detalhadamente as noções de comunidade epistêmica e relacionamento epistêmico. Pelo que pude entender, essas são noções centrais para as quais todas as outras estão voltadas.

Vivemos em comunidades epistêmicas. Ora somos fontes transmissoras de informação, ora requeremos e/ou simplesmente recebemos informação dos outros, quase a todo momento de nossas vidas. O desempenho desses papéis tem necessariamente um caráter relacional, se trata do estabelecimento de um tipo de relacionamento, materializado em um intercâmbio de informações. Sendo que o que está em jogo é “informação”, então, parece muito pouco controverso afirmar que se trata de um tipo de relacionamento epistêmico. Mesmo na esfera individual, é familiar a ideia de que as pessoas se relacionam com elas mesmas. Do ponto de vista da teoria de Boult, fica fácil acolher essa ideia de um relacionamento consigo

mesmo. Como temos visto, o termo técnico de Boulton para relacionamento epistêmico é sua correspondência a um conjunto de certas intenções e expectativas que as pessoas têm umas para com as outras. Intenções de acreditar que, e expectativas de que, o outro seja fonte *confiável* de informação. Assim, também parece pouco controverso afirmar que, não havendo razão contrária, sempre temos a intenção de acreditar epistemicamente em nós mesmos. Que, normalmente, temos a expectativa de sermos fonte confiável de informação não só para os outros, mas para nós mesmos.

Nesse caso, a agência epistêmica tem também, como alcance, o próprio agente epistêmico. Dessa maneira, se ele reconhece que sua agência não atendeu, sem legítimas desculpas, aos padrões normativos do relacionamento epistêmico consigo mesmo, então, fará o julgamento de que seu relacionamento epistêmico consigo mesmo foi prejudicado. O passo natural seguinte será modificar seu auto relacionamento. Sempre de acordo, ou na mesma medida, do referido julgamento. A modificação do relacionamento se dará através da suspensão ou redução das intenções e expectativas sobre a presunção de confiança epistêmica em si mesmo, a respeito de um determinado domínio ou assunto. Tudo isso pode ocorrer de forma inconsciente e implícita.

O tipo de modificação de um relacionamento epistêmico, nos moldes descritos, é a maneira especificamente epistêmica de culpar, tanto a nós mesmos quanto aos outros, em nossa comunidade epistêmica. Em se tratando de auto culpa epistêmica, segundo Boulton (2021a, p. 529), talvez o agente “confie menos em sua capacidade de seguir em frente no futuro”. Talvez se auto decepcione, tenha sentimento de culpa (*guilt*) etc. Auto culpar-se epistemicamente segue, então, o mesmo processo de culpar outro agente epistêmico por suas falhas epistêmicas.

Pelo simples fato de estarmos em uma comunidade epistêmica, enquanto agentes epistêmicos, temos a expectativa de que a atividade intelectual um do outro cumpra determinados critérios. O *status* de agente epistêmico requer a capacidade de preocupar-se com a justificação de ações e atitudes. Assim, espera-se que um agente epistêmico seja fonte testemunhal de conhecimento e que sua palavra seja epistemicamente confiável, se não houver razão indicando o contrário. A comunidade epistêmica é mantida por um relacionamento de mútua confiança epistêmica. A isso, Boulton (2021a, p. 525) chama de “relacionamento epistêmico geral”. O ideal normativo do relacionamento epistêmico geral é justamente a

expectativa de mútua confiança epistêmica entre as partes. Cada membro tende a confiar epistemicamente no outro. Espera que o outro seja de fato digno de confiança epistêmica e pretende também ser visto da mesma forma.

Há duas maneiras básicas em que os participantes do relacionamento epistêmico podem culpar epistemicamente um ao outro. A primeira é a que Boulton (2021a, p. 525) denomina de “Culpa epistêmica-tipo genérico I”. Nesse caso, pode-se culpar epistemicamente, de forma apropriada, um membro do relacionamento epistêmico geral, quando esse conduz sua vida intelectual (acerca de um determinado assunto) de modo a dar boas razões para a suspensão da presunção de confiança epistêmica em relação a ele. Quando, por exemplo, a condução de sua vida intelectual envolve dogmatismo, pensamento tendencioso, raciocínio apressado etc.

A segunda maneira básica de culpa epistêmica é “Culpa epistêmica-tipo genérico II” (Boulton, 2021a, p. 527). Nesse segundo caso, posso culpar epistemicamente e apropriadamente um membro do relacionamento epistêmico geral caso essa pessoa não confie epistemicamente em minha palavra, ou na palavra de uma terceira pessoa (sobre um determinado assunto), sem que haja boas razões para tal. Os casos de injustiça epistêmica são, claramente, alvos dessa maneira básica de culpar epistemicamente. A prática de injustiça epistêmica consiste, dentre outras coisas, justamente em desconfiar epistemicamente de alguém sem boas razões para tal (ou baseado em razões não epistêmicas).

Por fim, os tipos genéricos I e II, de culpa epistêmica, mostram que há duas formas básicas que constituem o descumprimento do ideal normativo do relacionamento epistêmico geral: (1) dar boas razões para a suspensão da pressuposição de confiança epistêmica, (2) não confiar epistemicamente, sem boas razões para isso (ou por razões não epistêmicas), na palavra do outro. Uma vez constatadas essas práticas, julgamos epistemicamente que o relacionamento epistêmico geral foi prejudicado. Assim, modificamos nosso relacionamento epistêmico de acordo com esse julgamento. A modificação consistirá, então, na redução ou suspensão das intenções e expectativas de confiar epistemicamente no agente responsável e culpado pelo prejuízo no relacionamento epistêmico.

Posto isso, penso que as noções de responsabilidade e culpa epistêmicas, como descritas aqui, dão mais sentido às propostas de padrões normativos para a asserção. O padrão do que é razoável para crer, de Lackey, e os padrões

determinados pelo que é razoável crer que é mutuamente acreditado, de Goldberg, por exemplo, parecem claramente envolver responsabilidade e culpa epistêmicas, no sentido da teoria da “modificação do relacionamento” de Boulton.

Quando um agente epistêmico, sem legítimas desculpas, não respeita os padrões epistêmicos acima referidos, no momento de fazer uma asserção, esse agente prejudica o relacionamento epistêmico do grupo epistêmico em que está envolvido. Assim, os outros participantes do grupo julgarão que o agente epistêmico, sem legítimas desculpas, fez algo que prejudicou o relacionamento epistêmico entre eles, por isso, farão uma modificação no relacionamento epistêmico. A modificação será por meio da redução ou suspensão das intenções e expectativas para confiar epistemicamente nas futuras asserções do agente epistêmico. Isso consiste em culpar epistemicamente o tal agente. Culpa epistêmica, nesse sentido, faria a identificação correta da violação de uma norma especificamente epistêmica da asserção.

CONCLUSÃO

Por fim, presumo que uma boa estratégia, se não a melhor, para acerrar-se da compreensão de algo (certa ideia, conceito, fenômeno etc.) seja a designação e análise de suas características. Por meio dessa estratégia, nesse trabalho, já nas primeiras aproximações da ideia de asserção, foi possível ver que “asserção” tem muitas e importantes características.

Com a ajuda de alguns autores envolvidos com o tema (Jary 2010; McFarlane, 2011), pude ver que uma das primeiras características da asserção é o fato dela ser um tipo de *ação*. Além de uma ação, também faz parte da classe dos enunciados ou *declarações* (Peirce, 2016). Assim, uma asserção seria a *ação de declarar*. Quando declaramos algo, normalmente, nos dirigimos a um interlocutor⁵⁴, pois, em geral, quem declara, declara algo a alguém. Esse ato de declarar parece claramente uma tentativa de transmitir algo ao interlocutor. Quando, em um contexto real de conversa, afirmamos algo para alguém, parece claro que, num sentido amplo, tentamos *transmitir informação*. A ação de declarar, como transmissão de informação, é o que a literatura especializada chama de um tipo de *ato de fala*. Para investigadores dos atos de fala, toda a linguagem é uma forma de agir (Austin, 1962) e os atos de fala são a unidade básica de toda linguagem.

A essa altura, então, temos que asserção é um ato de fala que tem como uma de suas funções a transmissão de informação. Vimos que os atos de fala têm três dimensões, a *locucionária*, *ilocucionária* e *perlocucionária*. A primeira corresponde ao ato de “dizer” alguma coisa, ou seja, o ato de fazer uma declaração com algum sentido. A segunda, diz respeito à intenção⁵⁵ de quem locuciona, intenção essa que está por trás da declaração. Tal intenção, para que seja racional (para que tenha força ilocucionária) e, por isso, possa ser inferida pelo interlocutor, depende fundamentalmente do contexto. Assim, por exemplo, se digo para alguém “está

⁵⁴ Esse interlocutor, além de outras pessoas, pode ser o próprio sujeito que declara. É familiar a ideia de que, por exemplo, constantemente fazemos perguntas, promessas e damos ordem a nós mesmos, através de um diálogo interno. Do mesmo modo, podemos fazer declarações para nós mesmos e sermos, reflexivamente, nosso próprio interlocutor.

⁵⁵ A intenção ou objetivo do falante (locucionador) é o elemento mais importante para o ato ilocucionário ou, mais precisamente, para o que especialistas (Searle, 1975, p. 346) chamam de “força ilocucionária”, que diz respeito, segundo Austin, às diferentes funções da linguagem.

chovendo”, minha intenção por trás dessa frase pode variar de muitas formas⁵⁶, o contexto é que irá delimitar as possibilidades de intenções para permitir que o interlocutor capte minha intenção e a interação linguística aconteça. A terceira dimensão diz respeito às consequências de um ato de fala. Se fiz uma locução com uma intenção (ilocução) contextualizada e obtive, como consequência, um estado de coisas no mundo correspondente à minha intenção ao fazer a locução, então, realizei um ato perlocucionário e o meu *ato de fala*, como um todo, foi bem-sucedido.

Dentre os atos de fala, o ato de fala da asserção é um tipo de ato ilocucionário⁵⁷ cuja intenção⁵⁸ comunicativa, com que realizamos esse ato, é caracterizada pela intenção ou objetivo de adequar ou conformar o que é dito ao mundo exterior. Asserção, portanto, tem como característica importante, a *direção de conformação palavra-mundo* (Searle 1979, p. 3), o que a configura como uma *descrição* de estados de coisa. Ao contrário da asserção, tipos de atos de fala não descritivos, tais como promessa, ordem ou pedido, têm sua força ilocucionária voltada para a direção de conformação mundo-palavra. A intenção, na dimensão ilocucionária desses atos, é adequar estados de coisas ao que é dito⁵⁹.

Porque tem direção de conformação palavra-mundo, o ato de fala da asserção, então, descreve estados de coisa. Quando descrevemos, produzimos um ato assertórico com a intenção de que ele corresponda ao estado coisa descrito⁶⁰. Descrever, diferente de dar uma ordem ou prometer, é comunicar, compartilhar ou transmitir informação. Isso ratifica a função característica da asserção como transmissora de informação e revela a maior importância da asserção, a saber, a sua *importância epistêmica*. Como vimos, no primeiro e terceiro capítulos, todas as

⁵⁶ A depender do contexto, minha intenção pode ser expressar que: “não saia agora”, “leve o guarda-chuva”, “cancele a festa ao ar livre” etc.

⁵⁷ Os atos ilocucionários formam o núcleo dos atos de fala (Searle, 1975).

⁵⁸ Lembrando que a “intenção” é o elemento mais importante do ato ilocucionário, é o que constitui a força ilocucionária.

⁵⁹ Quando faço uma promessa e estou determinado a cumpri-la, por exemplo, minha intenção é produzir algum estado de coisa no mundo que corresponda ao que foi dito no ato de prometer.

⁶⁰ Por exemplo, através de uma investigação, elencamos o máximo de características possíveis; selecionamos, se possível, as mais importantes, aquelas que o alvo da descrição não partilha ou partilha muito pouco com outras; as analisamos; tentamos estabelecer relações entre as características; tentamos identificar aquelas que são condição de possibilidade para o alvo descrito e, por fim, afirmamos: tal objeto (fenômeno, estado de coisas) é tal coisa (as características que são condição de possibilidade. Ou seja, no ato assertórico é ajustado, algumas vezes com muito esforço, aos estados de coisa no mundo.

características da asserção, segundo Goldberg (2015, p. 8), estão conectadas ao papel de comunicar e propagar o conhecimento.

No entanto, prefiro dizer que esse papel da asserção é o de comunicar e propagar informação, pois é mais amplo e não é plausível que asserção comunique e propague apenas conhecimento. A própria teoria de Goldberg (2015), com a qual sustento a plausibilidade de padrões epistêmicos inferiores a conhecimento, indica isso. Estou considerando “transmissão de informação” no sentido amplo de transmissão de “bens epistêmicos”, tais como crença, ideia, entendimento, justificação, conhecimento etc., os quais, em alguma medida, contribuem, para a redução de incertezas.

A partir do papel central de transmissão de informação, podemos identificar outras características importantes da asserção. Quando um Falante-A faz uma asserção ele não só transmite informação, mas se *compromete*, assume uma responsabilidade, em diferentes graus, com a verdade do que está sendo transmitido (Searle, 1979, p. 12), ou seja, com a verdade da crença expressa na asserção. Dessa maneira, firmar um compromisso do Falante-A com a verdade do que foi transmitido num ato assertórico é, para Searle e outros⁶¹, o principal objetivo da asserção.

Em outra perspectiva, a principal característica da asserção, ligada à sua principal função de transmitir informação, seria a *autorrepresentação* do Falante-A. Quando o Falante-A faz uma asserção, além de transmitir informação, ele, implicitamente, se *autorrepresenta* como sabendo ou acreditando no que foi transmitido pela asserção (Black, 1952, p. 32). O argumento de Black, por exemplo, vai na seguinte direção: asserção é convencionalmente entendida pelo significado de “asserção honesta”. Fazer uma asserção é um sinal convencional (mutuamente reconhecido) de “boa fé”, o que pressupõe correspondência entre asserção e certo estado mental que, para Black, é conhecimento ou crença. Por isso, asserir sem conhecer ou acreditar é uma violação da linguagem. Segundo Unger (1975, p. 264), ao asserir, o Falante-A se autorrepresenta como sabendo o que foi transmitido no ato assertórico, mesmo que nunca tenha dito que sabia o que quer que seja. A evidência em favor dessa ideia seria o fato de que é legítimo desafiar o Falante-A com perguntas como “você sabe o que você disse?”.

⁶¹ Russell (1905), Austin (1962), Geach (1965); Bach e Harnish (1979); (Grice, 1989, p. 26).

A essa altura do percurso da designação e avaliação das propriedades da asserção, o estabelecimento de suas características fundamentais já é razoavelmente firme. Asserção, por ser um ato ilocucionário com o objetivo de direção de conformação palavra-mundo, é, então, um ato de fala declarativo. Especificamente devido a essa natureza, tem como papel principal, compartilhar ou transmitir informação. Tal papel, como já afirmado acima, revela o tipo de importância principal que o ato assertórico tem, a saber, uma importância epistêmica. A partir disso, como fizeram Black e Unger, podemos identificar outras características importantes da asserção, todas ligadas à sua importância epistêmica.

Além de implicar uma autorrepresentação do Falante-A como sabendo o que foi transmitido, o ato assertórico parece implicar uma certa *dignidade de crença* para que o Ouvinte-A a aceite. Parece implicar também algum tipo de *comprometimento* ou responsabilidade com a informação transmitida; *sinceridade* por parte do Falante-A; *retroatividade*, caso seja percebido algum problema com a informação transmitida; e possíveis outras características.

Dito isso, o que é importante observar é que o que está por trás de todas essas características é um aspecto normativo. Por exemplo, se, ao asserir, represento a mim mesmo como sabendo ou acreditando, enquanto, de fato, não sei ou não acredito na informação transmitida, então, como Black ressalta, eu violei uma norma da linguagem. A mesma coisa parece acontecer com as outras propriedades assertóricas. Se minha asserção não é digna de crença, se está em desacordo com o que me comprometi, se é insincera ou se não volto atrás com um ato assertórico impróprio, tudo isso parece indicar que eu descumpri alguma regra que permite a realização de um ato assertórico apropriado.

Tudo isso parece indicar, portanto, que asserção é fazer um movimento definido por suas regras constitutivas (MacFarlane, 2011, p. 79). Como todas as características da asserção estão conectadas com a função de transmitir informação, então, todas elas dizem respeito à importância epistêmica da asserção. Logo, faz sentido pensar que, qualquer que seja a norma da asserção, ela será uma norma epistêmica. O debate atual sobre a norma da asserção está centrado principalmente na discussão sobre qual será o padrão epistêmico da norma. Esse debate foi reavivado por Williamson (1996, 2000).

Como vimos, Williamson sustenta que conhecimento é a norma fundamental da asserção apropriada (NCA). Assim, só devemos asserir que *p* se e somente se

soubermos que p . No entanto, Lackey (2007) nos dá um exemplo consistente da razoabilidade de padrões menos exigentes da norma epistêmica da asserção, o padrão do que é razoável para crer. De acordo com essa perspectiva, para uma asserção apropriada, basta asserir de acordo com o que for razoável para crer. Nesse caso, como mostram os exemplos das asserções altruístas, mesmo que a crença no conteúdo da asserção, por algum motivo, esteja abalada, uma vez que se esteja ciente do que é razoável para crer, deve-se fazer a asserção de acordo com “o que é razoável para crer”, mesmo sem acreditar (ou tendo sua crença abalada) no conteúdo da asserção e, conseqüentemente, sem conhecer tal conteúdo.

Em um dos casos de asserções altruístas, vimos que Lackey descreve que Sebastian, um pediatra especialista em vacinas infantis, tem suas fortes crenças em vacinas abaladas após sua filha de dezoito meses ser vacinada e em seguida receber o diagnóstico de autismo. Mesmo ciente que toda evidência científica disponível diz não haver relação entre vacinas e autismo, o forte estresse que Sebastian enfrenta, ao saber do diagnóstico da filha, faz com que suas fortes crenças sobre vacinas fiquem abaladas. No entanto, ao ser questionado pelos pais de um de seus pacientes, sobre a relação entre vacinas e autismo, Sebastian afirma não haver qualquer relação.

Ao fazer isso, Sebastian faz uma asserção de uma proposição p sem acreditar (totalmente ou parcialmente) que p . Apesar de não acreditar, ele tem consciência de que p é bem sustentada por toda evidência científica disponível. Dessa forma, ele realiza uma asserção sem correlação com seu estado doxástico de crer e, conseqüentemente, sem saber que p , já que não acredita (totalmente ou parcialmente) que p . As razões que o leva a não acreditar e, portanto, a não saber que p , são razões puramente não epistêmicas. Por outro lado, porque tem consciência das evidências disponíveis, Sebastian, então, afirma que p , ou seja, que não há qualquer relação entre vacinas e autismo. Sua asserção é epistemicamente adequada, pois é sustentada pelas melhores evidências científicas disponíveis, porém, sem crença e, portanto, sem conhecimento.

Diante de uma asserção altruísta, como a descrita acima, temos a sensação de que Sebastian não merece ser criticado por asserir sem conhecimento ou por violar a norma do conhecimento da asserção. Muito pelo contrário, ele merece ser elogiado. A sensação de não merecimento de crítica está sustentada justamente no fato de que Sebastian baseia sua asserção nas boas evidências disponíveis (no que

é razoável para crer), as quais não correspondem a seu estado doxástico de crer, mas fornecem o *status* de “epistemicamente apropriada” à sua asserção. Sebastian asseriu, então, de acordo com a norma do que é razoável para crer (NARPC). Se podemos fazer uma asserção com *status* de “epistemicamente apropriada”, sem a posse de conhecimento, ou com um padrão epistêmico mais fraco do que conhecimento, então, parece que conhecimento não é a norma fundamental da asserção.

Vimos também que Goldberg (2015) apresenta outro ponto de vista que sustenta a plausibilidade de padrões epistêmicos menos exigentes para a norma da asserção. De acordo com o raciocínio de Goldberg, há inúmeras situações nas quais não é razoável exigir um padrão tão alto quanto o de conhecimento. Práticas assertóricas sobre temas controversos, ou envolvendo pares de desacordos sistemáticos, comumente não envolvem mútuas expectativas de se alcançar evidências conclusivas ou conhecimento. No entanto, essas práticas continuam acontecendo. O que racionaliza a ocorrência e continuidade dessas práticas é o fato de que o padrão epistêmico que as regula sofre ajustes. Em todas essas situações, envolvendo temas controversos, o padrão epistêmico mutuamente aceito, entre as partes envolvidas com a prática assertórica, é mais fraco do que conhecimento.

Quando os desacordos são sistemáticos as discussões avançam reguladas, segundo Goldberg, pelo “padrão do que é razoável crer que é mutuamente acreditado” (PRCMA) entre as partes de um grupo epistêmico. Essa determinação do padrão epistêmico irá constantemente variar de acordo com o contexto, ou seja, de acordo com os interesses e necessidades dos participantes do grupo epistêmico. Com isso, chegamos a uma razoável ideia de padrão epistêmico da norma da asserção, mais fraco do que conhecimento e sensível ao contexto.

Por fim, propus que os padrões epistêmicos da norma da asserção, como aqueles de Lackey e Goldberg, ganham mais sentido sob a perspectiva de teorias da responsabilidade epistêmica e da culpa epistêmica. O ato de asserção, exercido na função de transmissão de informação, sempre envolve relacionamentos epistêmicos e, por isso, responsabilidade. Nesse caso, a responsabilidade é devida à transmissão ou troca de informação, assim sendo, se trata de uma responsabilidade de caráter epistêmico. Como argumenta Kauppinen (2018), uma estratégia para identificar normas especificamente epistêmicas é encontrar maneiras distintamente epistêmicas de responsabilizar alguém. Vimos que essa forma

especificamente epistêmica de responsabilizar é por meio da redução da confiança epistêmica. Contudo, diferente de Kauppinen, propus que a redução da confiança epistêmica é uma maneira especificamente epistêmica de culpar um agente epistêmico por suas falhas epistêmicas. A noção de culpa epistêmica que tomo como modelo é, principalmente, a que está presente na teoria baseada no relacionamento (*relationship-based account*), de Cameron Boulton.

Com base no que foi descrito no final do último capítulo, sob a perspectiva da teoria baseada no relacionamento, quando, por exemplo, um Falante-A, sem legítimas desculpas, realiza um ato assertórico sem respeitar os padrões epistêmicos em vigor, ele prejudica o relacionamento epistêmico com seu interlocutor. Dessa maneira, o Ouvinte-A julgará que o Falante-A, sem legítimas desculpas, fez algo que prejudicou o relacionamento epistêmico entre eles, o que acarretará uma modificação no relacionamento epistêmico. A modificação será feita pelo Ouvinte-A reduzindo ou suspendendo as intenções e expectativas de confiar epistemicamente nas futuras asserções do Falante-A. Isso consiste em culpar epistemicamente o Falante-A. A culpa epistêmica, nesse sentido, identificará, de forma correta, a violação de uma norma especificamente epistêmica da asserção.

Como consideração final, tendo em vista a noção da redução da confiança epistêmica, da maneira como é aplicada na teoria de Boulton, acredito que uma questão talvez mereça alguma discussão futura e possa contribuir com o debate. Quando culpamos alguém epistemicamente, subtraímos créditos de confiança epistêmica da própria pessoa, de suas asserções ou da pessoa e suas asserções ao mesmo tempo? Essa questão parece fazer sentido porque é perfeitamente possível reduzir a confiança epistêmica na palavra de alguém, enquanto permanecemos confiando epistemicamente na própria pessoa.

Imagine que um competente professor de lógica comete uma falha epistêmica durante uma de suas aulas. Digamos que ele comete um erro inferencial ou algo do tipo. Ao perceberem a falha do professor, ao mesmo tempo que sabem da competência dele, parece natural que os alunos reduzam a confiança epistêmica somente na asserção imprópria que o professor fez e mantenham, em um nível elevado, a confiança epistêmica na pessoa do professor. Em outra situação, é comum reduzirmos a confiança epistêmica tanto na pessoa quanto em suas asserções quando se trata de alguém com capacidade epistêmica reduzida. Porém se, em um raro momento, essa pessoa faz um conjunto de asserções

epistemicamente adequadas, parece natural que seu interlocutor mantenha o nível de confiança epistêmica reduzido apenas na pessoa e não em suas asserções. Portanto, talvez seja importante investigar essa aparente independência da redução da confiança epistêmica na pessoa e em suas asserções e verificar se isso poderia ter algum tipo de implicação para noções como culpa epistêmica, desculpa epistêmica, redução da confiança epistêmica e outras relacionadas.

REFERÊNCIAS

ALSTON, W. P. **Beyond “justification”**: Dimensions of epistemic of evaluation. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.

_____. **Illocutionary acts and sentence meaning**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2000.

ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. Oxford: Blackwell, 1957.

Apoio à publicação de resultados inesperados. **Pesquisa FAPESP**, ed. 289, 2020. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2020/03/008-010_boas-praticas_289.pdf. Acesso em: 07/02/2024.

A relevância dos resultados nulos. **Pesquisa FAPESP**, ed. 274, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-relevancia-dos-resultados-nulos/>. Acesso em: 07/02/2024.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BACH, K.; HARNISH, R. M. **Linguistic communication and speech acts**. Cambridge, MA: MIT Press, 1979.

BLACK, M. Saying and disbelieving. **Analysis**, Oxford, v. 13, n. 2, p. 25-33, dec.1952.

BONJOUR, Laurence. Externalist theories of empirical knowledge. **Midwest Studies in Philosophy**, v.5, n. 1, p. 53-74, 1980.

BOULT, Cameron. There is a distinctively epistemic kind of blame. **Philosophy and phenomenological research**. V. 103, n. 3, 2021a. DOI: 101111/phpr.12726.

_____. Epistemic blame. **Philosophy Compass**, 18 (8): e 12762, 2021b. DOI: 10.1111/phc3.12762.

_____. Epistemic blame as relationship modification: reply to Smartt. **Philos Stud**, n. 181, p. 387-396, 2024.

BRANDOM, R. Asserting. **Noûs**, v. 17, n. 4, p. 637-650, nov. 1983.

_____. **Making it explicit**: reasoning, representing, and discursive commitment. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

BROWN, J.; CAPPELEN (ed.). Assertin: an introduction and overview. *In*: _____. **Assertion**: new philosophical essays. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BROWN, Jessica. Epistemically blameworthy belief. **Philosophical Studies**, v. 177, p. 3595-3614, 2020a.

_____. What is epistemic blame? **Noûs**, v. 54, n. 2, p. 389-407, 2020b.

CARTER, J. Adam; GORDON, Emma C.; JARVIS, Benjamim W. (Eds). **Knowledge first: an approaches in epistemology and mind**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

CASSAM, Quassim. **Vices of the mind: from the intellectual to the political**. Oxford: Oxford university press, 2019.

CLIFFORD, W., "The ethics of Belief", *in*: BURGER, A. J. (ed.), **The ethics of belief: essays by William Kingdon Clifford, William James, A.J. Burger**. Roseville, California: Dry Bones. 2001.

DAVIDSON, D. Radical interpretation. *In*: _____. **Inquiries into truth and interpretation**. Oxford: Oxford university Press, 1984. p. 125-40.

DEROSE, Keith. Assertion, knowledge and context. **Philosophical review**, v. 111, n. 2, p. 167-203, apr. 2002.

DOUGHERTY, T. Reducing responsibility: an evidentialist account of epistemic blame. **European Journal of Philosophy**, v. 20, n. 4, 2012, p. 534-47.

DUMMETT, M. Frege: **philosophy of language**. London: Duckworth, 1981.

ECHEVARÍA, Lucía *et al.* Researcher's perceptions on publishing "negative" results and open access. **Nucleic Acid Therapeutics**, v.1, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/nat.2020.0865>>. Acesso em: 08/02/2024.

ENGEL, Pascal. Epistemic responsibility without epistemic agency. **Philosophical explorations**. v. 12, n. 2, jun. 2012. p. 205-19.

FANELLI, Daniele. Negative results are disappearing from most disciplines and countries. **Scientometrics**, v. 90, n.3, p. 891-904, 2012.

GEACH, P. T. Assertion. **The philosophical review**, 74, 1965. p. 449-65.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge? **Analysis**. Oxford, v. 23, n. 6, jun. 1963. p. 121-3.

GOLDBERG, Sanford C. **Assertion: On the philosophical significance of assertoric speech**. United Kingdom: Oxford University press, 2015.

GOLDMAN, Alvin. Discrimination and perceptual knowledge. **The journal of philosophy**, v. 73, n. 20, nov., 1976, p. 771-91.

GRICE, Paul. **Studies in the way of words**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1989.

HOWTHORNE, J. **knowledge and lotteries**. Oxford: University Press, 2004.

ICHIKAWA, Jonathan J. Justification is potential knowledge. **Canadian Journal of Philosophy**. Canadian, v. n. 2, p. 184-206, apr. 2014.

JARY, Mark. **Assertion**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2010. (Palgrave Studies in Pragmatics, language and Cognition series).

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Trad. Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003.

KAUPPINEN, Antti. Epistemic norms and epistemic accountability. **Philosophers' imprint**, v. 18, n. 8, abr. 2018.

LAKEY, Jennifer. Norms of assertion. **Noûs**, v. 41, n. 4, p. 594-626. 2007.

_____. Assertion and isolated second-hand knowledge. *In*: Brown, J.; Cappelen (ed.). **Assertion**: new philosophical essays. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MACFARLANE, J. Future contingents and relative truth. **The Philosophical Quarterly**, Oxford, v.53, n. 212, p. 321-326, jul. 2003.

_____. Making sense of relative truth. **Proceedings of the Aristotelian Society**, Oxford, v. 105, n. 1, p. 305-323, jun. 2005.

_____. What is an assertion? *In*: Brown, J.; Cappelen (ed.). **Assertion**: new philosophical essays. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 79-96.

MCKINNON, Rhys. How do you know that 'how do you know?' challenges a speaker's knowledge?. **Pacific philosophical quarterly**, California, v. 93, p. 65-83, 2012.

MCKINNON, Rachel. **The norms of assertion**: truths, lies, and warrant. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MCGIYNN, Aidan. **Knowledge first?** United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2014.

MILLIKAN, R. **language, thought and other biological categories**. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

MOORE. G. E. Russell's "theory of descriptions". *In*: SCHILPP, P. A. (ed.). **The philosophy of Bertrand Russell**. 2ª ed. London: Cambridge University Press, 1946. p. 175-225.

_____. Moore's Paradox. *In*: BALDWIN, T. **G. E. Moore**: selected writings (ed.). London: Routledge. 1993, p. 207-12.

NIMPF, Simon; KEAYS, David A. Why (and how) we should publish negative data. **EMBO Reports**, v. 21, n. 1, jan. 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6945059/>>. Acesso em: 08/02/2024.

PEIRCE, Charles C. **Prolegomena to a science of reasoning**: phaneroscopy, semeiotic, logic. (Ed.) Elize Bisanz. Frankfurt: Peter Lang, 2016.

_____. Belief and judgment. *In*: HARTSHORNE, Charles; WEISS, Paul (ed.) **Collected papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935. v. 1-6. p. 538-548.

PIOVARCHY, Adam. What do we want from a theory of epistemic blame? **Australasian journal of philosophy**, v. 99, n. 4, p. 791-805, 2020.

PLATÃO. **Mênon**. Tradução: Maura Iglésias. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2001.

_____. **Teeteto**. 3ª ed. Tradução: Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste, 2010.

RUSSEL, B. On denoting. **Mind**, 14, 1905. p. 479-93.

SAYÃO, Luis Fernando *et al.* Invisible science: publication of negative research results. **Transinformação**, [S. l.], v. 33, 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5836>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SEARLE, John R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. A taxonomy of illocutionary acts. *In*: GUNDERSON, K. (ed.). **Language, mind and knowledge**: Minnesota studies in the philosophy of science. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975. v. 7, p. 344-69.

_____. **Expression and meaning**: studies in the theory of speech acts. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SCANLON. T. M. **Moral dimensions**: permissibility, meaning, blame. Belknap Press, 2008.

_____. Interpreting blame. *In*: COATES, D. J.; TGNAZZINI, N. A. (Eds.). **Blame**: its nature and norms. OUP.

SHER, George. **In praise of blame**. OUP: Oxford, 2006.

_____. **Who knew? Responsibility without awareness**. OUP: Oxford, 2009.

SLOTE, Michael A. Assertion and Belief. *In*: DANCY, J. **Papers on language and logic**. Keele: Keele University Library, 1979.

SOUZA FILHO, D. Marcondes. A teoria dos atos de fala como concepção pragmática da linguagem. **Filosofia Unisinos**, 7(3): p. 217-230, set/dez, 2006.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication and cognition. Oxford: Blackwell, 1986.

STALNAKER, ROBERT C. **Context and content**: essays on intentionality in speech and thought. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STANLEY, J. **Knowledge and practical interests**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

UNGER, P. K. **Ignorance**: a case for skepticism. Oxford: Clarendon Press, 1975.

VARGAS, Manuel. **Building better beings**: a theory of moral responsibility. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WATSON, Gary. Asserting and promising. **Philosophical Studies**. N.Y., v. 117, p. 57-77, 2004.

WILLIAMS, John. N. Assertion and many norms. **Manuscrito**: Rev. Int. Fil. Campinas, v. 40, n. 4, out/dez, p. 39-76, 2017.

WILLIAMSON, T. Knowing and asserting. **The philosophical review**, 105, 1996. p. 489-523.

_____. **Knowledge and its limits**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WRIGHT, Crispin. **Truth and objectivity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

ZAGZEBSKI, Linda. **Virtues of the mind**: an inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.